

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ZOROASTRO NUNES

**O SUPERÁVIT PRIMÁRIO E SEU IMPACTO NA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR
PÚBLICO: UMA ANÁLISE CONTÁBIL DE 2000 A 2004**

**Florianópolis
2005**

ZOROASTRO NUNES

**O SUPERÁVIT PRIMÁRIO E SEU IMPACTO NA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR
PÚBLICO: UMA ANÁLISE CONTÁBIL DE 2000 A 2004**

Trabalho monográfico necessário à
conclusão do curso de Ciências Contábeis
na Universidade Federal de Santa Catarina,
segundo semestre de 2005.

Orientador Prof. M. Sc. Flávio da Cruz

**Florianópolis
2005**

ZOROASTRO NUNES

**O SUPERÁVIT PRIMÁRIO E SEU IMPACTO NA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR
PÚBLICO: UMA ANÁLISE CONTÁBIL DE 2000 A 2004**

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Professora Elisete Dahmer Pfitscher, Dra
Coordenadora de Monografias de Ciência Contábeis
UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Flávio da Cruz, M. Sc.

Professora Eleonora Milano Falcão Vieira, M. Sc.

Professora Michele Patrícia Roncalio, M. Sc.

RESUMO

NUNES, Zoroastro. **O superávit primário e seu impacto na dívida líquida do setor público:** uma análise contábil de 2000 a 2004. 2005. 62 páginas. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina 2005.

A pesquisa apresenta uma análise contábil nos demonstrativos da execução orçamentária e da dívida pública, dentre outros, no período de 2000 a 2004, identificando o esforço do setor público brasileiro para a manutenção de uma gestão fiscal responsável bem como verificando a eficácia desse esforço, mediante a avaliação do impacto dos *superávits* primários na dívida do setor público brasileiro. Para tanto faz uma exposição de conceitos sobre setor público, política fiscal e atividade financeira do Estado sob o enfoque da Contabilidade Pública. Traz, também, um apanhado histórico das finanças públicas demonstrando o quanto o Estado brasileiro, desde sua criação, buscou reiterados endividamentos para socorrer suas finanças deficitárias.

Palavras-chaves: *Superávit* primário. Análise de contas. Balanço Orçamentário. Dívida pública.

Abstract

NUNES, Zoroastro. ***The primary superavit and the government debit impact: an accounting scrutinize on 2000 to 2004.*** 2005. 62 pagines. Monograph (Accounting Course) - Federal University of the Santa Catarina 2005.

This research presents an accounting analysis in the budgetary execution demonstratives and the public debt, among others, in the period from 2000 to 2004, identifying the Brazilian public sector effort for the maintenance of a responsible fiscal management as well as verifying the effectiveness of this effort, by means of the evaluation of the primary superavit impact in the Brazilian public sector debt. This way it makes an exposition of concepts on public sector, tax policy and financial activity of the State under the approach of the Public Accounting. It brings, also, a historical research of the public finances demonstrating how the Brazilian State, since its creation, searched reiterated indebtedness to help its deficit finances.

Keywords: Primary superavit. Accounting scrutinize. Balance sheet. Government debit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os três poderes e os três níveis de poder	11
Figura 2 – Estrutura da Administração Pública brasileira	15
Figura 3 – Composição do setor público segundo o manual de estatísticas fiscais do FMI	16
Figura 4 – Campo de atuação da Contabilidade Pública	24
Figura 5 – Composição do patrimônio público	25
Figura 6 – Representação de uma consolidação de balanços no Diagrama de Venn	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da DLSP em % do PIB	47
Gráfico 2 – Receitas em relação ao PIB	52
Gráfico 3 – Resultados do Setor Público	56
Gráfico 4 – Superávits primários do setor público em relação ao PIB	56
Gráfico 5 – Esforço individual na geração de Superávits primários	57
Gráfico 6 – Composição média dos fatores que provocaram aumento da DLSP	59
Gráfico 7 – Composição média dos fatores que provocaram diminuição da DLSP	60
Gráfico 8 – Impacto dos superávits primários na DLSP	62
Gráfico 9 – Comparação do Superávit primário e DLSP em relação ao PIB	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de financiamento do déficit público	17
Quadro 2 – Classificação quanto à Natureza da despesa e da receita, desdobramento até o segundo nível	27
Quadro 3 – Classificação quanto à Natureza da receita	28
Quadro 4 – Classificação quanto à Natureza da despesa	28
Quadro 5 – Representação algébrica dos resultados fiscais	33
Quadro 6 – Absenteísmo dos entes federativos nas Demonstrações Consolidadas	34
Quadro 7 – Fórmula de cálculo da Dívida Líquida	39
Quadro 8 – Base de cálculo para estimativa das Finanças Municipais em função do PIB	50
Quadro 9 – Representação gráfico-algébrica dos Resultados da Execução Orçamentária (critério acima da linha)	53
Quadro 10 – Representação dos resultados de acordo com o critério abaixo da linha	54
Quadro 11 – Resultados do Setor Público	55
Quadro 12 – Evolução da DLSP	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Saques do Império brasileiro feitos ao cofre Inglês	41
Tabela 2 – PIB real e Nominal nos último 10 anos	49

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VI
LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DE TABELAS	VI
SUMÁRIO	VII
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1.2 TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	2
1.3 OBJETIVOS.....	3
1.3.1 OBJETIVO GERAL	3
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
1.4 JUSTIFICATIVA.....	4
1.5 METODOLOGIA	5
1.5.1 O HOMEM E O CONHECIMENTO	5
1.5.2 O MÉTODO	7
1.5.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA	8
1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	9
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 O ESTADO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	10
2.1.1 ESTADO E GOVERNO	10
2.1.2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
2.1.3 ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	17
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL	18
2.3 A CONTABILIDADE PÚBLICA	21
2.3.1 DEFINIÇÃO E CAMPO DE ATUAÇÃO	21
2.3.2 SISTEMAS DE CONTAS	25
2.3.3 DESPESA E RECEITA PÚBLICA.....	26
2.3.4 RESULTADOS ECONÔMICOS	29
2.3.5 FORMAS DE APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO PÚBLICO.....	33
2.1.4. DÍVIDA PÚBLICA	35
2.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRA	40
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	49
3.1 ANÁLISE CONTÁBIL DA RECEITA E DA DESPESA PÚBLICA.....	49
3.2 RELAÇÃO DOS CONCEITOS DE RESULTADOS PÚBLICOS	53
3.3 ANÁLISE DO ESFORÇO DE CADA ENTE DA FEDERAÇÃO NA GERAÇÃO DE RESULTADOS	55
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS EM RELAÇÃO À DLSP	58

4 CONCLUSÃO	63
5 REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – ESTIMATIVA DAS RECEITAS MUNICIPAIS .	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICE B – ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICE C – ANÁLISE DAS NFSP	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICE D – RELAÇÕES DO RESULTADO PRIMÁRIO COM RECEITA E DÍVIDA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICE E – ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DA DLSP ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO A – RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL .	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO B – CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS - STN	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os aspectos introdutórios do trabalho, tais como: o tema, a pergunta de pesquisa, os objetivos, a metodologia aplicada, a justificativa do trabalho e a limitação da pesquisa.

1.1 Considerações iniciais

Neste tópico é feita a contextualização das finanças públicas no período pós-depressão de 1930, apresentando um contraponto com o pensamento vigente de contenção dos gastos públicos.

Durante a década de 1930 até o início da Segunda Grande Guerra o cenário econômico mundial viveu o *Big Crash*, uma grande depressão que teve início com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e se estendeu por toda Europa, países da África, Ásia e América Latina. Neste contexto, Keynes, (1936 *apud* SANDRONI, 2002), rompendo com a ideologia liberal em que o Estado deveria ser um fator neutro na economia, afirmou ser aceitável que o Estado, por intermédio de seus gastos, estimulasse a atividade econômica, solucionando o problema do desemprego e reativando o investimento privado, mesmo que à custa de endividamento público.

Vigorando a concepção keynesiana, internacionalmente a partir da Segunda Guerra Mundial houve um significativo aumento da intervenção do Estado na economia. Nos países industrializados, buscava-se a expansão dos serviços sociais, no que se chamou de desenvolvimento do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*); já nos países menos desenvolvidos, o Estado buscava a complementação do sistema produtivo, com investimentos diretos em setores de infra-estrutura ou com apoio financeiro a setores estratégicos.

Na década de 1970, a crise do petróleo (1973 e 1979) desencadeia uma nova fase de recessão econômica mundial. A expansão econômica acabou gerando a chamada crise fiscal que perdurou mesmo depois de superado o período recessivo na economia mundial. A manutenção do Estado do Bem-Estar ficou comprometida e iniciou-se uma corrente internacional de privatizações.

Desta forma, se por um lado a falta de recursos no setor privado nos anos de 1930 foi o principal motivo que levou a estatização de certas atividades econômicas, por outro lado, no novo panorama, como afirma Pereira (1997, p. 24) “era o Estado que estava em crise fiscal, sem condições de investir, e, pelo contrário, necessitando dos recursos da privatização para reduzir suas dívidas”.

Hoje, vive-se um momento histórico de tendência diferente daquela dos anos de 1930: a era do controle dos gastos públicos. O pensamento vigente é o de que por mais justa que seja a demanda por serviços públicos, ela tem que ser adequada ao orçamento disponível.

1.2 Tema e Apresentação do problema

Os gastos públicos são de suma importância para uma sociedade. É o poder público quem promove serviços fundamentais, como saúde, educação, segurança, justiça, enfim, um conjunto de atividades que de alguma forma atinge a todos os cidadãos. Num momento de contenção de gastos públicos, por exemplo, o que vai à pauta é qual o serviço público deixará de ser prestado, seja total ou parcialmente (ALÉM; GIAMBIAGI, 2000). Dessa forma, a geração de resultados positivos no setor público não significa, necessariamente, a eliminação de desperdícios ou esbanjamentos. Outrossim, *superávits*, ou seja, resultados positivos, significam uma carga tributária sem contraprestação de serviços, ficando então o debate político sobre do destino a poupança fiscal.

Conforme colocado, a busca de resultados positivos no setor público não faz sentido senão o de “cobrir” o endividamento anterior causado pelo acúmulo de resultados negativos, não sendo próprio do Estado poupar recursos. Destarte, esta pesquisa busca abordar, sob o enfoque da Contabilidade Pública, os resultados econômicos do setor público brasileiro, correlacionando-o com as dívidas públicas estaduais, municipais e do governo federal, buscando averiguar: **qual é o impacto dos *superávits* primários gerados pelos municípios, estados-membros, União e empresas estatais na dívida do setor público brasileiro?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar o impacto dos resultados públicos, obtidos pelas administrações municipais, estaduais e da União na dívida do setor público no período de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – 2000 a 2004.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os aspectos considerados relevantes nas execuções orçamentárias dentro do período analisado
- Analisar as receitas e despesas públicas dos três entes da federação no período de 2000 a 2004.
- Apresentar em demonstrativo os conceitos dos resultados econômicos públicos.
- Verificar os esforços dos três níveis de governo na geração de *superávits* primários;

- Propor uma forma de medir os impactos dos resultados sobre a dívida.
- Identificar impacto dos *superávits* primários de cada nível de poder da federação (União, estados-membros, Distrito Federal e municípios) na dívida pública.

1.4 Justificativa

Finanças Públicas é uma disciplina da Economia que estuda o impacto da atividade financeira do Estado no sistema econômico. Sob a perspectiva dessa ciência, são analisados a arrecadação e os gastos do governo, é acompanhada a evolução da dívida pública, fazem-se estimativas, apuram-se os resultados etc. Embora a Contabilidade detenha instrumental metodológico especialmente criado e desenvolvido para esse fim, seu enfoque está voltado para o cenário microeconômico.

A Lei de Responsabilidade Fiscal intimou a Contabilidade Pública para o debate macroeconômico das finanças públicas, trazendo uma série de determinações relativas à publicação de informações sob esse enfoque. Contudo, muito antes do advento desta lei, as áreas econômicas do governo vinham solicitando informações da Contabilidade em formatos e conteúdos diferentes dos que eram publicados. A informação contábil padecia de limitações (CASTRO e GARCIA, 2004).

Tal fato evidencia que a Contabilidade Pública, quem poderia preencher a lacuna no ambiente macroeconômico, não o fez. Historicamente no Brasil, este ramo das Ciências Contábeis esteve voltado para o controle da legalidade da execução financeira e orçamentária dos entes públicos e não para a mensuração de resultados ou produção de informações gerenciais (CASTRO e GARCIA, 2004).

Atualmente, a necessidade de o Estado administrar a coisa pública pela visão gerencial tem imposto à Contabilidade uma mudança de enfoque, e já se fala em Contabilidade Pública Gerencial.

É nessa vertente que o presente trabalho se dedica a uma análise econômico-contábil das contas pública e de seus resultados, propondo aplicação de técnicas de análise de demonstrações e compilando metodologias empregadas para medição do desempenho econômico do setor público.

1.5 Metodologia

Esta pesquisa adota a definição apresentada pelo I Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em setembro de 1924 (*apud* LEONE, 1985, p. 2) em que afirma a Contabilidade ser uma “Ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro, relativas aos atos e fatos da administração”. Portanto se alicerça no reconhecimento de que a Contabilidade é uma ciência social que aplica os métodos e procedimentos científicos.

Isto posto, serão percorridos os conceitos de conhecimento e métodos científicos.

1.5.1 O homem e o conhecimento

O homem, na busca de compreender o mundo em que vive, lança mão de sua atividade intelectual e propõe explicações aos fenômenos que o inquieta, ou mesmo que põem em risco a sua existência.

Para tanto, trilhou caminhos diferentes. Alguns foram abandonados por se tornarem impróprios ao propósito de conhecer o mundo. Outros perduraram ao longo da história.

Trujillo (1974, p.11 *apud* LAKATOS e MARCONI, 2000, p. 18) sistematiza esses últimos em quatro tipos:

- conhecimento religioso ou teológico;
- conhecimento filosófico;
- conhecimento popular, e
- conhecimento científico;

Inicialmente o homem utilizou-se do conhecimento mítico para explicar a morte e outros fenômenos da natureza, atribuindo-os às divindades. A “verdade” era impregnada de noções supra-humanas, sobrenaturais. O conhecimento religioso reveste as verdades de caráter dogmático, baseadas em revelações da divindade. Apóia-se em proposições sagradas, inspiradas pelo sobrenatural, não podendo ser verificadas, portanto infalíveis e indiscutíveis. O homem passa a ter acesso ao conhecimento desde que inspirados pelas divindades, devendo aceitá-lo sem questionamentos.

O conhecimento filosófico parte em busca da essência real e imutável das leis da natureza. Tenta explicar o mundo a partir do próprio mundo, desconsiderando a existência de intervenções divinas e utilizando a investigação racional, esta entendida como um conjunto de enunciados logicamente correlacionados. Contudo é, tal qual à religião, infalível, exato e não verificável (LAKATOS e MARCONI, 2000).

O senso comum, bom-senso ou conhecimento popular é o modo comum, corrente e espontâneo de conhecer. É um conhecimento subjetivo e se conforma com que é aparente. Negel (1979, p.15) acrescenta que “as crenças baseadas no bom senso são, em geral, imprecisas, [...] incoerentes, de modo que a preferência por uma de duas crenças incompatíveis, como base para ação, é arbitrária; tendem a ser fragmentárias”. Contudo é inegável que “muito antes do início da pesquisa sistemática os homens dispunham de

conhecimentos razoavelmente aceitáveis acerca de muitas das características do ambiente físico, biológico e social”.

Por fim, o conhecimento científico, segundo Lakatos e Marconi (2000, p. 20) tem as características de ser “um pensamento contingente, racional, objetivo, lógico e confiável, ter como particularidade o ser sistemático, exato e falível”, ou seja, embora digno de crédito, é suscetível de emendas, pois é um conhecimento público e amplamente debatido antes de ser aceito como científico (NAGEL, 1979).

Não há incoerência entre a falibilidade da Ciência e a sua credibilidade como fonte de conhecimento. O fato de as descobertas científicas serem passíveis de correção não torna o conteúdo científico um conjunto de opiniões instáveis. Ao contrário, faz da Ciência um acumulado de conhecimento sistemático, cujas reescrituras jogam mais luz sobre o objeto estudado.

A diferença básica entre os quatro caminhos do “conhecer” não está na veracidade das explicações, nem na natureza do objeto conhecido, mas na forma como se busca essas explicações, ou seja, é o modo, ou método, o principal item classificador (LAKATOS e MARCONI, 2000).

1.5.2 O Método

Método, *in latu sensu*, significa meio, modo de proceder; maneira de agir, caminho pelo qual se atinge um objetivo (FERREIRA, 1999). Método científico é o meio, modo de proceder, que a Ciência utiliza para alcançar o conhecimento. A definição dada por Lakatos e Marconi (2000, p. 46), diz que método científico é

o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Método científico é a teoria da investigação. Por ele se propõe compreender o processo da investigação científica e não os resultados dela. Para Nagel (1979, p. 19), método científico “é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa.”.

A investigação é o processo de pesquisa e é neste sentido que Silva e Menezes (2005, p. 23) define pesquisa como “a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica”. A investigação não é totalmente controlável ou previsível e a metodologia surge da necessidade de disciplinar o processo.

1.5.3 Delineamento da pesquisa

O delineamento da pesquisa é um dos procedimentos metodológicos que implica na escolha de um plano para conduzir a investigação (BEUREN, 2004).

Para atender os objetivos do trabalho, acima apresentados, dentro da classificação mais usual no meio acadêmico, esta pesquisa fica delineada da seguinte forma:

- Quanto a sua natureza, é uma pesquisa prática, **aplicada**, gerando conhecimentos dirigidos à solução de um problema específico: analisar o impacto do superávit primário na dívida pública;
- Quanto à abordagem do problema, é **qualitativa**, fazendo uso de interpretação dos fenômenos e atribuição de significados. O ambiente sócio-econômico é a fonte direta para coleta de dados;
- Quanto a seus objetivos, trata-se de uma pesquisa **descritiva**, pois coleta dados do desempenho orçamentário dos entes públicos, descreve as características do fenômeno e estabelece de relações entre variáveis;

- Quanto aos procedimentos técnicos utilizou-se do **bibliográfico**, pois foi elaborada principalmente a partir de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na rede mundial de computadores; **documental**, já que faz uso de documentos publicados por órgãos oficiais e de materiais que não receberam tratamento analítico do ponto de vista desta pesquisa; **Expost-Facto** por se tratar de pesquisa realizada depois dos fatos ocorridos, nos anos de 2000 ao de 2004.

O relatório da pesquisa está sendo apresentado sob a forma de monografia, que Beuren (2004, p. 40), define como “um trabalho acadêmico que objetiva uma reflexão sobre um tema ou problema específico e resulta em procedimentos de investigação sistemática”.

1.6 Limitações da Pesquisa

A pesquisa limita-se, sob o aspecto contábil, ao estudo do resultado fiscal nas três esferas brasileiras de governo, no período de 2000 a 2004, aplicando técnicas de análise de balanço nos demonstrativos publicados pelo Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

1.7 Organização do Trabalho

O trabalho divide-se em quatro capítulos. O presente, em que foram apresentados as considerações iniciais, o tema e problema da pesquisa bem como a metodologia.

No capítulo 2 é feito o levantamento bibliográfico com definições e fundamentação teórica importantes para o trabalho desenvolvido no capítulo seguinte. É apresentado, também, um breve histórico das finanças públicas e a contextualização econômica e político-social.

No capítulo 3 apresentou-se o desenvolvimento dos objetivos propostos no capítulo 1 com a descrição, análise dos dados coletados, bem como interpretação do que se apresenta.

No capítulo 4 é apresentada a conclusão da pesquisa fundamentada no trabalho desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentada uma revisão de literatura que contempla as conceituações referentes à Contabilidade e Finanças Públicas. Tangencia-se conceitos advindos Economia e dos Direitos Constitucional, Financeiro e Administrativo. Dessa forma, inicialmente são expostos os conceitos de Estado, governo e federação a fim de fornecer uma visualização sobre a forma do Estado brasileiro. Em seguida, é apresentada a estrutura da Administração Pública nacional e a atividade financeira do Estado, até chegar à Contabilidade Pública e seu papel na mensuração dos resultados econômicos.

2.1 O Estado brasileiro e a organização político-administrativa

2.1.1 Estado e Governo

O Estado existe como forma moderna das sociedades se organizarem. Numa democracia como o Brasil, ele representa a institucionalização do poder de um povo que entrega a instituição deveres e prerrogativas sobre os particulares.

Conforme Meirelles (1998, p. 60), sobre o conceito de Estado “repousa toda a moderna concepção de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados”. Não há uma definição de Estado que seja geralmente aceita, mas pode ser

entendido como um ente personalizado, uma instituição, composto por a) um povo, b) um território e c) um governo com d) poder soberano (MALUF, 1999).

Embora a literatura da Economia não faça distinção entre Governo e Estado, cabe mencionar que não são sinônimos. Governo é um dos elementos do Estado, juntamente com o povo nacional, o território e a soberania exercida sobre todos que vivam dentro dos limites deste território. Para Maluf (1999, p. 27), “Governo é o conjunto de funções necessárias à manutenção da ordem jurídica e da administração pública”, enquanto que o Estado é uma instituição de direito público externo. Numa democracia, o governo é o exercício da soberania nacional, é o poder delegado pelo povo ao Estado. O conceito de Governo diz respeito à relação entre governantes e governados, aborda sobre quem deve exercer o poder e como este deve ser exercido. Governos são transitórios enquanto o Estado é permanente (SILVA, 1996).

O poder soberano exercido pelo Governo é o poder político que coordena e impõe regras e limites à sociedade nacional. O poder é uno, mas suas funções se dividem em três: Legislativa, Judiciária e Executiva que são confiados a órgãos diferentes da estrutura administrativa (SILVA, 1996).

A relação entre os poderes Executivo Legislativo e Judiciário nos níveis federal, estadual e municipal, pode ser representada da seguinte forma:

NÍVEIS	PODERES		
	LEGISLATIVO	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO
FEDERAL	Senado Federal Câmara dos Deputados Tribunal de Contas da União	Presidência da República Ministérios	Supremo Tribunal Federal Superior Tribunal de Justiça Tribunais Regionais Federais Tribunal Superior Eleitoral Tribunal Superior do Trabalho Superior Tribunal Militar
ESTADUAL	Assembléia Legislativa Tribunal de Contas do Estado	Governadoria Secretarias de Estado	Tribunais de justiça
MUNICIPAL	Câmara de Vereadores	Gabinete do Prefeito Secretarias Municipais	

Figura 1 – Os três poderes e os três níveis de poder

Fonte: Slomski (2001, p. 16)

Em sua organização político-territorial, um Estado pode ser unitário quando tem governo único com plena jurisdição nacional e sem divisões internas que não sejam meramente administrativas ou pode ser um Estado federal, dividido em províncias politicamente autônomas, cujo poder é distribuído regionalmente, a exemplo do Brasil, Estados Unidos da América, México e outros (MALUF, 1999).

A organização de um Estado é matéria constitucional, e a nossa Constituição Federal de 1998, em seus primeiros artigos rege a divisão político-territorial, a tripartição do poder soberano, a forma de Governo e o modo de investidura dos governantes no poder. Assim, o Estado brasileiro é uma federação republicana, de regime político democrático e submetido ao império das leis (SILVA, 1996).

A origem do federalismo adveio da união de Estados independentes formando uma confederação, passando a ser reconhecido pela comunidade internacional como um único Estado. Conforme ensina Maluf (1999, p. 168), "a forma federativa moderna não se estruturou sobre bases teóricas. Ela é produto de uma experiência bem-sucedida – a experiência norte-americana".

Na América do norte as colônias inglesas uniram-se em prol de um objetivo comum: tornarem-se independentes da Inglaterra. Contudo, as rivalidades, legislações conflitantes, desconfianças mútuas levou-as a formar um governo resultante da união confederal que culminou na Constituição Federal de 1787. De forma diferente, segundo Afonso e Serra (1999, p. 5), no Brasil “a federação não nasceu de alguma coalizão ‘de baixo para cima’, mas por decisão ‘de cima’, mediante o desdobramento de um Estado Unitário”. Não se constituiu a partir de um pacto de Estados soberanos, mas se organizou como técnica constitucional de descentralização (SILVA, 1996). O processo histórico de formação e desenvolvimento de uma federação influencia na autonomia dos entes que a compõe.

Os Estados-membros são pessoas jurídicas de direito público interno e não existem para a comunidade internacional. É a União quem negocia e se correlaciona com os organismos internacionais. Esta é soberana enquanto os Estados-membros são autônomos por possuírem governos próprios e competências exclusivas. Uma particularidade da federação brasileira é que a Constituição Federal de 1988 elevou os municípios ao *status* de membro da federação e facilitou a sua criação. Para Silva (1996, p. 103), "foi um equívoco do constituinte incluir os Municípios como componente da federação. Município é divisões políticas do Estado-membro" e não são entidades federativas, mas têm sua autonomia política, administrativa e financeira assegurada na Constituição.

Assim, a República Federativa do Brasil é composta por três entes autônomos: a União, os Estados-membros incluindo o Distrito Federal e os Municípios.

A autonomia, conforme Silva (1996, p. 590), "significa capacidade ou poder de gerir os próprios negócios, dentro de um círculo prefixado por entidade superior". Dentro das entes federativos, incluindo os municípios, autonomia pressupõe repartição de competências e é Constituição Federal quem distribui as competências exclusivas a cada componente da federação, nos artigos 23 a 32.

Como toda organização, o Estado necessita de estrutura administrativa para sistematizar seu funcionamento.

2.1.2 A Administração Pública

A Administração Pública é concebida como um meio, um instrumento, para o poder público desempenhar suas funções, contando com os agentes públicos. Neste sentido que Meirelles (1998, p. 65) define Administração Pública como:

todo o aparelhamento do Estado pré-ordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A administração não pratica atos de governo;

prática, tão somente, atos de execução com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do Órgão e de seus agentes.

A Administração Pública não é sinônimo de Estado ou de governo, e não realiza atividade política, e sim apenas atos de gestão, de execução.

Cada ente da federação tem autonomia para definir sua organização administrativa. O aparelhamento administrativo fica ainda mais complexo quando há, ainda, a descentralização da administração, em que cada ente executa os serviços de forma indireta por intermédio de outras entidades criadas para tal fim. Essa configuração foi dada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Estatuto da Reforma Administrativa, que classificou a Administração Pública em direta e indireta, ou fundacional.

A administração direta constitui-se dos serviços integrados na estrutura administrativa centralizada do ente federativo. No Poder Executivo da União, por exemplo, a administração direta compreende a Presidência e Vice-Presidência República, os Ministérios e suas secretarias, órgãos e entidades e ainda o Ministério Público Federal. Nos estados-membros, o Gabinete do Governador, as Secretarias e seus órgãos. Nos municípios, o Gabinete do Prefeito, as secretarias e seus órgãos, departamentos e setores.

A administração indireta é a descentralização institucional. O ente da federação cria entidades dotadas de personalidade jurídica própria, com autonomia financeira, administrativa e patrimonial para executar os serviços públicos. São quatro as categorias das entidades de Administração Indireta (BRASIL, 1967):

- autarquias;
- empresas públicas;
- sociedades de economia mista;
- fundações públicas

Entenda-se, então, que a Administração Pública é exercida no âmbito dos três poderes e nos três níveis de governo. Todos realizam sua própria gestão administrativa, financeira, patrimonial e de controle, centralizada ou descentralizadamente (SILVA, 2004).

Além da descentralização institucional para a Administração Indireta, o poder público também descentraliza a execução de serviços para instituições de direito privado, incluídos na Administração Pública. Esta outra forma de descentralização se dá por intermédio de cooperação, como é o caso do “Sistema S”¹, ou de colaboração, como concessões e permissões dos serviços públicos. A Figura 2 representa graficamente a composição da Administração Pública no Brasil.

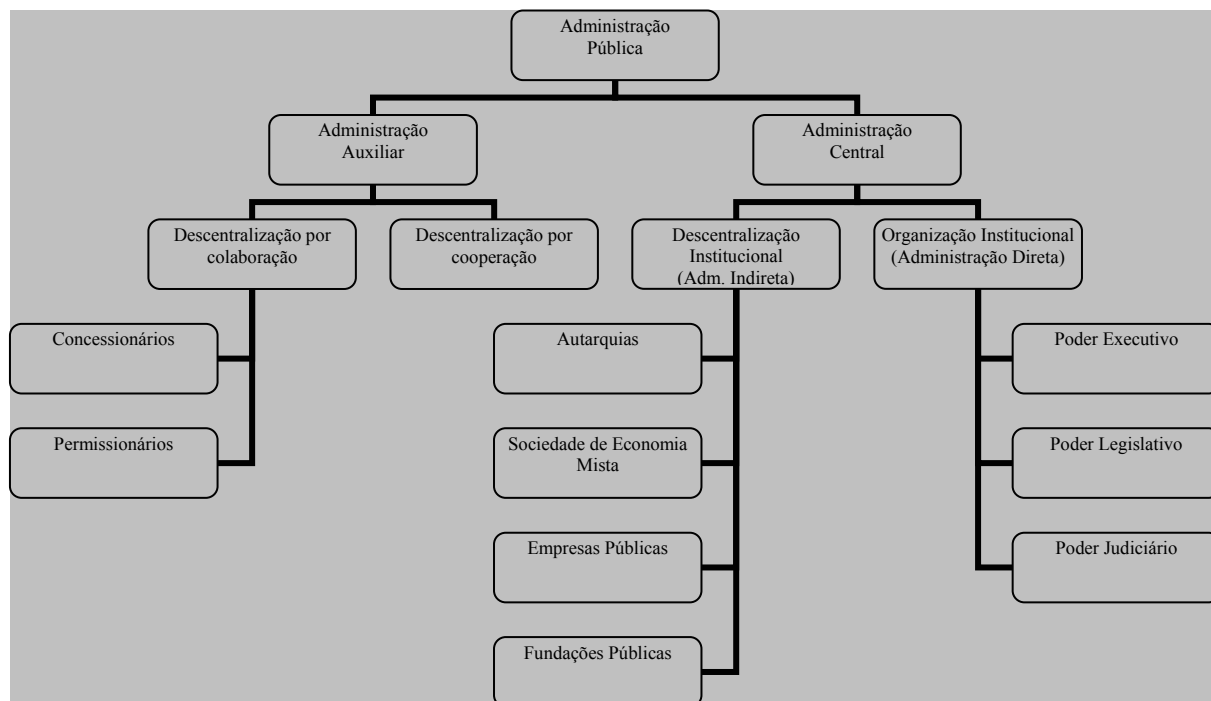


Figura 2 – Estrutura da Administração Pública brasileira

Fonte: Silva (2004), com adaptações.

O Manual propõe uma reorganização conceitual na Administração Pública, distinguindo entre que é setor monetário de não monetário, financeiro e não financeiro e

¹ O “Sistema S” são entes paraestatais criadas para realização de obras, serviços ou atividades de interesse coletivo, é composto, dentre outros, pelo Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – Sebrae etc.

separando o que é empreendimento público nas atividades do Estado. A estrutura da Administração Pública, para tanto, fica assim representada:

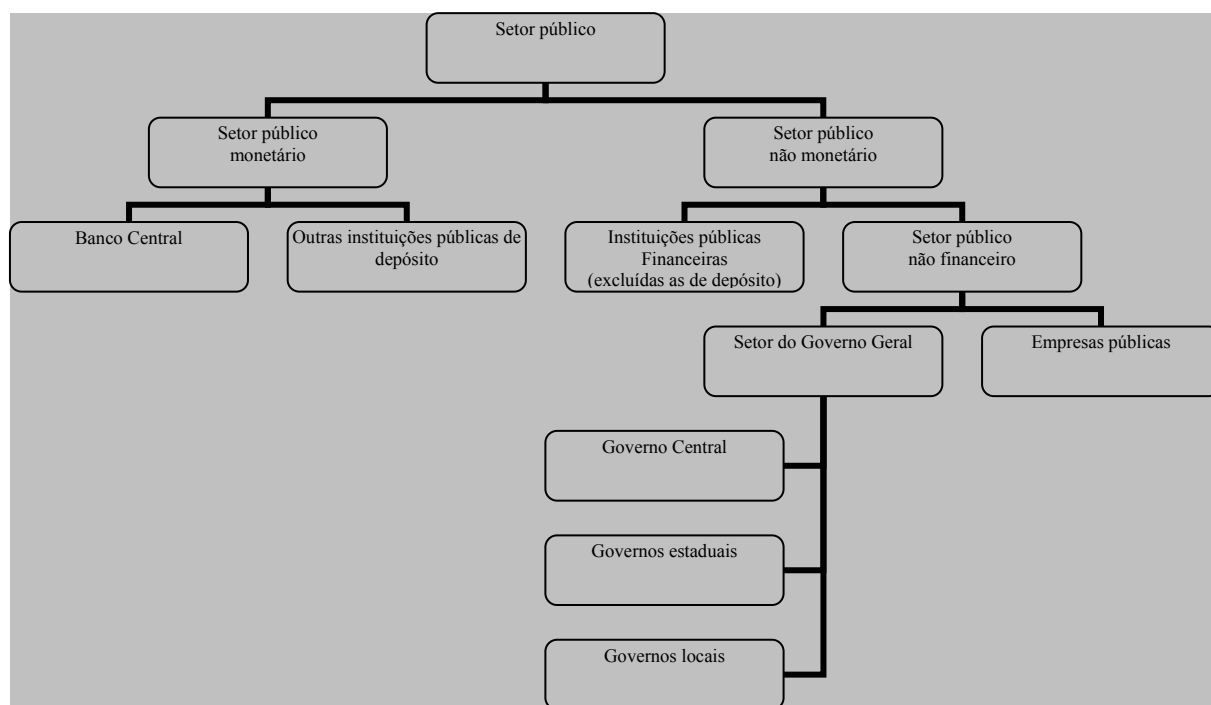


Figura 3 – Composição do setor público segundo o manual de estatísticas fiscais do FMI

Fonte: (*Government Finance Statistics Manual*, 2001 *apud* CROCE; COSTA; JUAN-RAMÓN, 2002).

Surgem assim novos conceitos como o de “setor público”, que BACEN (2004, p. 121), define como “as administrações diretas federal, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais federais, estaduais e municipais, além da Itaipu Binacional”.

O conceito de Governo Geral se refere às administrações diretas e indiretas federais, estaduais e municipais, incluindo o sistema público de previdência social. Os bancos públicos, o Banco Central do Brasil – BACEN e algumas estatais que dependem de recursos do orçamento público, como por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Também são excluídos entidades e fundos que não compõem o orçamento público, como o FGTS (BACEN, 2004).

2.1.3 Atividade financeira do Estado

Para atingir seus objetivos, o Estado, como qualquer outra organização, precisa realizar atividades financeiras, arrecadando recurso, obtendo crédito, mantendo patrimônio e adequando seus gastos aos recursos obtidos por intermédio de planejamento orçamentário.

Ao longo do tempo, os Estados lançaram mão de diversos meios para captar recursos, tais como extorsões sobre outros povos, exigências de tributos, penalizações pecuniárias, apropriação de propriedade privada, exploração de seu próprio patrimônio, empréstimos compulsórios ou contratuais, doações etc. (BORBA, 2004).

Essas formas de obtenção de recursos evoluíram ganhando contornos mais modernos e democráticos. Atualmente, as fontes mais comuns de recursos para a manutenção da Administração Pública e dos demais gastos do Estado são: cobrança de tributos, criação de moeda, exploração econômica do seu patrimônio e obtenção de crédito, tanto interno quanto externo. Assim, as fontes de financiamento dos gastos do Estado podem ser sintetizadas na fórmula:

$$-(T - C^g - I^g) = B^{gp} + \Delta H + B^{gf}$$

Onde:

T = Receita Tributária

C^g = Consumo do setor público

I^g = Investimento do setor público

B^{gp} = Crédito do setor privado ao Estado

ΔH = variação no estoque de moeda

B^{gf} = Endividamento Externo

Quadro 1 – Formas de financiamento do *déficit* público

Fonte: (HEMMING; MACKENZIE, 1991).

O primeiro membro da fórmula indica o *déficit* fiscal que será coberto por endividamento interno ou externo (B^{gp} ou B^{gf}) ou emissão de papel moeda (ΔH). Cada uma dessas formas de financiamento do *déficit* público implica um tipo de desequilíbrio macroeconômico. Durante a história das finanças públicas brasileira, utilizou-se

principalmente do endividamento externo e da emissão de papel moeda. Esse último traz o inconveniente de provocar elevação nos preços, sendo por isso é chamado de financiamento inflacionário. Observe-se que esta fórmula não contempla a geração de receitas com a exploração do patrimônio público (aluguéis, dividendos das estatais, privatizações etc.), por considerar a produção econômica como atividade pertencente à iniciativa privada.

O estudo da administração financeira e orçamentária do Estado tem o foco voltado para a obtenção, distribuição e utilização de recursos financeiros, mas não se limita a isso, como já discorrido sobre a atuação estatal na economia. Neste sentido que Silva (2004, p. 23) coloca que “no Estado moderno, as finanças públicas não são somente um meio de assegurar a cobertura para as despesas do governo, mas [...] um meio de intervir na economia, de exercer pressão sobre a estrutura produtiva e de modificar as regras da distribuição de renda”.

2.2 Políticas Públicas e política fiscal

Política para Magalhães (2002, p. 242) é um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”. A concepção de políticas públicas abrange políticas econômicas e sociais empreendidas pelo Estado.

Políticas públicas têm amparo no poder público, são imperativas e podem ser definidas como o Estado em ação. O estudo de políticas públicas passa pelo estudo de Estado e o alcance da intervenção estatal na sociedade (MAGALHÃES, 2002).

As políticas públicas são resultantes da atividade política. São as relações de poder nas decisões quanto à alocação dos recursos públicos.

As políticas públicas segundo Marchalek (2003, p. 14) são compreendidas como um “processo ou ação intencional de Governo [...] ou como um conjunto de ações (ou omissões)

que manifestam determinada modalidade de intervenção do Estado, em relação a uma questão que seja de interesse para outros atores da sociedade civil”.

Rossetti (1988, p.77) define política pública como

todo um complexo sistema de aspirações de determinada sociedade, em dado momento, assim como os meios que se empregam com o propósito de alcançá-las [...] abrange a política das relações externas, a política de defesa-segurança nacional, a política social e todo um conjunto inter-relacionado de ações públicas, de que fazem parte as de natureza econômica.

Desta forma, política econômica é um tipo de política pública em que o governo atua deliberadamente na economia e a usa como meio para alcançar os objetivos públicos. Normalmente, esses objetivos são referentes ao crescimento econômico, à realocação ou repartição da riqueza e a estabilidade do processo econômico.

Prosseguindo o afunilamento dos conceitos, a política econômica, por sua vez, conta com instrumentos de ação, cujos mais significativos são os da análise macroeconômica, que são (ROSSETI, 1988):

- a) os instrumentos monetários referentes ao manejo na emissão de moeda ou sua retirada de circulação (política monetária);
- b) os instrumentos cambiais referentes ao manejo da taxa de câmbio da moeda nacional em relação à estrangeira (política cambial), e
- c) os instrumentos fiscais referentes ao manejo das finanças públicas (política fiscal).

Política Fiscal, segundo Mankiw (2001, p. 744), “compreende as escolhas do governo em relação ao nível geral das suas aquisições ou aos impostos”. São as diretrizes do Governo para seus dispêndios e a forma de arrecadar recursos para financiar esses dispêndios (ROSSETTI, 1988).

É sobre a política fiscal que se funda a teoria do pensamento keynesiano. Segundo Blejer e Tanzi (1983, p. 1), para essa linha do pensamento econômico, “o resultado econômico do setor fiscal, quer se traduza em *déficit*, quer em *superávit*, é o principal

elemento estabilizador da economia”. Pressupõe-se ali que o Estado, visando orientar a economia, tenha meios e poder de decisão para regular o tamanho de seus gastos, com controle sobre o *déficit* e o conseqüente endividamento público.

Com o passar das décadas, foi-se constatando que os desequilíbrios fiscais são também determinados pelo ambiente econômico em que se insere o Estado. Em outras palavras, os resultados econômicos do setor público influenciam e afetam a atividade econômica, mas também são afetados por ela. Comprometendo, assim, o efetivo controle do Estado sobre seus resultados econômicos.

Nessa hipótese, a teoria keynesiana poderia ser usada como legitimação para um descontrole fiscal, em que o *déficit* não é decorrente de um planejamento econômico. Neste sentido Blejer e Tanzi (1983, p. 2) afirmam que “atualmente, seria difícil argumentar que na maioria dos países, o *déficit* fiscal reflete exatamente o nível de atividade desejado pela administração pública”.

O Brasil até o início da década de 1980 não sabia com precisão qual era o tamanho de seu *déficit* e foi por exigência de credores externos que se iniciou o controle das finanças públicas. Conforme apresentado no Quadro 12, ainda no de 2004 está-se reconhecendo valores de dívidas que não haviam sido contabilizadas, os chamados “esqueletos”. Isso traz evidências de que não se tem chegado a um controle definitivo do *déficit* público (ALÉM; GIAMBIAGI, 2000).

Em suma, pode-se dizer que política fiscal é um dos instrumentos de ação que o poder público utiliza para regular o tamanho de seus gastos, e de suas receitas, intervindo na economia com o objetivo de atender às aspirações da sociedade. Para tanto, as ações do Governo buscam atingir três funções básicas no que diz respeito a seu papel perante a comunidade nacional (ALÉM; GIAMBIAGI, 2000):

- Função Alocativa que diz respeito ao fornecimento dos bens públicos, rodovias, segurança, educação, saúde, dentre outros. Responde a pergunta: onde serão alocados os recursos públicos?
- Função Distributiva são os ajustes na distribuição de rendas e riquezas, buscando assegurar uma adequação àquilo que a sociedade considera justo, utilizando as transferências, a tributação e o subsídio.
- Função Estabilizadora, decorrente do pensamento keynesiano, em que o Governo deve usar da política econômica para buscar o alto nível de emprego, a estabilidade dos preços e a taxa apropriada de crescimento econômico.

2.3 A Contabilidade Pública

Este tópico destina-se a apresentar o conceito de Contabilidade pública, suas peculiaridades e seus sistemas de contas, colocando qual destes é o que afeta ao presente trabalho.

2.3.1 Definição e campo de atuação

Contabilidade Governamental ou Pública é uma especialização da Ciência Contábil. Na definição de Pires (1996, p. 98), trata-se de “um ramo da Contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento”. Para Mota (2002, p. 206), Contabilidade Pública é

o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei 4.320/64) os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

O principal diploma legal neste ramo da Contabilidade é a Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Esta lei representa para Contabilidade Pública o que a Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76, representa para a Contabilidade voltada à atividade empresarial (PIRES, 1996).

Tradicionalmente, a Ciência Contábil vem sendo conduzida pela visão do empreendimento privado que norteia a atuação dos conselhos reguladores da profissão e motiva a orientação pedagógica das instituições de ensino, já que a maior fatia do “mercado contábil” advém do setor privado (CASTRO e GARCIA, 2004).

Por este enfoque (o privado), a essência da Contabilidade está na existência de uma entidade com patrimônio posto a produzir resultados econômicos: o lucro. Este patrimônio, objeto de estudo dessa ciência, deve ser controlado, devendo ser prestadas as informações sobre sua evolução e sobre os lucros por ele gerados. Assim, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são a vitrine da empresa, observada pelos investidores.

Ao mudar o foco para a área pública a preocupação recai sobre o orçamento, que é a essência dos gastos públicos, e sobre as finanças, que asseguram seu cumprimento (MOTA, 2002). Muito embora a Lei 4.320/64 traga determinações sobre o acompanhamento patrimonial, como os artigos de 84 a 96, os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e apuração dos resultados não são as informações prementes. Segundo, Castro e Garcia (2004, p. 39), “o que adianta dizer que houve valorização dos bens imóveis em Brasília e que o Palácio do Planalto agora passou a ter um valor maior? [...] Ninguém vai vender o Palácio do Planalto”. Dessa forma, esses autores sugerem que o objeto da Contabilidade Pública não tem sido o patrimônio, mas sim o orçamento e as finanças públicas. Destarte, os principais demonstrativos são os balanços Orçamentário e Financeiro. Por esse motivo a bibliografia em Contabilidade Pública dispensa dedicação ao estudo do orçamento público.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o orçamento é apresentado elaborado pelo Poder Executivo e submetido à aprovação do Poder Legislativo. Em razão disso é considerado como a autorização legislativa para os gastos do Estado (SILVA, 2004). Representa o instrumento de planejamento governamental e é composto por três peças: o Plano Plurianual – PPA, orçamento de médio prazo abrangendo 4 anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dá normas para a elaboração do orçamento anual do ano seguinte e a Lei Orçamentária Anual – LOA, que fixa as despesas e prevê as receitas do período seguinte. Este último vincula os gastos do governo sendo vedado, segundo o artigo 167 da Constituição Federal, realizar despesas ou operações de créditos que não estejam ali previstas. A LOA compreende três orçamentos que são (BRASIL, 1998):

- orçamento da seguridade social que compreende os gastos em saúde, previdência e assistência social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
- orçamento de investimento das empresas que a Administração Pública detenha direta ou indiretamente a maioria do capital social com direito a voto, detalhando as fontes de recursos e a programação dos investimentos;
- orçamento fiscal que demonstrará os gastos referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excluídas as despesas (e receitas) referentes aos orçamentos de investimento e de seguridade social.

A Lei 4.320/64 definiu o campo de atuação da Contabilidade Pública como os órgãos e entidades da administração direta e indireta do governo federal, estadual, distrital e municipal o que corresponderia, reutilizando a Figura 2, a parte achurada da figura a seguir:

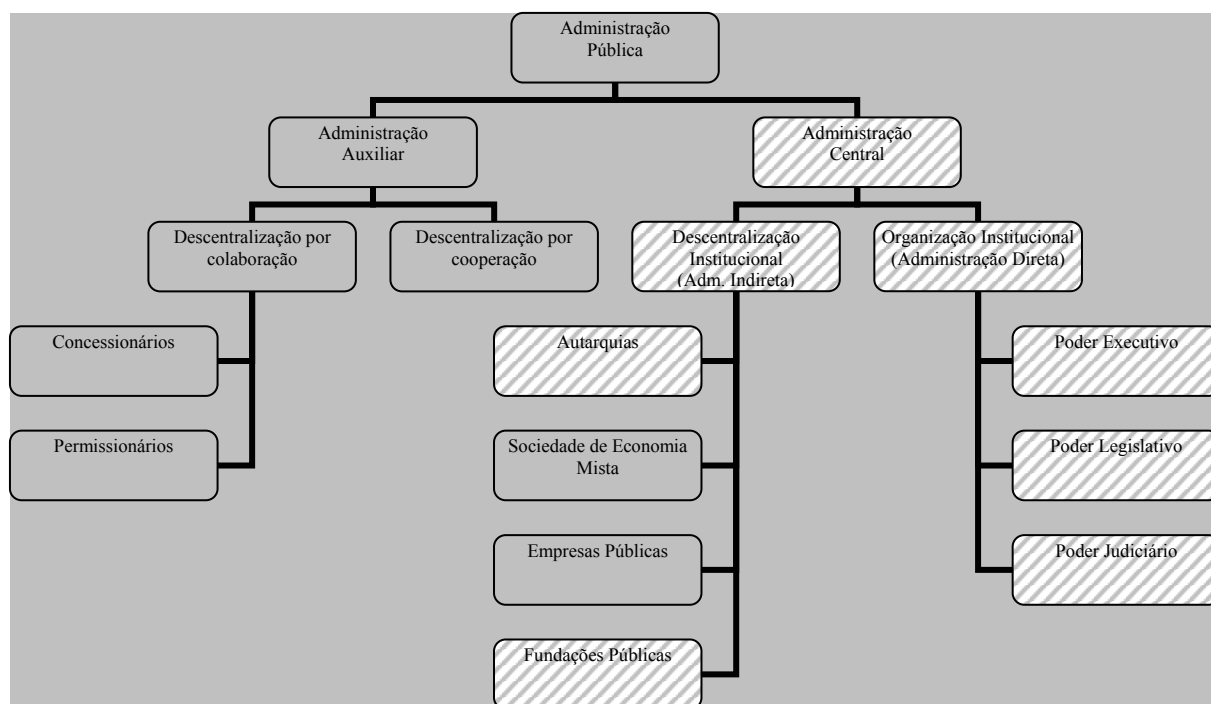


Figura 4 – Campo de atuação da Contabilidade Pública

Fonte: (SILVA, 2005), com adaptações

Cabe ressaltar que algumas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são contempladas no orçamento fiscal e de seguridade social o que as inclui no campo de atuação da Contabilidade Pública. A essas a LRF deu a classificação de “empresas estatais dependentes”, para diferenciá-las das demais que não dependem do orçamento fiscal. A Embrapa é um exemplo de empresa dependente. Outro ponto relevante é que algumas entidades da Administração auxiliar, mais especificamente as de descentralização por cooperação, utilizam tanto da Contabilidade voltada à iniciativa privada quanto da Contabilidade Pública, apresentando também demonstrativos de acordo com a Lei 4.320/64.

No que se refere à composição do patrimônio público contabilizável, há também algumas particularidades: não são todos os bens públicos que compõem o Balaço Patrimonial de uma entidade pública. Dentro da classificação dada pelo Código Civil², são contabilizados

² O Código Civil, em seu artigo 99, classifica bens públicos em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominiais. Os de uso comum são de uso geral e indiscriminado do povo. Constituem as rodovias, monumentos, praça pública, praias, parques públicos etc. Os dominiais são de domínio público, mas não estão em utilização nos serviços públicos, permanecendo à espera de uma destinação. São edifícios desocupados; terrenos não utilizados pertencentes à União e outros. Os de uso especial são reservados ao uso dos serviços

apenas de uso especial e os dominiais que compõem o que se chama de patrimônio administrativo.

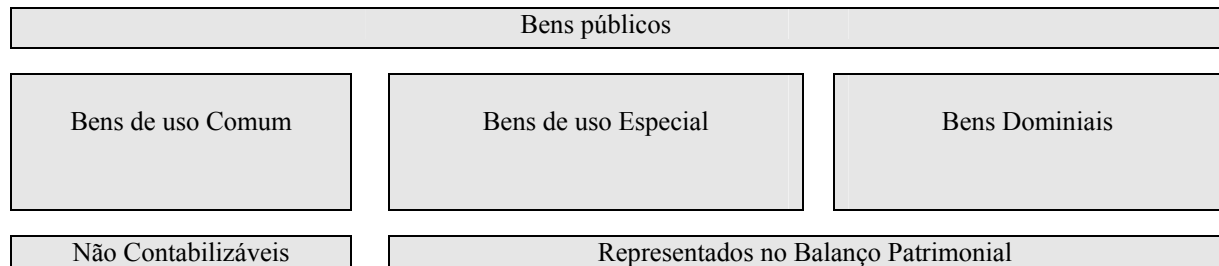


Figura 5 – Composição do patrimônio público

Fonte: Cruz (1999), com adaptações.

Embora os bens de uso comum não sejam objetos da Contabilidade Pública, eles absorvem recursos tanto para a sua aquisição ou criação quanto para melhoria, operação ou manutenção. Tais transações são passíveis de registros contábeis devendo constar no orçamento público.

2.3.2 Sistemas de contas

A Contabilidade Pública adota sistemas independentes para contabilização dos atos e fatos da Administração Pública, diferente da Contabilidade voltada para a área privada em que contas de natureza financeira (caixa, bancos e outros ativos financeiros) são contabilizadas conjuntamente a contas de natureza patrimonial (imóveis, maquinário etc.).

Na área pública as contas são separadas em quatro sistemas independentes, autônomos e estanques cujo objetivo é a confecção de quatro demonstrativos contábeis: Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais (MOTA, 2002). Assim são tidos os sistemas (PIRES, 1996):

- orçamentário que faz o controle do orçamento aprovado pelo Legislativo, transitam os fatos de arrecadação da receita e liquidação da despesa;

públicos e, portanto indisponíveis, num primeiro momento, para a população. São os prédios, veículos, equipamentos e todos os demais utilizados pela Administração Pública para prestar serviço à comunidade.

- financeiro que registram as movimentações referentes ao grupo do “disponível”, que sejam de origem tanto orçamentárias quanto extra-orçamentárias;
- patrimonial que registra as incorporações ou desincorporações de ativos e passivos não-financeiros;
- de compensação que registra os atos praticados pela administração que não afetam o patrimônio de imediato, mas poderão vir a afetá-lo;

Por serem estanques, uma conta de um sistema só pode ser lançada em contrapartida de outra do mesmo sistema. Por exemplo, um lançamento a débito em “Caixa” não pode ter como contrapartida um crédito em “Despesa Orçamentária Corrente com Pessoal”. Cada sistema apura seus próprios resultados.

O sistema orçamentário, que dá origem ao Balanço Orçamentário, é que fornece as principais informações do *déficit* público, objetivo de estudo da presente pesquisa.

Antes de adentrar no estudo dos resultados orçamentários, faz-se necessário discorrer sobre as despesas e receitas públicas.

2.3.3 Despesa e Receita pública

Para a Contabilidade Pública, receitas são quaisquer ingressos de valores financeiros que deva ser movimentados pelo erário. Mesmo que tais valores pertençam a terceiros e apenas transitem pelos cofres públicos devem ser registradas como receita, tais como garantia de contratos, cauções para participação em leilões etc. (MOTA, 2002). Da mesma forma, despesa pública, conforme Cruz (1989, p. 71) “é todo e qualquer pagamento efetuado pelos agentes pagadores do Estado”.

A receita e a despesa podem ser classificadas, quanto à sua natureza, em orçamentária e extra-orçamentária, constando nesta última os valores pertencentes a terceiros no qual o

Estado é apenas depositário (SILVA, 2004). As receitas e despesas que constam na Lei Orçamentária são classificadas em correntes e de capital, assim discriminadas:

- **Receitas Correntes:** é o valor total da arrecadação de receitas tributária, de contribuições sociais, a fruição patrimonial, produção agropecuária, produção industrial, de serviços, recebimento de valores transferidos de outros entes da federação para cobrir despesas correntes;
- **Receitas de Capital:** registra o valor das operações de crédito, alienação de bens, recebimento de amortização de empréstimos, transferências de capital e outras;
- **Despesas Correntes:** são os custeios e manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, não resultam em compensação patrimonial. Tais como despesa com pessoal e encargos sociais, despesas de juros, encargos ou comissões pagos em razão de dívida contraída, material de consumo e outras;
- **Despesas de Capital:** concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão. Como obras, aquisição de bens móveis ou imóveis, investimentos em empresas estatais, a correção monetária e amortização da dívida.

RECEITA		DESPESA	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1000.00.00	Receitas Correntes	3.0.00.00	Despesas Correntes
1100.00.00	Receita Tributária	3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais
1200.00.00	Receitas de Contribuições	3.2.00.00	Juros e Encargos da dívida
1300.00.00	Receita Patrimonial	3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
1400.00.00	Receita Agropecuária		
1500.00.00	Receita Industrial		
1600.00.00	Receita de Serviços		
1700.00.00	Transferências Correntes		
1900.00.00	Outras Receitas Correntes		
9000.00.00	Deduções da Receita Corrente		
2000.00.00	Receitas de Capital	4.0.00.00	Despesa de Capital
2100.00.00	Operações de Crédito	4.4.00.00	Investimentos
2200.00.00	Alienação de Bens	4.5.00.00	Inversões Financeiras
2300.00.00	Amortização de Empréstimos	4.6.00.00	Amortização da Dívida
2400.00.00	Transferências de Capital		
2500.00.00	Outras Receitas de Capital		

Quadro 2 – Classificação quanto à Natureza da despesa e da receita, desdobramento até o segundo nível
 Fonte: (BRASIL, 2001), com adaptações.

Detalhando a classificação, a receita recebe seis níveis de desdobramento em sua codificação: categoria econômica, fonte, subfonte, rubrica, alínea e subalíneas, podendo ser representado da seguinte maneira:

NÍVEIS	DISCRIMINAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ESPECIFICAÇÃO Exemplo
1º	Categoria Econômica	1.0.0.0.00.00	Receita Corrente
2º	Fonte	1.1.0.0.00.00	Receita Tributária
3º	Subfonte	1.1.1.0.00.00	Impostos
4º	Rubrica	1.1.1.2.00.00	Imp. s/ Patrimônio e Renda
5º	Alínea	1.1.1.2.04.00	Imp. s/ Renda e proventos
6º	Subalínea	1.1.1.2.04.01	Pessoa Física

Quadro 3 – Classificação quanto à Natureza da receita

Fonte: Pires (1996, p. 75)

Já a despesa é classificada em categoria econômica, subcategoria econômica, elemento e subelemento, tendo quatro níveis, conforme se apresenta no quadro a seguir:

NÍVEIS	DISCRIMINAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ESPECIFICAÇÃO Exemplo
1º	Categoria Econômica	3.0.00.00	Despesa Corrente
2º	Grupo de Despesa	3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3º	Modalidade de Aplicação	3.1.90.00	Aplicação direta
4º	Elemento de Despesa	3.1.00. 01	Aposentadorias e Reformas

Quadro 4 – Classificação quanto à Natureza da despesa

Fonte: Pires (1996, p. 78) com adaptações.

Há ainda o conceito de receita efetiva que são aquelas que geram uma modificação na situação líquida da entidade, ou seja, é isenta de qualquer tipo de vinculação ou destinação específica. Se houver, serão consideradas como permutativas e se chamam de receitas por mutação patrimonial (SILVA, 2004).

Após expostos os conceitos de despesas e receitas públicas, já se tem embasamento para tratar de resultados considerando as particularidades da Contabilidade voltada para o setor público.

2.3.4 Resultados econômicos

Existe uma desigualdade econômica adotada na Contabilidade Pública brasileira em que se usa regime de competência para a realização da despesa e regime de caixa para as receitas (CRUZ, 1989). A apuração resultado orçamentário considera essa peculiaridade e fica em descompasso econômico.

Na elaboração do orçamento, o equilíbrio contábil é dado pela fixação das despesas que não podem ultrapassar as receitas previstas. Quando é previsível o *déficit*, a lei orçamentária antecipa a autorização para operação de crédito garantindo o equilíbrio orçamentário.

O desequilíbrio de que trata a teoria keynesiana não se refere, portanto, à igualdade contábil do orçamento. Ela vem contestando o entendimento de que a Administração Pública deverá planejar e executar seus gastos sem que haja necessidade de endividamento.

Assim, estando as contas fiscais sempre equilibradas contabilmente, para efeitos de análise deve-se separar e reclassificar as contas de despesa e receita em categorias que fornecerão informações sobre os desequilíbrios fiscais (CROCE, COSTA e JUAN-RAMÓN, 2002). São as diferentes classificações das contas que fornecem os diferentes tipos de desequilíbrios fiscais.

Resultado basicamente é a diferença entre receitas e despesas: se positivo, tem-se o *superávit*, se negativo, o *déficit* (SLOMSKI, 2001). Os resultados são indicadores da situação econômica de uma organização. No caso de um Estado, os *superávits* indicam a capacidade de a nação conseguir saldar sua dívida, diminuindo o risco para os investimentos do capital estrangeiro e para a economia interna. Contrariamente, *déficit* é um dos fatores que influencia o aumento do endividamento público (MOTTA, 1999).

A literatura que trata do assunto, normalmente aborda o estudo do resultado das finanças públicas pelo lado do *déficit*. Assim, são encontradas abundantemente expressões do tipo *déficit* público, *déficit* fiscal, *déficit* nominal, *déficit* primário, *déficit* operacional, *déficit* convencional do setor público, *déficit* de caixa e de competência, *déficit* ponderado, *déficit* corrente, *déficit* nominal zero e outros vários. Para este trabalho, buscou-se enfatizar o termo “resultado”.

Além e Giambiagi (2000, p. 70) usa a expressão “**resultado fiscal**” para definir “a diferença entre o total das despesas e as receitas do governo”. Esse resultado (o total da receita menos o total da despesa) é conhecido por **resultado fiscal convencional** ou **global** (CROCE; COSTA; JUAN-RAMÓN, 2002). Usando o mesmo método de cálculo, Silva (2004, p. 96) dá outro sinônimo: o **resultado nominal**, definindo como a “diferença entre todas as receitas e todas as despesas da entidade, levando em consideração os valores pagos e recebidos de juros nominais no sistema financeiro, o setor privado não financeiro e o resto do mundo”. Um outro sinônimo de resultado nominal é o conceito de **Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP**. No Brasil, como já citado, as NFSP começaram a ser mensuradas no início da década de 80, em razão do acordo com o FMI que usa esse indicador para acompanhar o desempenho global do setor público (REZENDE, 2002).

Juros nominais, por sua vez, é a soma do juro real, ou seja, do encargo sobre o empréstimo, mais a inflação futura, ambos incertos (KANITZ, 2005). Quando a inflação é significativa, fica difícil a distinção entre pagamento de juros e amortização da dívida com a correção monetária, distorcendo o tamanho do *déficit* (BLEJER e TANZI, 1983). Assim, o resultado no conceito nominal deixou de ser usado como um indicador relevante por embutir a inflação, o que gera distorções de análises (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000). Em razão disso, passou-se a utilizar o **resultado operacional** que exclui a correção monetária do resultado

financeiro (receita de juro menos a despesa de juro). O resultado operacional foi chamado de **resultado real** para contrapor ao nominal (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

Retirando do resultado operacional os juros reais e o pagamento do montante da dívida, chega-se ao **resultado primário**. Para Brasil (2005, p. 160), “o resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias”. Já para Silva (2004, p. 97) o resultado primário é a “diferença entre a receita arrecadada e a despesa liquidada, excluindo desses valores as receitas financeiras, alienações de bens, operações de crédito e suas respectivas amortizações”. Obtém-se receita primária excluindo as receitas de aplicações financeiras, os ingressos referentes empréstimos obtidos, o recebimento de empréstimos concedidos e alienação de bens. Para as despesas primárias excluem-se da despesa liquidada no período, os juros e encargos da dívida, as concessões de empréstimo, amortização da dívida e aquisição de ações ou cotas que não seja referente a aumento de capital ou instituição de uma nova de empresas.

O principal objetivo do cálculo do resultado primário é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro (STN, 2002). Apesar de não haver consenso sobre o que é uma política fiscal sustentável, é harmônico que ela é insustentável quando gera aumento persistente e acelerado da dívida pública em relação ao PIB ou quando a dívida é mantida reiteradamente em níveis altos, o que no longo prazo gerará altos custos de manutenção e conseqüente aumento de *déficits* e de endividamento (CROCE, COSTA e JUAN-RAMÓN, 2002).

O resultado primário tem significativa importância por trazer informações sobre a sustentabilidade da política fiscal adotada, respondendo à pergunta: se não houvesse dívida e conseqüente pagamento de seu serviço (juros e amortizações), o setor público estaria gerando poupança ou se endividando com a atual política fiscal? Dessa forma, o resultado primário mostra o comportamento fiscal do Governo no período e sua contribuição para a redução ou

elevação do endividamento público. Os recursos obtidos com os *superávits* primários são destinados ao pagamento da dívida pública (SILVA, 2004).

Para se evitar uma dinâmica de crescimento da dívida superior ao crescimento da economia é preciso se obter um *superávit* primário suficiente para cobrir os juros reais pagos sobre a dívida existente (MOTTA, 1999).

Há, ainda, o **Resultado Corrente** que consiste na diferença entre receita corrente e despesa corrente. Esse indicador tem repercussão direta com o que se chama de “regra de ouro das finanças públicas” em que, conforme Silva (2004, p. 49), “as operações de crédito devem, apenas, custear as despesas de capital (obras e aquisição de equipamentos) ou refinanciar o principal da dívida (rolagem)”. Destarte, não poderá haver *déficit* corrente, salvo nos casos as autorizados pelo poder legislativo, conforme art. 167, III, da Constituição Federal.

No início deste semestre (julho/2005), foi manchete de vários periódicos o **Déficit Nominal Zero**. Trata-se mais de uma meta fiscal que um conceito para o conjunto dos *déficits* públicos.. O Deputado Delfim Netto do Partido Progressista de São Paulo, ex-Ministro da Fazenda, propôs uma Emenda Constitucional que estabelecesse a regra de *déficit* zero, em que o setor público deveria elevar o *superávit* primário até o ponto de cobrir as despesas com juros nominais da dívida mediante um aumento da austeridade fiscal. Para Kanitz (2005, p. 2), “o *Déficit* Nominal Zero é na realidade um *Superávit* Real Positivo”. Dessa forma haveria pagamento real da dívida e não apenas uma porcentagem do PIB como ocorre atualmente.

Cabe ressaltar que um resultado poderá ser deficitário ou superavitário, conforme discorrido acima. Dessa forma, a expressão “*déficit* zero” traz um equívoco semântico que talvez pudesse ser dirimido adotando-se “resultado nominal zero”.

Resultado nominal Resultado convencional Resultado global	=	Total da receita – gastos totais
Resultado operacional	=	Total da receita – (gastos totais – correção monetária da despesa e receita de juro) ou Resultado nominal – correção monetária da despesa e receita de juro
Resultado primário	=	Total da receita – resultado financeiro – amortização da dívida ou Resultado operacional – despesa de juro real – amortização da dívida
Resultado corrente	=	Total da receita corrente - total da despesa corrente
Déficit Nominal Zero	=	Total das receitas - (total das despesas – amortização da dívida) ou Resultado primário + juros reais e correção monetária

Quadro 5 – Representação algébrica dos resultados fiscais

Fonte: Elaboração própria

2.3.5 Formas de apuração do resultado econômico público

São duas as formas de apuração do resultado público conhecidos por critério “acima da linha” e critério “abaixo da linha”.

O critério “abaixo da linha” apura a Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP fazendo acompanhamento da evolução da dívida. O aumento da dívida de um período para outro significa que o houve NFSP positivo, ou seja, um *déficit* nominal. Do contrário, uma redução significa que houve um *superávit* nominal. No Brasil, a NFSP é calculada por esse método cujos dados oficiais são fornecidos pelo BACEN (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

O inconveniente da apuração da NFSP pelo critério “abaixo da linha” é que representam apenas o resultado sem que se permita saber o que está causando o desequilíbrio, ou seja, não se sabe exatamente se o *déficit* foi por falta de receita, aumento de despesa ou reconhecimento de dívidas passadas não contabilizadas anteriormente, os chamados “esqueletos” (REZENDE, 2001).

O método “acima da linha” é o adotado pela STN e consiste no cotejamento entre receitas e despesas. Essa forma de apuração da NFSP foi adotada no Brasil em 1986 e veio sendo aprimorada ao longo dos anos com a inclusão do fluxo de caixa da Previdência Social, das liberações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dos resultados do BACEN e outras receitas e despesas que à época não se tinha informações disponíveis (STN, 2005). Embora a STN (2005, p. 1) afirme que hoje a “abrangência das estatísticas ‘acima da linha’ [é] plenamente compatível com aquelas ‘abaixo da linha’”, há necessidade de ajustes para alcançar tal compatibilidade. A diferença entre o resultado primário obtido pelo critério “acima da linha” e o apurado pelo “abaixo da linha” é representada na rubrica “discrepância estatística” no demonstrativo Resultado Fiscal do Governo Central, Anexo A.

A dificuldade em se divulgar dados consistentes por esse método consiste em que a STN dispõe apenas das informações contábeis do Governo Federal. Muito embora a LRF determine que todos os entes da federação mantenham esse órgão central de contabilidade informado bimestralmente. No entanto, a exemplo das Demonstrações Consolidadas, a STN tem publicado Balanços sem constar ali quase da metade dos municípios, conforme quadro a seguir:

Ano	Abrangência	Publicado Em
2000	57% dos Municípios.	Portaria Nº 239 de 28 de junho 2001
2001	78,6% dos Municípios	Portaria Nº 301, De 27 de junho de 2002
2002	61,7% dos Municípios.	Portaria Nº 346, de 27 de junho de 2003
2003	84,8% dos Municípios.	Portaria Nº 307, de 29 de junho de 2004
2004	65,2% dos Municípios	Portaria Nº 458, de 29 de junho de 2005

Quadro 6 – Absenteísmo dos entes federativos nas Demonstrações Consolidadas
Fonte: STN

O Banco Central, por ser o órgão regulador do Sistema Financeiro Nacional, dispõe de informações sobre o total de créditos que as instituições financeiras têm junto a cada entidade pública. Destarte, mesmo sem conhecer seus dados acima da linha, o BACEN conhece o tamanho dos *déficits* públicos.

Não obstante as despesas serem reconhecidas pela competência, para a apuração da NFSP, serão consideradas apenas as despesas orçamentárias liquidadas e os “restos a pagar”

que são despesas diferidas, referentes ao exercício anterior. Dessa forma, sendo já as receitas legalmente reconhecidas no momento de sua arrecadação, conforme art. 35 da Lei 4.320/64, as NFSP são apuradas pelo regime de caixa, ressalvando apenas as despesas de juros, apuradas pela competência (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

Para análise das contas públicas, utiliza-se o Produto Interno Bruto – PIB como referência.

A influência da desvalorização monetária também é considerada no PIB, sendo distinguidos o PIB Nominal, que representa a produção de bens e serviços avaliados a preços correntes e o PIB Real, que compara o crescimento de um período em relação ao anterior deflacionando o PIB Nominal. Por ser o indicador do tamanho da economia, a variação do PIB é um dos fatores para previsão orçamentária, cuja variação afeta o “tamanho” das finanças públicas.

Assim é usual representar os valores para os valores das contas de receita, despesas e dívida em percentual do PIB. A lógica básica é a de que, por exemplo, o aumento da dívida pública de um período para o outro não tem muita importância se esse crescimento for igual, ou menor, que o crescimento da economia. Neste sentido, Além e Giambiagi (2000, p. 212) afirmam que “a dívida pública pode crescer indefinidamente, da mesma forma que a dívida de uma empresa que está permanentemente expandindo-se e não implica maiores riscos para o credor, desde que a empresa não deixe de crescer”.

2.1.4. Dívida Pública

Segundo Cruz (1989, p. 99), “entende-se por dívida pública os compromissos de ordem financeira assumidos pelo Estado junto a terceiros”.

A dívida pública é um estoque de obrigações do setor público – União, Estados-membros, Municípios e suas respectivas empresas estatais – para com o público em geral, seja do setor privado ou público, residentes ou não residentes no País. O estoque da dívida pública representa o acúmulo de déficits passados, mas tem natureza diferente do *déficit*. A dívida é um estoque e o *déficit* é um fluxo (MOTTA, 1999).

O endividamento público é tido como antecipação de uma receita futura e sob esse aspecto Croce, Costa e Juan-Ramón (2002, p. 101) traz a consideração de que

a menos que o setor público utilize de forma produtiva os recursos obtidos com a elevação do nível de endividamento, gerando receitas tributárias maiores e em volume suficiente para cobrir os pagamentos futuros e os juros da dívida, ele terá que financiar o ônus da dívida por meio de uma redução futura nos serviços.

Ainda no aspecto da longevidade da dívida, Silva (2004, p.48) coloca que “deve buscar-se sua distribuição pelos exercícios que serão beneficiados por esse mesmo investimento, para que a população atual não sofra carga excessiva”. Essas afirmações colocam a dívida como resultado de um planejamento no qual há necessidade de alavancagem financeira para promover desenvolvimento e obter melhores resultados no futuro.

Assim, a dívida pública, além de ser resultado de uma política fiscal deficitária, também é instrumento de intervenção do governo na economia. Ela absorve a poupança privada e se presta à função de alocação de recursos. Por outro lado a dívida pública compete com a necessidade privada de financiamento, provocando elevação das taxas de juros. A taxa de juros sobre os títulos públicos é chamada pelo mercado financeiro de taxa básica de juro, pois, em tese, os títulos públicos seriam o investimento de menor risco, em razão de o Estado não estar sujeito à falência, e qualquer outro teria que remunerar no mínimo o valor ao pago pelo Governo a título de juro.

Embora não estando sujeito à falência, o Estado pode chegar à insolvência ou iliquidez necessitando protelar a quitação de suas obrigações. Daí a exigência do mercado para que os títulos da dívida pública sejam remunerados de forma a cobrir esse risco.

Em oposição ao conceito de “dívida ativa”, que são direitos da fazenda pública junto a terceiros, Pires (1996, p. 87) a definição de dívida passiva que são “os compromissos contraídos pela unidade, para atender ao desequilíbrio orçamentário ou financiamentos de bens, obras ou serviços públicos”.

Os critérios mais importantes para classificação da dívida pública no Brasil são (ALMEIDA, 1996):

- a) os prazos de amortização (curto prazo de inferior a doze meses ou longo prazo se superior a esse período);
- b) a base de empréstimo (contratual, com base em contratos de empréstimos firmados ou mobiliária, com base em emissão de títulos);
- c) a origem dos recursos (interna ou externa ao país), e
- d) o tipo de responsabilidade do órgão público (garantida, se houver avalista, ou direta se não houver).

A Lei 4.320/64 classifica a dívida de acordo com o prazo de amortização: a de curto prazo, chamada de flutuante (Art. 92) e a de longo prazo, superior a doze meses (Art. 98), chamada de fundada. A dívida fundada também é conhecida por dívida consolidada, conforme acrescenta Cruz (1989, p. 99), é composta por

valores arrecadados com o intuito de financiar, em geral, expansão dos serviços públicos já existentes; em como principal característica a procedência internacional ou nacional e o resgate programado para o longo prazo. Além disto, depende da autorização legislativa para que seja realizada.

É importante salientar o adjetivo “consolidado” quando ligado à dívida pública é sinônimo de longo prazo, não tendo correspondência com a expressão “consolidação de balanço” de que trata o Art. 111 da Lei 4.320/64 ou “demonstrações contábeis consolidadas” dos conglomerados econômicos de que trata a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T8

(CFC, 2002). Nesses dois normativos, o termo “consolidado” associado à demonstração contábil carrega a idéia de “fusão” de demonstrações contábeis.

A técnica da consolidação de balanços é baseada na teoria matemática dos conjuntos, cujo objetivo é representar o potencial econômico do conglomerado de empresas como se fosse uma única. No caso do setor público, por exemplo, a União repassa recursos para os estados-membros e para os municípios e todos mantêm relações financeiras, como linhas de créditos, transferências referentes a fundos de participação etc. Ao compilar as contas do setor público, deve-se eliminar os lançamentos ou transações entre as unidades, de modo a evitar duplicidade de registros. Assim, a fusão das demonstrações contábeis exclui as interseções, ou seja, as relações financeiras entre os entes, podendo ser representado, maneira simplória, pelo Diagrama de Venn, abaixo.

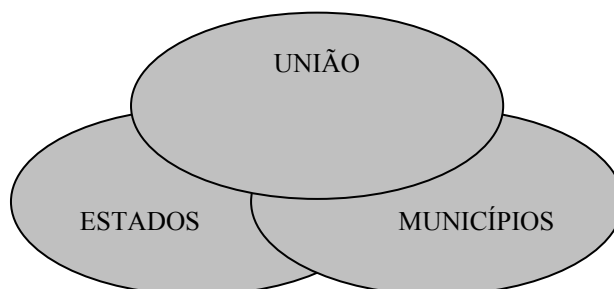


Figura 6 – Representação de uma consolidação de balanços no Diagrama de Venn

Fonte: Elaboração própria

O Manual de Estatística das Finanças Governamentais (*Government Finance Statistics Manual*) do Fundo Monetário Internacional traz tal determinação em que ao compilar as estatísticas de um setor ou subsetor do governo, reúnem-se todos os lançamentos de categorias correspondentes, mas eliminam-se os lançamentos ou transações entre as referidas unidades do governo.

Há ainda outros conceitos de dívida pública decorrentes de diferentes metodologias de apuração, tais como dívida bruta e dívida líquida. Chama-se dívida bruta o total dos débitos

do setor público não financeiro junto a terceiros. A Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, conforme BACEN (2004, p. 121), é definida como “o saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo”. É chamada de “líquida” por deduzir, do valor da dívida, os ativos financeiros, tais como disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e outros créditos junto ao setor privado (REZENDE, 2001). Pressupõe-se que os ativos serão realizados para quitação de parte da dívida bruta. Também são excluídas da DLSP as receitas advindas de privatizações. Estas compõem a Dívida Fiscal Líquida que é o resultado da equação: DLSP ou Dívida Consolidada Líquida mais as receitas de privatizações.

DÍVIDA CONSOLIDADA (I)

DEDUÇÕES (II)

Ativo Disponível

Haveres Financeiros

(-) Restos a Pagar Processados

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)

RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)

PASSIVOS RECONHECIDOS (V)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)

Onde:

(I) Dívida Consolidada – registra os saldos da dívida consolidada identificados na contabilidade.

(II) Deduções – disponibilidade de caixa, aplicações financeiras deduzidos os Restos a Pagar Processados, ou seja, as obrigações do Passivo Financeiro (circulante).

(III) Dívida Consolidada Líquida – resultado da equação: Dívida Consolidada menos as deduções financeiras especificadas.

(IV) Receitas de Privatizações – o valor arrecadado com as privatizações, subtraídas das despesas de vendas (imposto de renda sobre a operação, comissões de venda, gastos com avaliação e reestruturação da empresa) e acréscimo das dívidas transferidas ao adquirente identificadas no sistema financeiro.

(V) Passivos Reconhecidos – são as dívidas incorporadas, os chamados “esqueletos”, correspondem à dívidas passadas até então não reconhecidas pelo governo. Tais passivos devem estar computados na Dívida Consolidada (I).

(VI) Dívida Fiscal Líquida – É o resultado da equação: Dívida Consolidada Líquida mais as receitas de privatizações excluindo os esqueletos

Quadro 7 – Fórmula de cálculo da Dívida Líquida

Fonte: LRF, art 53, inciso III - Anexo VI

É importante salientar que as empresas estatais financeiras (bancos, caixas econômicas) não são consideradas no cálculo da dívida uma vez que estas também são credoras do setor público não-financeiro e, no momento de uma consolidação de

demonstrações, a dívida de um Estado-membro para com o banco estadual a ele vinculado, não ficaria demonstrada.

Usualmente, o tamanho da dívida pública de um país é medido em relação ao seu Produto Interno Bruto – PIB. Da mesma forma a dinâmica da dívida deve ser comparada com a dinâmica do PIB.

2.2 Considerações históricas sobre as finanças públicas brasileira

A dívida pública brasileira é tão antiga quanto a existência do país como Estado autônomo. Uma das imposições da metrópole para o reconhecimento da independência brasileira foi a de que o novo Estado assumisse parte da dívida externa portuguesa para com a Inglaterra. O Império recém-criado, em meio a comoções internas e guerras externas, necessitou reaparelhar sua administração pública e fazer diversos outros investimentos numa vasta área territorial que até então se destinava apenas à colônia de exploração (PRADO JÚNIOR, 1986). Iniciava ali o financiamento dos gastos do governo por meio de recursos advindos de operações de crédito.

Vários outros empréstimos foram obtidos na Inglaterra para socorrer as finanças públicas. Conforme tabela abaixo, até o fim do Império o Brasil contratou na Inglaterra quinze empréstimos num total de mais de 60 milhões de libras. Contudo, boa parte desses recursos não era revertido em benefícios para o novo Estado, mas se destinava apenas à rolagem da dívida. Conforme Prado Júnior (1986, p. 200), “isto já se tornava um recurso normal: quando não se podia pagar uma dívida vencida, ela se saldava com um novo empréstimo a refinanciamento”.

Ano	Libras (£)
1825	3.000.000
1829	400.000
1839	312.000
1843	732.000
1858	1.526.500
1859	508.000
1860	400.000
1863	3.855.307
1865	6.363.613
1871	3.000.000
1875	5.301.200
1883	4.599.600
1886	6.431.000
1888	6.297.300
1889	19.875.000

Tabela 1 – Saques do Império brasileiro feitos ao cofre Inglês

Fonte: Prado Júnior (1986, p. 169 - nota de rodapé)

Com a proclamação da República o Estado adota a forma de federação por razões práticas de necessidade de descentralização administrativa. Essa descentralização do poder provoca mudanças na estrutura tributária reduzindo a arrecadação do governo central, cuja participação relativa na arrecadação teve uma queda em torno de 35%, durante a Velha República, 1891 a 1930. Isso, somado às comoções internas e instabilidade política decorrentes da mudança de regime, levou o governo central a volumosos *déficits* (AFONSO; SERRA, 1999).

Tais *déficits* foram financiados por abundante emissão de papel moeda, medida que resultou em aumento de inflação. Além disso, com a autonomia dada aos estados-membros, não mais é apenas o governo central que recorre aos empréstimos externos e, conforme Prado Júnior (1986, p. 211), “a dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões”.

Em 1930, um golpe militar leva Getúlio Vargas ao poder, lugar em que permanece até o pós-guerra, em 1945. Nesse período, o mundo atravessa uma grande depressão econômica e inicia-se a fase do pensamento keynesiano do Estado desenvolvimentista. Quem até então era

concebido apenas como regulador, agora passa também a ser financiador e produtor. Nacionalmente, conforme Afonso e Serra (1999, p. 5), “a forte centralização de poder em mãos da União permitiu concluir a unificação do mercado interno e fortaleceu as bases da industrialização”. Buscava-se complementar a pouca atuação do setor privado, principalmente na infra-estrutura e indústria de base, visando substituir as importações com produção interna (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000). Somado a isso, as comoções internas, a queda do preço do café, cuja produção era amplamente subsidiada, a situação econômica externa e a adesão do Brasil à Grande Guerra formavam um conjunto de variáveis que pressionavam as finanças públicas. O país então chega à insolvência.

É neste aspecto que Prado Júnior (1986, p. 297) afirma ter no país

chegado ao repúdio puro e simples da maior parte das obrigações. O simples serviço de juros já ultrapassava largamente as disponibilidades do país e não era materialmente possível satisfazê-lo. E assim sucessivamente, em 1934, 1940 e ainda em 1944, os credores estrangeiros do Brasil foram obrigados a aceitar cortes drásticos de seus créditos que se reduziram a uma pequena fração de seu valor nominal.

A instabilidade política nacional, uma constante ao que se pode verificar ao longo da história do país, acentua-se no início da década de 1960. Outras constantes eram os elevados *déficits* públicos e taxa de inflação (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000). Este cenário interrompeu o processo de crescimento econômico promovido pelo governo Juscelino Kubitschek que acentuara o processo de industrialização, com investimento estrangeiro direto, iniciados na era Vargas (BACHA e BONELLI, 2005).

No âmbito da dívida interna, não havia expressividade em razão da limitação do mercado financeiro nacional. De acordo com Almeida (1996, p. 8), “até meados da década de 60, a captação sistemática e voluntária de recursos pelo setor público nacional era impossibilitada pela existência de tetos legais para taxas de juro nominais (lei da usura)”. De fato, o Decreto 22.626, de 7 de abril de 1933, a Lei da Usura, proibiu a prática de taxas de juros superiores a 12% ao ano, bem como a correção monetária no que, conforme Além e Giambiagi (2000, p. 106) “dificultava não só o financiamento do *déficit* público, como

também reduzia a capacidade de o sistema financeiro transferir os recursos dentro dos vários segmentos da economia”. Assim, os *déficits* públicos decorrentes da atividade expansionista do Estado foram financiados com a emissão de papel moeda³. Esta foi uma das causas apontadas no vindouro Programa de Ação Econômica – PAEG para o aumento da inflação de 15% para 80% ao ano entre 1955 e 1964 (BARBOSA e LOUREIRO, 2003).

Buscando então combater a inflação e sanear as finanças públicas, sem prejuízo aos projetos de investimento para o crescimento econômico, o governo federal lançou em 1964 o PAEG, criou Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil e introduziu a correção monetária junto com as Obrigações Regulatórias do Tesouro Nacional – ORTN. Essas medidas reordenaram o sistema financeiro e deram alternativas ao governo de substituir o aumento da base monetária pela emissão de títulos de dívida pública como forma de financiar o *déficit* (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

Foi assim que se preparou o terreno para o rápido crescimento econômico entre 1964 e 1974, fenômeno que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro” (BACHA e BONELLI, 2005). A custa do crescimento da dívida interna juntamente com o abundante crédito externo ao longo dos anos 1970 promoveu-se o “crescimento com endividamento” (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

No que tange à administração das finanças públicas, não havia transparência na execução dos gastos. Com a implantação do regime ditatorial, conforme Além e Giambiagi (2000, p. 114), houve uma “expansão do poder executivo e esvaziamento do poder legislativo em matéria financeira e levando ao descrédito o OGU”, Orçamento Geral da União. Foram criados orçamentos paralelos que não passavam pelo debate legislativo. Os gastos mais volumosos eram os dos investimentos nas estatais e, na prática, a emissão dos títulos da dívida financiava esses *déficits* extra-orçamentários. Dessa maneira, conforme Além e Giambiagi

³ Como visto, as formas de se financiar os gastos públicos são: tributação, endividamento ou emissão de moeda

(2000, p. 117), “era praticamente impossível um controle da política monetária e do endividamento público”.

A centralização do poder e, conseqüente centralização fiscal, pressionou as finanças dos entes subnacionais que, fazendo-se valer do acesso fácil ao crédito propiciado pelo novo cenário financeiro, buscaram no endividamento a complementação de seus recursos (ALMEIDA, 1996). Cabe ressaltar que desde a Proclamação da República os Estados-membros tinham autonomia para obter financiamentos externos.

Em 1973 houve o primeiro choque do petróleo com aumento de preço do ouro negro em mais de 300%, no período de um ano. O Brasil havia apostado no transporte rodoviário e incentivado o transporte individual com a industrialização automobilística. Assim, a economia que crescia de 9 a 10% ao ano com PIB de 133 bilhões de dólares e uma dívida externa de 12,5 bilhões de dólares apresentava problemas estruturais e sentiu o choque de forma contundente. A inflação então passou de 15% em 1973 para 35% no ano seguinte (BARBOSA e LOUREIRO, 2003).

Em 1974 o governo lança o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, que reitera a ênfase na industrialização nacional: investiu em prospecções em busca de petróleo, criou o Projeto Pró-álcool e construíram hidrelétricas e usinas nucleares. Como não havia recursos suficientes no mercado interno para financiar essa renovada substituição de importações, buscaram-se os créditos externos abundantes e a baixos juros, cujos recursos eram advindos dos superavitários países produtores de petróleo: os petrodólares (BACHA e BONELLI, 2005).

Após o segundo choque do petróleo, em 1979, a economia internacional entra em crise e inúmeros países se viram forçados a renegociar suas dívidas externas, ao passo que o mercado financeiro se retrai para operações de rolagem de dívidas (CERQUEIRA, 1997). O Brasil, ainda se restabelecendo do primeiro choque, se viu forçado a promover uma acentuada

desvalorização do câmbio e adotou medidas que resultaram em perdas para os investidores, tais como moratórias e subestimação da correção monetária da dívida interna, visando minimizar os efeitos da desvalorização sobre a economia e sobre as finanças públicas. O mercado, então, exige maior prêmio de risco obrigando o governo a manter uma política de juros reais elevados (BARBOSA e LOUREIRO, 2003). O país caminhava para a hiperinflação declinando o regime militar e o milagre brasileiro.

Além da centralização da arrecadação, os efeitos da crise financeira do mercado externo refletiram também nos entes subnacionais que resultou em aumento da inadimplência. A União teve que prestar socorros financeiros aos estados-membros e municípios que não conseguiam saldar suas dívidas. Houve refinanciamentos das dívidas e instituição de programas de auxílios aos bancos estaduais. O resultado dessa teia de relações intragovernamentais de endividamento foi que a União passou a ser o maior credor dos demais entes federais⁴ (ALMEIDA, 1996).

Em 1982 o Brasil recorre ao Fundo Monetário Internacional – FMI e levanta recursos também junto ao Tesouro estadunidense, ao *Bank for International Settlements* – BIS e em outros bancos privados internacionais. O FMI impôs uma série de condições, típicas de suas negociações de empréstimos, que obrigou o governo nacional a equipar o gerenciamento das finanças públicas. O total de empréstimos de curto prazo tomados ao final de 1982 visando manter um nível seguro de liquidez foi no valor de US\$ 3 bilhões (CERQUEIRA, 1997).

Durante a década de 1980 houve a transição de governo militar para civil. A partir da segunda metade dessa década o novo governo lançou três planos econômicos, visando principalmente combater a inflação. Malogrados os esforços, o país atravessa um período de estagnação econômica e hiperinflação, cuja variação em 1988, pelo Índice de Preço ao

⁴ Em 1996 1997 a União refinanciou, com juros subsidiados, dívidas de Estados no montante de R\$ 103 bilhões e, nas vésperas da sanção da LRF, a Prefeitura do município de São Paulo teve a sua dívida renegociada em mais de R\$ 10 bilhões, com prazo de 30 anos.

Consumidor – IPC, chegou a 934%. As dificuldades financeiras por que passava o cenário internacional e os desequilíbrios fiscais provocaram um fenômeno que ficou conhecido como internalização da dívida, em que se buscou o crédito interno para saldar a dívida externa. Os títulos públicos tomaram parcela importante do mercado financeiro nacional, absorvendo a poupança interna e deixando as contas públicas a mercê das operações de mercado aberto de títulos (BARBOSA e LOUREIRO, 2003). Mesmo com a internalização da dívida, entre 1982 e 1987, a dívida externa líquida do setor público aumentou de US\$ 48 para 91 bilhões, pois além dos *déficits* públicos, em razão a crise externa, o governo assumiu uma parte importante da dívida externa originariamente privada (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000). Segundo Cerqueira (1997, p. 63), “cerca de 90% da dívida externa passou a ser de responsabilidade do setor público”.

A grande dificuldade nessa década se deu pela falta de controle das finanças públicas. Usando de metáfora, Além e Giambiagi (2000, p. 125), afirmam que o “piloto – as autoridades econômicas – queria apertar algum botão – isto é, tomar alguma medida contencionista – simplesmente não havia botões para serem apertados”. Assim, o principal problema enfrentado pelo FMI e governo nacional durante as negociações do empréstimo era que se sabia da existência de um *déficit* público elevado no Brasil, mas não se tinha certeza do quão elevado era.. Além disso, não havia consenso sobre a necessidade de se reduzir o *déficit*, em razão da influência das idéias keynesianas tradicionais (ALÉM e GIAMBIAGI, 2000).

Em 1990 assume um novo governo que lança outro programa de estabilização econômica, o Plano Collor, em março daquele ano. Com base na premissa de que a inflação era resultado do excesso de títulos de dívida em poder do público, foram confiscados 80% dos haveres financeiros nacionais, medida que permitiu o alongamento do prazo médio da dívida e redução de seus encargos (BARBOSA e LOUREIRO, 2003). Contudo, a inflação que em 1980 era de 110% ao ano, chega a 2.700% em 1993, e o governo recorre novamente ao

mercado de títulos para financiar seus gastos. Neste mesmo período inicia-se o processo de abertura econômica e financeira da economia brasileira com eliminação de diversas barreiras à importação e busca a normalização na relação com credores externos, que sofreram suspensão do pagamento de juros em meados de 1989.

Em 1994 é lançado o Programa de Estabilização Econômica com a introdução da Unidade Real de Valor – URV como indexador da economia. Com a abertura econômica e pagando-se altas taxas de juros houve um grande afluxo de capital externo e uma valorização da moeda nacional. No fim deste mesmo ano, a crise econômica ocorrida no México afugentou o capital dos países em desenvolvimento e o Brasil usa as altas taxas de juros como incentivo à permanência dos investimentos financeiros. Isso, agravado pelas sucessivas crises econômicas no cenário internacional, como a asiática e a russa em 1998, trouxeram consequências ao custo da dívida. Houve então sucessivos *déficits* fiscais e o governo se vê obrigado a desvalorizar a “moeda forte”, estipular metas para a inflação e concentrar esforços no ajuste fiscal que culminou com a edição da LRF em maio de 2000, normativo que se constituiu em mecanismo determinante do controle do endividamento e das despesas públicas, consolidando conjunto de normas que impõem austeridade e transparência na gestão das finanças públicas nos três níveis do governo (BACEN, 2000). Nos três anos seguintes o setor público apresentou superávits primários em cerca de 3,5% do PIB, conforme será demonstrado adiante. Entre 1982 e 2004, a DLSP em relação ao PIB, teve a seguinte trajetória:

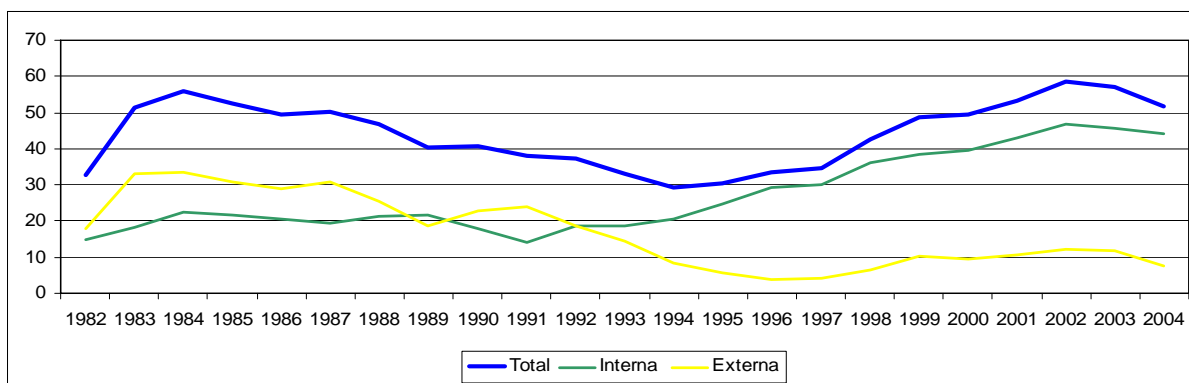


Gráfico 1 – Evolução da DLSP em % do PIB

Fonte: BACEN

Acrescenta-se às informações contidas no gráfico os seguintes pontos (BACEN, 1999):

- a) O gráfico inicia-se em 1982 por que foi a partir desse ano, por exigência de credores, que se iniciou o acompanhamento dos déficits e da dívida interna;
- b) O crescimento da dívida externa em 1983 e 1991 está relacionado com as desvalorizações da moeda ocorridas naqueles anos;
- c) A redução da dívida externa líquida nos anos de 1992 e 1993 está associada ao processo de acumulação de reservas, iniciado em 1992 com a abertura comercial e afluxo de capital externo;
- d) A redução da dívida líquida interna no ano de 1991 está associada ao confisco do Plano Collor;
- e) A redução da dívida total a partir de 1986 guarda relação com o financiamento do déficit público por meio de emissão de papel moeda, o chamado financiamento inflacionário.

Conforme exposto, a prática de endividamento como fonte de recursos para os gastos do governo bem como o descontrole das contas públicas e a rolagem da dívida são tão antigos quanto o Estado brasileiro. Na década de 1960 o governo militar abre condições para criação de um mercado interno de títulos o que levou à internalização da dívida pública. Contudo não havia transparência nem controle na execução dos gastos, o que só veio a ocorrer na década de 1980. Muito se galgou até chegarmos à austera Lei de Responsabilidade Fiscal na virada do milênio.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo visa responder à pergunta da pesquisa tendo sido dividido de acordo com os objetivos elencados no capítulo 1. Serão apresentados os dados obtidos bem como as análises e as considerações sobre eles.

Inicialmente, obtive-se do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores do PIB Nominal e Real com o fim de serem utilizados como comparativo para as contas públicas. A variação do PIB nos últimos 10 anos foi:

Anos	Preços Correntes Em R\$ milhões	Preços do Ano anterior Em R\$ milhões	Variação real anual (%)
1994	349.205	-	5,85
1995	646.192	363.942	4,22
1996	778.887	663.371	2,66
1997	870.743	804.367	3,27
1998	914.188	871.892	0,13
1999	973.846	921.369	0,81
2000	1.101.255	1.016.321	4,36
2001	1.198.736	1.115.710	1,31
2002	1.346.028	1.221.834	1,93
2003	1.556.182	1.353.363	0,50
2004	1.766.621	1.637.103	5,20

Tabela 2 – PIB real e Nominal nos último 10 anos

Fonte: IBGE

O primeiro objetivo específico ficou apresentado de forma diluída nas análises presentes nos tópicos seguintes.

3.1 Análise contábil da receita e da despesa pública

Este tópico busca atingir o segundo dos objetivos específicos da pesquisa.

Buscaram-se os dados referentes às receitas e despesas dos entes federativos no demonstrativo “Consolidação⁵ das Contas Públicas” publicado pela STN, constantes do

⁵ Ressalte-se que não se trata de um demonstrativo consolidado, no que se entende na denominação utilizada pela NBC T8 e demais normativos acerca do tema. O que a STN publicou foi, na realidade, um somatório de demonstrativos havendo diversas redundâncias de valores.

Anexo B. Neste demonstrativo estão incluídas as empresas dependentes do orçamento fiscal de seguridade social.

Conforme apresentado Quadro 7, uma parte relevante dos municípios deixaram de apresentar seus demonstrativos à STN. Por esse motivo e visando comparar os *superávits* primários de cada ente com suas receitas, foram estimados os Balanços Orçamentários dos municípios, utilizando o critério de projetar as receitas/PIB dos anos 2001 e 2003, por terem a maior representação percentual dos municípios, e obter uma média dos valores obtidos. Esta média foi atribuída a todos os anos do período analisado. Os cálculos ficam assim demonstrados:

DISCRIMINAÇÃO	2001			2003		
	78,6% dos municípios		100%	84,8% dos municípios		100%
	Em R\$ milhões	Em relação ao PIB		Em R\$ milhões	Em relação ao PIB	
TOTAL DE RECEITAS	71.901	0,0600	0,0763	112.067	0,0720	0,0916
TOTAL DE DESPESAS	68.914	0,0575	0,0731	113.164	0,0727	0,0925
SUPERÁVIT ou (DÉFICIT)	2.987	0,0025	0,0032	(1.097)	(0,0007)	(0,0009)
PIB	1.198.736			1.556.182		

Média:	
Receitas	8,06% do PIB
Despesas	7,94% do PIB

Quadro 8 – Base de cálculo para estimativa das Finanças Municipais em função do PIB

Fonte: Elaboração própria

Conforme planilha de cálculos constantes nos Apêndices A e B deste trabalho, procedeu-se uma análise nos Balanços Orçamentários, cujos aspectos relevantes podem ser resumidos da seguinte forma:

- Considerando que foram obtidas por meio de estimativa, as receitas e despesas municipais mantiveram praticamente a mesma configuração ao longo do quinquênio. Menos de 5% das receitas municipais constam na categoria econômica receitas de capital. Isso indica que não houve empréstimos em valores significativos. Bom indicativo no que diz respeito à responsabilidade fiscal

imposta pela LRF. No entanto, mais de 62% das receitas, em média, advêm das transferências oriundas da União e dos estados-membros, demonstrando uma grande dependência dos municípios quanto a essa fonte. Apenas 20% das receitas são de arrecadação própria, na média dos cinco anos. Quanto às despesas, mantiveram uma média de 86% na categoria econômica despesas correntes. Apenas 3,74% das despesas referiram-se ao serviço da dívida (1,98% de juros e 1,76% de amortização do empréstimo) na média dos cinco anos. Dentro da categoria econômica despesa de capital, cerca de 80% foram de despesas com investimentos, que se referem a execução de obras e aquisição de ativos permanentes. Em relação à despesa total, esse grupo ficou acima dos 10% na média dos cinco anos.

- A configuração das receitas e despesas dos estados-membros em muito se assemelha com a dos municípios. Houve um crescente aumento do percentual das receitas correntes, de 90,7% das receitas totais em 2000 para 97,4% em 2004. Isso implica na redução das receitas de capital que agrega, dentre outras, as receitas oriundas de obtenção de empréstimos que, tal qual nas contas municipais, foram pouco significativas. No que diz respeito à autonomia financeira, os estados-membros são bem mais independentes que os municípios. Cerca de 60% de suas receitas são oriundas de arrecadação própria e, em quase sua totalidade, referentes ao ICMS⁶. Isso coloca as receitas advindas da União no patamar dos 20% das receitas totais, na média dos cinco anos. As despesas de capital estiveram na média de 12,7%, em que 52% destas (6,6% do total da despesa) foi para investimentos. O serviço da dívida correspondeu a 8,83% das despesas (3,68% de amortização e 5,15% de juros e encargos), na média dos cinco anos.

⁶ Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

- As contas orçamentárias da União apresentam-se diferentes das dos demais entes federais. Uma das diferenças é a presença das Contribuições Sociais cuja evolução foi de 21,46% do total das receitas em 2000 para 29,42% em 2004. Na média dos cinco anos, as receitas oriundas de operações de créditos perfizeram 47,16% das receitas totais, demonstrando que a rolagem da dívida abarca cerca de metade do orçamento da União. As receitas com tributos pouco passaram dos 15% das receitas totais. No que tange às despesas, 58,36% delas, em média, são para o serviço da dívida (49,48% referente à amortização e 7,72 de juros e encargos), do que resta, apenas cerca de 20% são despesas de custeio.
- Quanto à magnitude, as receitas municipais, que foram estimadas, mantiveram-se no patamar de 8% do PIB, as estaduais variaram entre 13,5 e 14% do PIB. Ressalte-se, assim, que os 26 estados-membros mais o Distrito Federal operam com quase o dobro das finanças dos 5.560 municípios brasileiro. As da União são na média quatro vezes maiores que as dos estados-membros. Em relação ao PIB, a receita média da União nos cinco anos foi de 55,04%, com oscilação de até quatro pontos percentuais para mais e para menos, diferentemente das receitas dos entes subnacionais que se mantiveram num patamar relativamente constante.

O gráfico abaixo apresenta a evolução das receitas ao longo do quinquênio analisado:

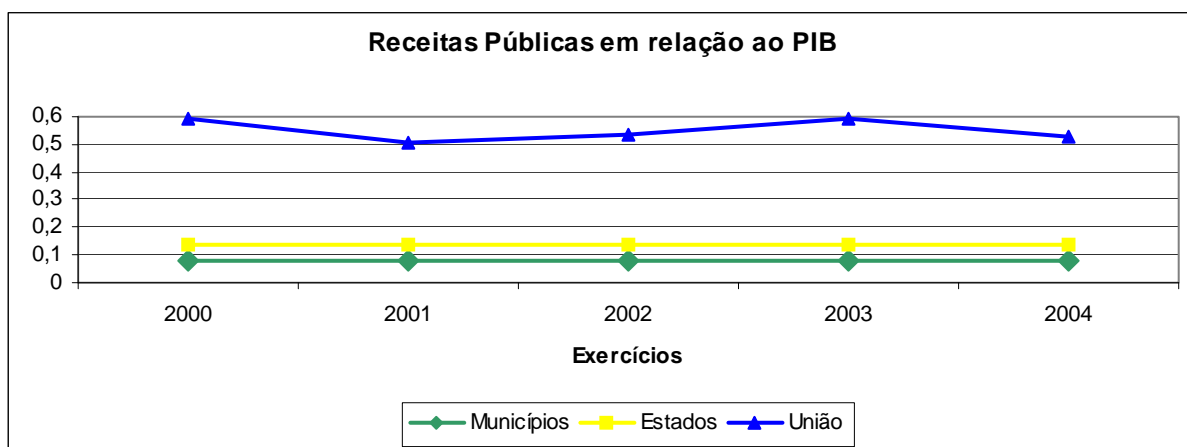


Gráfico 2 – Receitas em relação ao PIB

Fonte: STN e IBGE

O aumento nominal das receitas municipais, de R\$ 84,8 bilhões em 2000 para R\$ 121,5 em 2004, e estaduais, de R\$ 138,4 bilhões para R\$ 212,9 bilhões, se deram na mesma proporção do crescimento do PIB, daí as linhas retas no Gráfico 2. A União teve queda nominal na obtenção de receitas em 2001, de R\$ 651 bilhões em 2000 para R\$ 608 bilhões em 2001.

3.2 Relação dos conceitos de resultados públicos

Este tópico foi destinado ao terceiro objetivo específico da pesquisa. Os conceitos dos diferentes tipos de resultado foram percorridos no capítulo 2. Neste tópico foram demonstrados graficamente usando como base o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário, de que trata o art. 53 da LRF. Assim, pelo critério acima da linha os conceitos ficam representados no Quadro 9, a seguir.

RECEITAS FISCAIS	DESPESAS FISCAIS
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I) Receita Tributária Receita de Contribuição Receita Previdenciária Outras Contribuições Receita Patrimonial Líquida Receita Patrimonial (-) Aplicações Financeiras Transferências Correntes Demais Receitas Correntes Dívida Ativa Diversas Receitas Correntes	DESPESAS CORRENTES (VIII) Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida (IX) Outras Despesas Correntes DESPESAS FISCAIS CORRENTES (X) = (VIII - IX)
RECEITAS DE CAPITAL (II) Operações de Crédito (III) Amortização de Empréstimos (IV) Alienação de Bens (V) Transferências de Capital Convênios Outras Transferências de Capital Outras Receitas de Capital RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	DESPESAS DE CAPITAL (XI) Investimentos Inversões Financeiras Concessão de Empréstimos (XII) Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) Demais Inversões Financeiras Amortização da Dívida (XIV) DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XVII) = (X + XV + XVI)
RESULTADO NOMINAL (NFSP) = [I (incluindo aplicações financeiras) + II] - [VII + XI] RESULTADO OPERACIONAL = NFSP - [IX (excluindo a correção monetária da dívida)] RESULTADO PRIMÁRIO = (VII - XVII)	

Quadro 9 – Representação dos Resultados da Execução Orçamentária (critério acima da linha).

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal

Para o cálculo dos resultados pelo critério abaixo da linha, ou seja, pela variação da dívida, é necessário que se tenha os valores das receitas e despesas de juros bem como o quanto desses valores refere-se à correção monetária.

Outra observação importante é a de que o resultado nominal é apurado pela variação da Dívida Fiscal Líquida, conforme abaixo, deixando de fora as receitas de privatizações e os reconhecimentos dos esqueletos são (ou deveriam ser) assistemáticos, não decorrentes da gestão fiscal e, portanto, distorcem o valor desse indicador.

Assim, foram representados os resultados econômicos do setor público utilizando o Demonstrativo do Resultado Nominal, disciplinado no Art. 53 da LRF, quadro 10, a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Exercício Anterior	No Bimestre anterior (B)	No Bimestre atual (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)			
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	(A)	(B)	(C)
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	No Bimestre (C - B)	Até o Bimestre (C - A)	
RESULTADO NOMINAL			
RESULTADO NOMINAL (NFSP) = (C - A) RESULTADO OPERACIONAL = NFSP - (a parcela dos juros nominais referente à correção monetária) RESULTADO PRIMÁRIO = NFSP - (pagamento dos juros nominais) ou RESULTADO OPERACIONAL - (pagamento dos juros reais)			

Quadro 10 – Representação dos resultados de acordo com o critério abaixo da linha.

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal

3.3 Análise do esforço de cada ente da federação na geração de resultados

Este tópico tem a finalidade de atender ao quarto objetivo específico da pesquisa. Para tanto, buscou-se no BACEN os demonstrativos anuais das Necessidades de Financiamento do Setor Público, apurados pelo critério abaixo da linha, que são reproduzidos no Quadro 11, abaixo.

Em todo o período analisado houve geração de *superávits* primários pelos três entes da federação e pelas empresas estatais, demonstrando que, se não houvesse o pagamento do serviço da dívida (amortização e juros), o setor público estaria acumulando poupança numa média de 4% do PIB.

	% do PIB				
	2000	2001	2002	2003	2004
Resultado Primário	3,5	3,6	3,9	4,3	4,6
Governo federal ¹	1,9	1,8	2,4	2,5	3,0
Governos estaduais	0,4	0,6	0,6	0,8	0,9
Governos municipais	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1
Empresas estatais ²	1,1	0,9	0,7	0,9	0,6
Juros Nominais	(7,1)	(7,2)	(8,5)	(9,3)	(7,3)
Governo federal	(4,1)	(3,9)	(3,1)	(6,5)	(4,5)
Governos estaduais	(2,2)	(2,5)	(3,9)	(2,2)	(2,5)
Governos municipais	(0,4)	(0,4)	(0,7)	(0,4)	(0,4)
Empresas estatais	(0,3)	(0,4)	(0,7)	(0,2)	0,2
Resultado Nominal (NFSP)	(3,6)	(3,6)	(4,6)	(5,1)	(2,7)
Governo federal	(2,3)	(2,1)	(0,7)	(4,0)	(1,5)
Governos estaduais	(1,8)	(1,9)	(3,3)	(1,5)	(1,6)
Governos municipais	(0,3)	(0,1)	(0,6)	(0,3)	(0,4)
Empresas estatais	0,7	0,6	0,0	0,7	0,8

¹ Execução do Tesouro Nacional, da Previdência (RGPS) e do Banco Central.

² Refere-se às estatais federais, estaduais e municipais.

³ Apurados pelo autor, conforme explicitado.

Valores positivos equivalem a *superávits*

Quadro 11 – Resultados do Setor Público

Fonte: BACEN

Embora crescentes, os *superávits* primários não têm sido suficientes para pagamento dos juros da dívida. Em média, estes representaram o dobro dos *superávits* primário gerados, acarretando em *déficit* que aumentaram o estoque da dívida pública. As empresas tiveram o

menor gasto com juros no período, tendo inclusive lucro financeiro em 2004. O comportamento dos resultados foi reproduzido no gráfico a seguir.

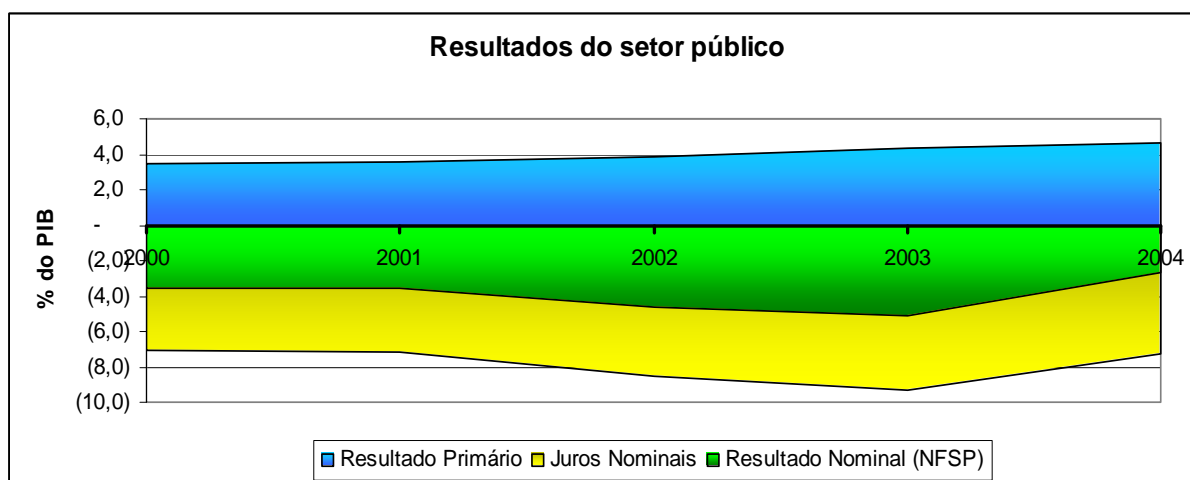


Gráfico 3 – Resultados do Setor Público

Fonte: BACEN

Individualmente, o governo federal respondeu por mais de 57,8%, em média, dos *superávits* primários gerados pelo setor público nos últimos cinco anos. Também na média, as empresas estatais geraram 21,7% dos *superávits* primário, os estados-membros, 16,3% e os municípios, 4,1%.

Ao longo dos exercícios, a União e os estados-membros tiveram uma participação crescente na geração dos resultados primário, enquanto os municípios e as estatais retraíram-se. A composição fica melhor visualizada no seguinte gráfico:

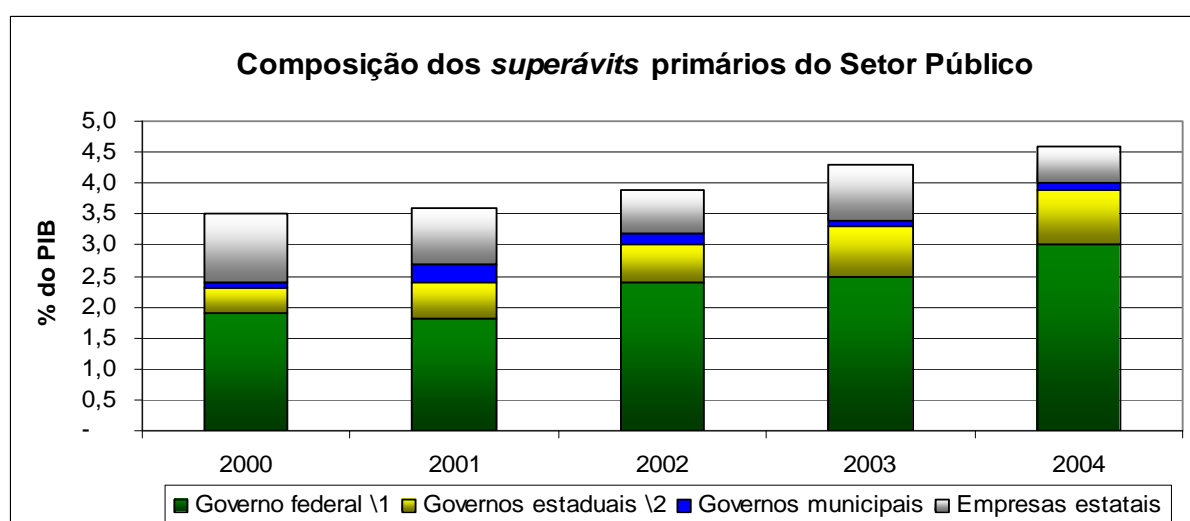


Gráfico 4 – Superávits primários do setor público em relação ao PIB

Fonte: BACEN

Embora a União tenha a maior contribuição na geração de *superávit* primário, quem apresentou o maior esforço relativo, na média, foram os estados-membros, quando comparado tais resultados com as respectivas receitas orçamentárias⁷. Estes entes federativos produziram resultados de forma crescente de 3,1% de suas receitas totais, em 2000, para 6,7% em 2004. No ano de 2001, os municípios chegaram a um resultado primário de 3,7% de suas receitas⁸, superando a União com 3,5% de suas receitas totais. A partir de 2002 os municípios tiveram desempenho fiscal decrescente, estabilizando os resultados primários em 0,1% do PIB e em 1,2% de suas receitas totais, nos últimos dois anos. Tais descrições podem ser representadas no gráfico abaixo:

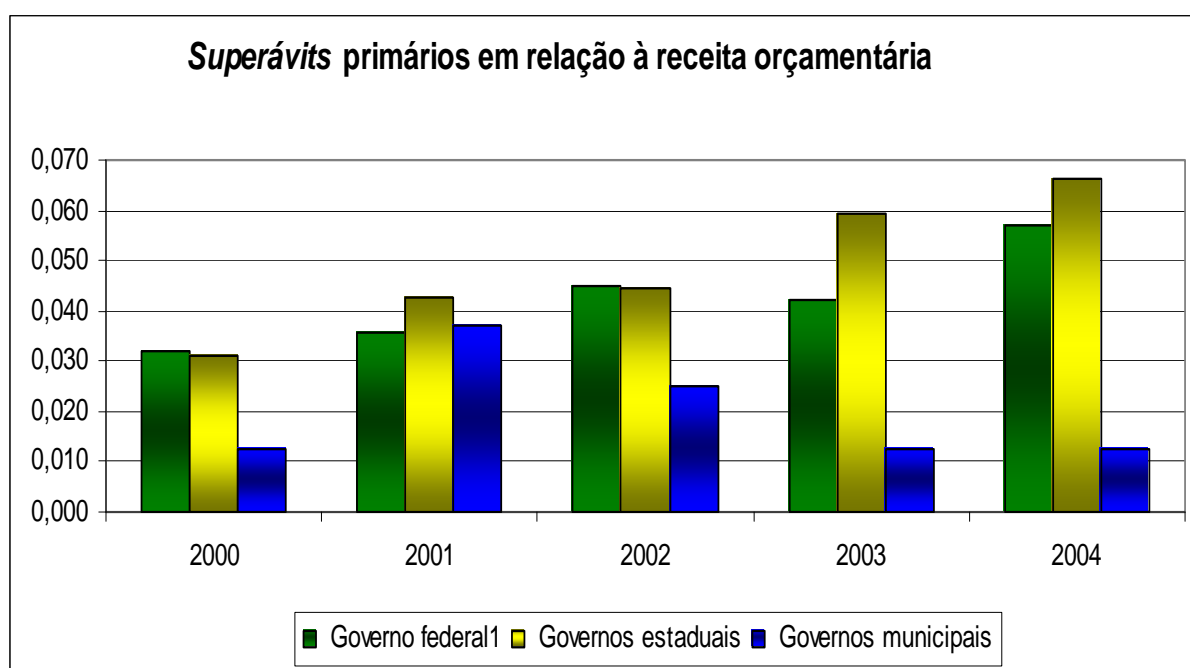


Gráfico 5 – Esforço individual na geração de Superávits primários
Fonte: BACEN

A planilha de cálculos referente à análise acima, encontra-se no Apêndice D.

⁷ Incluindo as receitas não primárias.

⁸ Ressalte-se que as receitas municipais foram obtidas por estimativa.

3.4 Análise dos resultados primários em relação à DLSP

Este tópico destina-se a responder ao quinto e sexto objetivos específicos da pesquisa. Para análise da DLSP foram coletados dados do BACEN, reproduzidos no Quadro 12, a seguir:

	% do PIB				
	2000	2001	2002	2003	2004
Dívida líquida - Saldo Inicial	48,7	49,1	52,6	55,5	57,2
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano): ¹	4,3	7,9	13,9	2,0	2,5
NFSP	3,6	3,6	4,6	5,0	2,7
Primário	(3,5)	(3,6)	(3,9)	(4,3)	(4,6)
Juros nominais	7,1	7,2	8,5	9,3	7,3
Ajuste cambial ²	1,7	3,0	9,2	(4,0)	(0,9)
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	0,8	1,5	4,8	(1,4)	(0,2)
Dívida externa	0,8	1,5	4,4	(2,6)	(0,7)
Dívida externa – outros ajustes ³	0,0	0,0	(0,6)	1,0	0,4
Reconhecimento de dívidas	0,8	1,5	0,9	0,0	0,4
Privatizações	(1,8)	(0,1)	(0,2)	(0,0)	(0,0)
Efeito crescimento PIB – dívida ⁴	(3,9)	(4,2)	(11,0)	(0,3)	(7,8)
Dívida líquida – var. ac. Ano	0,4	3,7	2,9	1,7	(5,3)
Dívida líquida - Saldo Final	49,1	52,6	55,5	57,2	51,9

¹ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores, dividido pelo PIB acumulado nos últimos 12 meses. Não reflete a variação da dívida em razão do crescimento do PIB

² Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

³ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa, e demais ajustes da área externa.

⁴ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula: $Dt-1/(PIBMestual/PIBMesBase) - Dt-1$

Quadro 12 – Evolução da DLSP

Fonte: BACEN

Os cálculos referentes às análises deste item encontram-se nos Apêndices D e E.

A DLSP apresentou dinâmica crescente em relação ao PIB desde 1994, com uma ligeira queda no último ano, conforme se pode observar no Gráfico 1. Mais especificamente, no período proposto e segundo demonstrativo acima, os principais motivos para a evolução da DLSP/PIB foram:

- os superávits primários insuficientes para cobrir os juros que passam a se incorporar ao “estoque” da dívida;

- reconhecimento de dívidas não contabilizadas anteriormente, chamados de “esqueletos”, em todos os anos do período analisado,
- apropriações referentes à desvalorização cambial.

O demonstrativo abaixo apresenta a evolução da DLSP no período, individualizada por componente:

Isolando, para este trabalho, os “fatores condicionantes” que contribuíram para a variação da dívida, foram segregados dali os fatores que a aumentaram dos que a diminuíram, constando dentre estes os *superávits* primários. Foi então refeito o demonstrativo com o e procedida a análise contábil, cuja planilha de cálculo encontra-se no Apêndice E. Da análise pode-se retirar as seguintes ponderações:

- dos fatores aumentativos da dívida, os juros nominais perfizeram 72%, em média; os ajustes cambiais influenciaram esses fatores apenas nos três primeiros anos chegando a quase 50% deles em 2002, reverteram-se nos dois anos seguintes e contribuíram para a redução da dívida; os esqueletos perfizeram em média 6,2% dos fatores aumentativos com o maior pico em 2001 quando chegaram a quase 13%. Tais afirmações são representadas no Gráfico 6 a seguir:

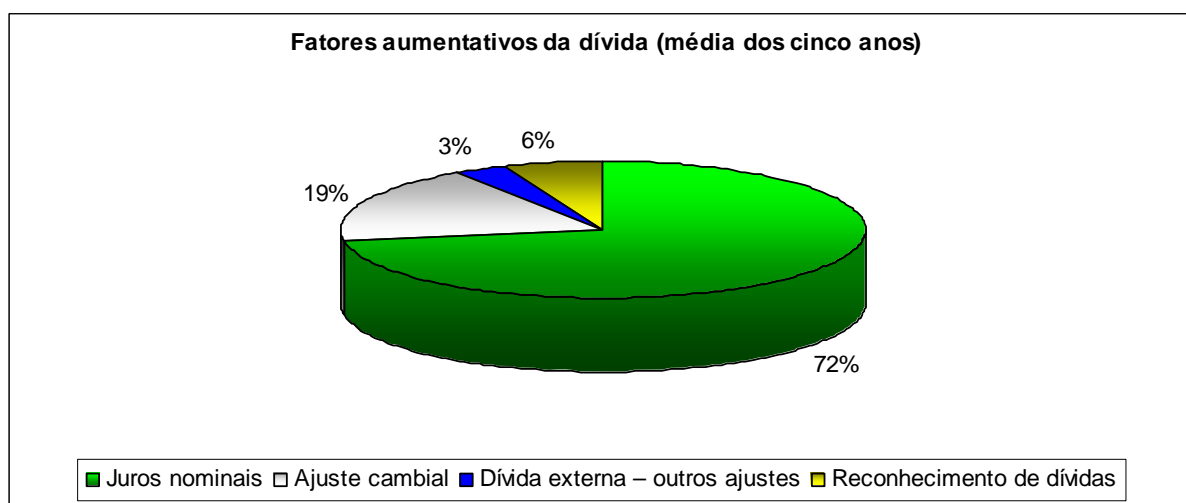


Gráfico 6 – Composição média dos fatores que provocaram aumento da DLSP
Fonte: BACEN

- Com relação aos fatores diminutivos, os ajustes cambiais, que nos dois últimos anos se enquadraram nestes, acabaram por distorcer a avaliação média dos demais fatores, pois, em 2003, chegaram a 48% dos valores deste item, caindo para 16,2% em 2004, só não superaram os fatores aumentativos e reduziram a dívida pelo fato de os juros nominais também terem sido relevantes, 9,2% do PIB. Desconsiderando essa distorção, a média de contribuição dos *superávits* primários para os fatores diminutivos subiria de 76,2% para 89%, nos cinco anos. As privatizações, por sua vez, foram significativas apenas no primeiro ano quando alcançou 34% dos fatores diminutivos, seus valores sem materialidade nos anos posteriores, reduziram sua significância dentro deste fator para uma média de apenas 8,4%, nos cinco anos. O Gráfico 7, a seguir sintetiza o que foi exposto.

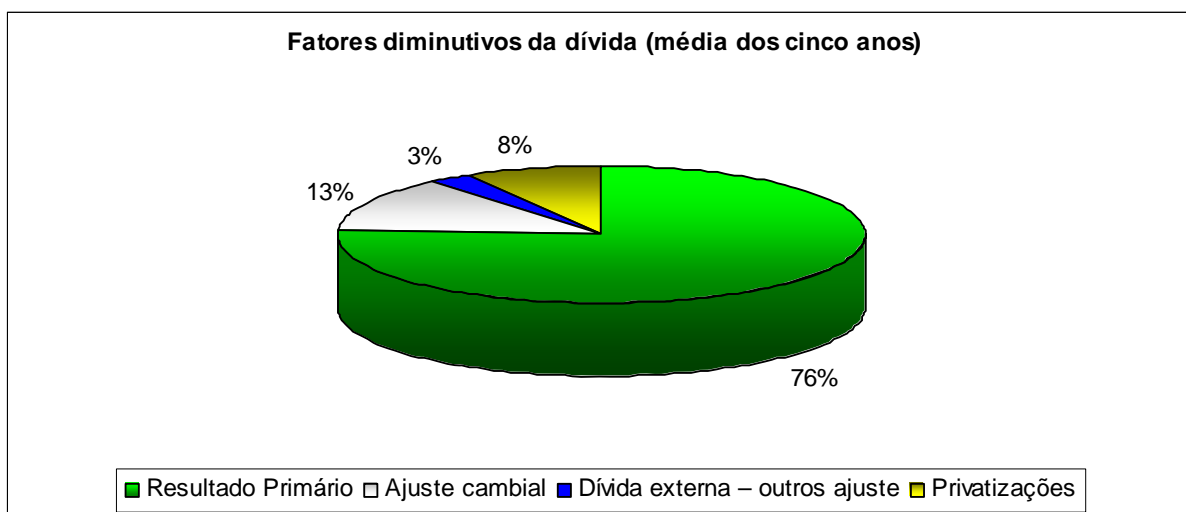


Gráfico 7 – Composição média dos fatores que provocaram diminuição da DLSP
 Fonte: BACEN

- Em função do Produto Interno Bruto, os fatores aumentativos tiveram seu maior pico em 2002, quando alcançaram 18,6% do PIB, mormente influenciado pelas variações cambiais que atingiram a monta de 9,2% do PIB, cujo impacto sobre o valor DLSP/PIB só não foi maior em razão do crescimento real do Produto Interno Bruto.

- No que diz respeito à DLSP, seu maior crescimento em relação ao PIB foi em 2003, atingindo 57,2%. Contudo neste ano, os “fatores condicionantes” foram relativamente baixos, apenas 2% do PIB contra 13,9 % do ano anterior e 6%, na média. Explica-se o pico pelo pequeno crescimento do Produto Interno Bruto naquele ano. Desconsiderando os ajustes cambiais e os esqueletos, na média dos cinco anos, a DLSP não passaria dos 45% do PIB. Incluindo as receitas das privatizações, a média cairia para 43% do PIB. Ressalte-se que países europeus como Itália e Holanda, têm dívida pública acima de 100% de seu PIB.

De acordo com o apresentado, os *superávits* primários não foram suficientes para fazer frente aos juros nominais, e estes contribuíram para o aumento do estoque da dívida. A fim de fazer a avaliação do impacto que esses provocaram sobre a DLSP, retiraram-se os *superávits* primários dos fatores que diminuem a dívida, nas adequações já feitas no Apêndice E, para se obter a DLSP sem a sua influência. A esse valor deu-se, neste trabalho o nome de DLSP ajustada. O mesmo resultado poderia ser obtido somando o *superávit* primário ao valor da DLSP, conforme demonstrado no Apêndice D. Após realizados os cálculos a análise pode ser resumida da seguinte forma:

- Os *superávits* primários gerados reduziram a dívida em 7%, na média dos cinco anos. O maior impacto foi em 2004, com 8,2% da dívida e o menor, em 2001, baixando a dívida em 6,4%.
- Individualmente, a maior relação *superávit* primário/DLSP foi das empresas estatais que conseguiram, no último ano, suplantam os juros nominais e reduzir o montante de sua dívida. Dos demais componentes do setor público, os municípios foram, no período, quem mais conseguiu impactar suas dívidas com a geração dos *superávits* primários, com 6,6% em média. A União reduziu o equivalente 6,5% de sua dívida com seus *superávits* primários, na média dos cinco anos. Os estados-

membros, embora com maior relação *superávits* primários/receitas, seus *superávits* primários impactaram em apenas 4% de suas dívidas.

Em sua trajetória, o *superávit* primário demonstrou estar impactando de forma crescente a DLSP, conforme se verifica no Gráfico 8, a seguir.

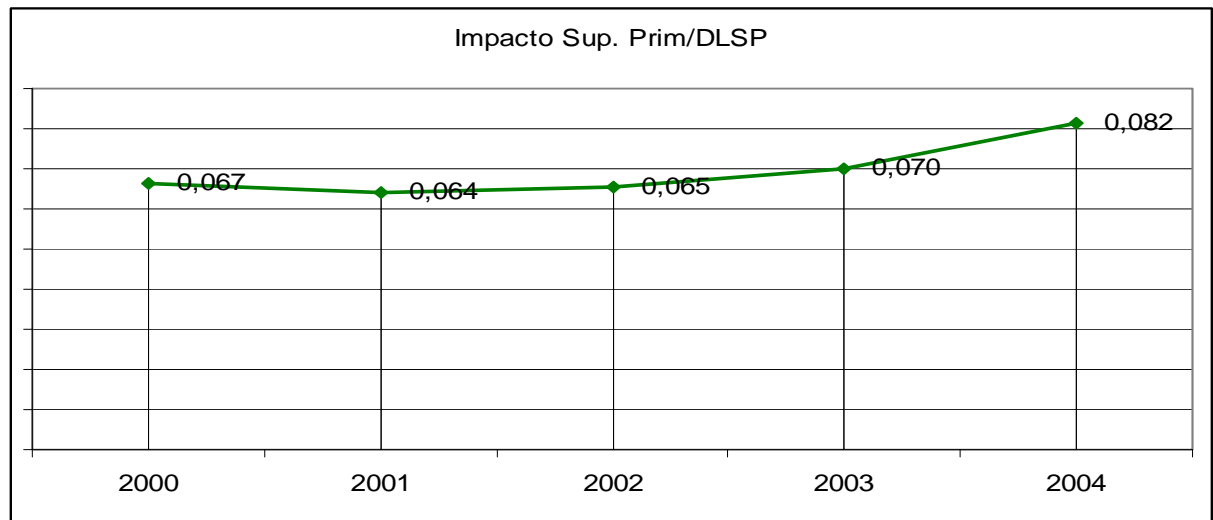


Gráfico 8 – Impacto do Superávit primário na DLSP

Fonte: BACEN

Colocando ambos lado a lado, conforme Gráfico 9 abaixo, pode-se ter a idéia de irrelevância dos *superávit* primário diante da DLSP. No entanto, se os *superávits* superarem os juros da dívida, mesmo que em pequena proporção, no longo prazo a dívida poderá ser quitada.

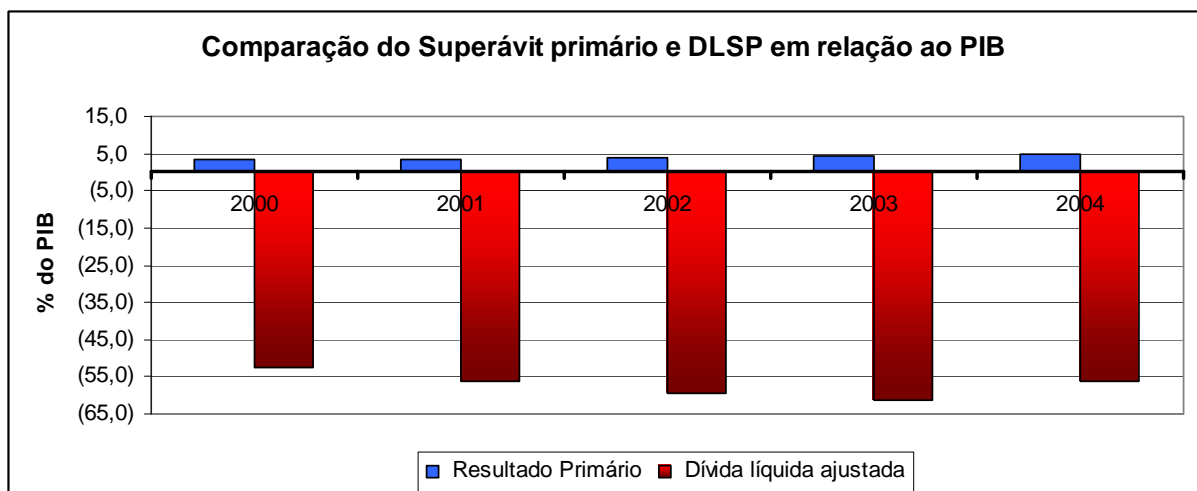


Gráfico 9 – Comparação do Superávit primário e DLSP em relação ao PIB

Fonte: BACEN

4 CONCLUSÃO

Para atender os objetivos traçados, o trabalho desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e da análise de demonstrações publicadas pelo Banco Central do Brasil e pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. A pesquisa delineada foi enquadrada como aplicada, qualitativa e descritiva.

Observou-se que a dívida pública nasceu junto com o Estado brasileiro e foi comum ao longo de nossa história a falta de controle sobre as finanças públicas bem como a prática de pagar dívidas vencidas com novos empréstimos. Foram identificados os conceitos econômicos de resultados do setor público, este entendido dentro da concepção do Manual de Estatísticas para Finanças Governamentais do Fundo Monetário Internacional, e que tais resultados são inerentes ao sistema de contas orçamentário da Contabilidade Pública.

Durante a coleta de dados verificou-se a impropriedade da utilização do termo “consolidado” nos demonstrativos publicados pela STN que contraria a técnica referente à consolidação de balanços de que tratam a NBC T8 e o referido Manual de Estatísticas do FMI.

Constatou-se que os municípios, em número de 5.560 espalhados pelo território brasileiro, dependem financeiramente dos demais entes federativos, em 62%, de suas receitas; que os estados-membros têm feito esforço maior que os demais entes em gerar *superávits* primários, quando considerados em relação às receitas individuais; que a União tem o maior gasto relativo com pagamento de juros; que as empresas estatais reduziram suas dívidas com o *superávit* primário e que, considerando o setor público em conjunto, a geração de *superávits* primários não foram suficientes para cobrir os juros da dívida que foi crescente em relação ao PIB.

O impacto dos superávits primários na dívida foi de 7,2% desta, na média dos cinco anos e, embora insuficientes, apresentou uma trajetória crescente. Caso alcance o valor do pagamento dos juros da dívida, esta poderá ser quitada no longo prazo.

Para novos trabalhos nesta linha de pesquisa, sugerem-se os seguintes títulos:

- O crescimento os superávit estadual e municipal em função do esforço de arrecadação da União: uma análise das receitas vinculadas da União.
- Análise sobre a adequação das demonstrações contábeis apresentadas pelos órgãos públicos comparadas às normas de contabilidade aplicada à iniciativa privada: proposta de padronização de demonstrativos.
- Estudo da utilidade das informações contábeis do setor público e identificação dos usuários buscando um enfoque gerencial e a efetiva transparência para a Contabilidade Pública.

5 REFERÊNCIAS

ALÉM, Ana Cláudia e GIAMBIAGI, Fábio. **Finanças Públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ALMEIDA, Ana Osório de. **Evolução e Crise da Dívida Pública Estadual**. Brasília: Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA. Brasília, Texto para discussão n 448, 1996, Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0448.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2005.

AFONSO José Roberto Rodrigues; SERRA, José. Federalismo Fiscal À Brasileira: Algumas Reflexões. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 3-30, Dez. 1999. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2005.

BACHA, Edmar Lisboa e BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 25, n. 3, Jul/Set, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento do Setor Público**. Brasília: BACEN, 1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília: BACEN, v. 36, relatório anual, 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2000>>. Acesso em: 12 jun. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Departamento Econômico. **Sumário dos Planos Brasileiros de Estabilização e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionadas à Política Econômico-Financeira**, 4 ed. Brasília: BACEN, 2004. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2005.

BARBOSA, Fernando de Holanda e LOUREIRO, André Soares. Dívida Pública e Prêmio de Risco dos Títulos Públicos no Brasil. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**. Brasília, n. 42, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2005.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BLEJER, Mário I e TANZI, Vitor. **Déficits Fiscais e Desequilíbrio do Balaço de Pagamentos em Programas de Ajustamento do FMI**. Memorando Departamental. Fundo Monetário Internacional, Departamento de Finanças Públicas, 1983. Disponível em <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

BRASIL. **Decreto 22.626**, de 7 de abril de 1933, Dispõe sobre os juros e contratos e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2005.

BRASIL. **Lei 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

BRASIL. **Lei Complementar 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. . Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 jan. 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. **Portaria Interministerial n 163, de 4 de maio de 2001**. Brasília: STN, 2001. Disponível em <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2005.

BRASIL. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 1 jan. 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Anexo de metas fiscais e relatório resumido da execução orçamentária**: manual de elaboração: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 5 ed. Brasília: STN, 2005. Disponível em <<http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualRREO5.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2005.

BORBA, Cláudio. **Direito Tributário**: teoria e 1000 questões. 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. São Paulo: Atlas, 2004.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida externa brasileira**: processo negocial 1983-1996. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a NBC T8 – Das demonstrações contábeis consolidadas. **Resolução n. 937**, de 24 de maio de 2002. Brasília: CFC, 2002. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

CROCE, Enzo; COSTA, Mercedes da; JUAN-RAMÓN, V. Hugo. **Programación financiera**: Métodos y aplicación al caso de Colômbia. Washington: Fundo Monetário

Internacional – FMI, 2002. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/finpro/esl/pdf/chapter3.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2005.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial no setor público**. Florianópolis: edição do autor, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Monografia. In: CD-ROM **Novo Dicionário Aurélio – Séc XXI**. Versão 3.0. Nova Fronteira, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio. A Condição de Equilíbrio da Trajetória do Endividamento Público: algumas simulações para o caso brasileiro. **Revista do BNDES**. Brasília, n. 9, Jun. 1998. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev901.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2005.

HEMMING, Richard e MACKENZIE, G. A. Despesa pública e viabilidade da política fiscal. In: CHU, Ke-young. **Manual de Despesa pública**: guia sobre questões relativas à política de despesa pública nos países em desenvolvimento. Washington: Fundo Monetário Internacional, 1991. Capítulo I, p. 6-14.

KANITZ, Stephen Carhl. **Nominalismo e a Crise da Dívida Externa**. São Paulo: Edição do Autor, 2005. Disponível em <http://www.kanitz.com/artigo_nominalismo_deficit.asp>. Acesso em 12 ago. 2005.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEONE, George Gerra. **Custos**: um enfoque administrativo. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1985.

MARCHALEK, Sandra. **Proposta de ferramenta para facilitar a transformação das diretrizes de políticas públicas de trabalho e renda em ações nos estratos estaduais e municipais**. 2003. 124f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAGALHÃES, José Fernando de. **Ciência Política**. Brasília: Vesticon, 2002.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 22 ed. São Paulo: Saraiva. 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada à Administração Pública**. 6 ed. Brasília: Vesticon, 2002.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. **Diagnóstico sobre o Crescimento da Dívida Interna a partir de 1/1/95**. Nota Técnica, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>, acessado em 12 jun. 2005.

NAGEL, Ernest. Ciência: natureza e objetivo". In: MORGENBESSER, Sidney. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 13-24.

MANKIWI, Gregory J. **Intrdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2 ed. Rio de Janeiro:Campus, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, **Cadernos MARE da reforma do estado**, v. 1, 1997. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/cadernos_mare/CADERNO1.PDF>. Acesso em: 15 set. 2005.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 3 ed. Brasília: Franco & Fortes, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 11 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. **Necessidades de Financiamento do Governo Central**: Metodologia de Cálculo do Superávit Primário. Brasília: STN, 2002. Disponível em <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico as entidades públicas**. Chapecó: Argos, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em <<http://www.deps.ufsc.br>>. Acesso em: 16 set. 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICE A – Estimativa das Receitas Municipais

Balço Orçamentário
Exercícios de 2000

RECEITAS	Publicado		Estimado	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
RECEITAS CORRENTES	65.745	0,0597	84.866,7428	0,0771
Receita Tributária	13.678	0,0124	17.655,7242	0,0160
<i>Impostos</i>	11.602	0,0105	14.976,6514	0,0136
<i>Taxas</i>	1.993	0,0018	2.572,3103	0,0023
<i>Contribuição de Melhoria</i>	83	0,0001	106,7625	0,0001
Receita de Contribuição	1.133	0,0010	1.462,4630	0,0013
Receita Patrimonial	856	0,0008	1.104,9995	0,0010
<i>Receitas Financeiras</i>	635	0,0006	819,4078	0,0007
<i>Receitas de Valores Mobiliárias</i>	-	-	-	-
<i>Receitas de Direitos</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	221	0,0002	285,5917	0,0003
Receita Agropecuária	7	0,0000	9,6301	0,0000
Receita Industrial	794	0,0007	1.025,3297	0,0009
Receita de Serviços	1.128	0,0010	1.455,7254	0,0013
Transferências Correntes	43.598	0,0396	56.278,2310	0,0511
<i>Transferências de Instituições Privadas</i>	-	-	-	-
<i>Transferências de Convênio</i>	-	-	-	-
<i>Transf. Intergovernamentais da União</i>	19.478	0,0177	25.143,7387	0,0228
<i>Transf. Intergovernamentais do Estado</i>	23.256	0,0211	30.020,1392	0,0273
<i>Outras Transferências Correntes</i>	863	0,0008	1.114,3531	0,0010
Outras Receitas Correntes	4.551	0,0041	5.874,6398	0,0053
<i>Receita de Dívida Ativa</i>	1.376	0,0012	1.775,7601	0,0016
<i>Multas e Juros de Mora</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	3.175	0,0029	4.098,8797	0,0037
RECEITAS DE CAPITAL	3.017	0,0027	3.894,4102	0,0035
Operações de Crédito	670	0,0006	864,7856	0,0008
Alienação de Bens	304	0,0003	392,5790	0,0004
Amortização e Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.684	0,0015	2.173,5130	0,0020
<i>Transferências da União</i>	882	0,0008	1.138,2971	0,0010
<i>Transferências dos Estados</i>	494	0,0004	638,2584	0,0006
<i>Transferências de Convênios</i>	-	-	-	-
<i>Outras Transferências de Capital</i>	308	0,0003	396,9574	0,0004
Outras Receitas de Capital	359	0,0003	463,5326	0,0004
<i>Remun. Disp. do Tesouro Nacional</i>	-	-	-	-
<i>Saldos de Exercícios Anteriores</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	359	0,0003	463,5326	0,0004
TOTAL	68.762	0,0624	88.761,1530	0,0806
PIB				1.101.255

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2001

	Publicado		Estimado	
RECEITA	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
RECEITAS CORRENTES	69.829	0,0583	93.834	0,0783
Receita Tributária	13.487	0,0113	18.123	0,0151
<i>Impostos</i>	11.551	0,0096	15.523	0,0129
<i>Taxas</i>	1.892	0,0016	2.542	0,0021
<i>Contribuição de Melhoria</i>	43	0,0000	58	0,0000
Receita de Contribuição	1.053	0,0009	1.415	0,0012
Receita Patrimonial	1.471	0,0012	1.977	0,0016
<i>Receitas Financeiras</i>	1.257	0,0010	1.689	0,0014
<i>Receitas de Valores Mobiliárias</i>	-	-	-	-
<i>Receitas de Direitos</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	214	0,0002	288	0,0002
Receita Agropecuária	7	0,0000	10	0,0000
Receita Industrial	434	0,0004	583	0,0005
Receita de Serviços	1.291	0,0011	1.735	0,0014
Transferências Correntes	47.788	0,0399	64.216	0,0536
<i>Transferências de Instituições Privadas</i>	-	-	-	-
<i>Transferências de Convênio</i>	-	-	-	-
<i>Transf. Intergovernamentais da União</i>	23.361	0,0195	31.392	0,0262
<i>Transf. Intergovernamentais do Estado</i>	23.527	0,0196	31.616	0,0264
<i>Transf. Intergovernamentais dos Municípios</i>	-	-	-	-
<i>Outras Transferências Correntes</i>	900	0,0008	1.209	0,0010
Demais Receitas Correntes	4.298	0,0036	5.776	0,0048
<i>Receita da Dívida Ativa</i>	1.233	0,0010	1.657	0,0014
<i>Multas e Juros de Mora</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	3.065	0,0026	4.119	0,0034
RECEITAS DE CAPITAL	2.072	0,0017	2.784	0,0023
Operações de Crédito	365	0,0003	491	0,0004
Alienação de Bens	77	0,0001	104	0,0001
Amortização e Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.392	0,0012	1.871	0,0016
<i>Transferências da União</i>	860	0,0007	1.155	0,0010
<i>Transferências dos Estados</i>	259	0,0002	348	0,0003
<i>Transferências dos Municípios</i>	-	-	-	-
<i>Transferências de Convênios</i>	-	-	-	-
<i>Outras Transferências de Capital</i>	273	0,0002	367	0,0003
Outras Receitas de Capital	238	0,0002	319	0,0003
<i>Remun. Disp. do Tesouro Nacional</i>	-	-	-	-
<i>Saldos de Exercícios Anteriores</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	238	0,0002	319	0,0003
TOTAL	71.901	0,0600	96.618	0,0806

1198736

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2002

	Publicado		Estimado	
RECEITA	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
RECEITAS CORRENTES	82.612	0,0614	103.720	0,0771
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.122	0,0142	24.008	0,0178
<i>Impostos</i>	17.019	0,0126	21.367	0,0159
<i>Taxas</i>	2.046	0,0015	2.569	0,0019
<i>Contribuição de Melhoria</i>	57	0,0000	72	0,0001
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.900	0,0014	2.385	0,0018
RECEITA PATRIMONIAL	1.921	0,0014	2.411	0,0018
<i>Receitas Imobiliárias</i>	106	0,0001	134	0,0001
<i>Receitas de Valores Mobiliários</i>	1.545	0,0011	1.940	0,0014
<i>Receita de Concessões e Permissões</i>	74	0,0001	93	0,0001
<i>Outras</i>	196	0,0001	246	0,0002
RECEITA AGROPECUÁRIA	6	0,0000	7	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	488	0,0004	612	0,0005
RECEITA DE SERVIÇOS	2.791	0,0021	3.504	0,0026
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.448	0,0382	64.594	0,0480
<i>Transferências Intergovernamentais da União</i>	20.909	0,0155	26.251	0,0195
<i>Transferências Intergovernamentais do Estado</i>	21.485	0,0160	26.974	0,0200
<i>Transferências Intergovernamentais dos Municípios</i>	-	-	-	-
<i>Transferências Multigovernamentais do FUNDEF</i>	7.393	0,0055	9.282	0,0069
<i>Transferências de Instituições Privadas</i>	44	0,0000	55	0,0000
<i>Transferências de Convênios</i>	1.432	0,0011	1.798	0,0013
<i>Outras</i>	186	0,0001	233	0,0002
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.937	0,0037	6.199	0,0046
<i>Multas e Juros de Mora</i>	1.165	0,0009	1.463	0,0011
<i>Receita da Dívida Ativa</i>	1.665	0,0012	2.091	0,0016
<i>Outras</i>	2.107	0,0016	2.645	0,0020
RECEITAS DE CAPITAL	3.799	0,0028	4.770	0,0035
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	556	0,0004	697	0,0005
ALIENAÇÃO DE BENS	102	0,0001	128	0,0001
AMORTIZAÇÃO E EMPRÉSTIMOS	71	0,0001	89	0,0001
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.850	0,0021	3.579	0,0027
<i>Transferências da União</i>	603	0,0004	758	0,0006
<i>Transferências dos Estados</i>	249	0,0002	312	0,0002
<i>Transferências dos Municípios</i>	-	-	-	-
<i>Transferências de Convênios</i>	1.927	0,0014	2.419	0,0018
<i>Outras</i>	72	0,0001	90	0,0001
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	220	0,0002	276	0,0002
<i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacion</i>	-	-	-	-
<i>Salvos de Exercícios Anteriores</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	220	0,0002	276	0,0002
TOTAL	86.411	0,0642	108.490	0,0806
PIB	1.346.028			

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2003

RECEITA	Publicado		Estimado	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
RECEITAS CORRENTES	109.016	0,0701	122.013	0,0784
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.166	0,0149	25.928	0,0167
Impostos	20.412	0,0131	22.846	0,0147
Taxas	2.650	0,0017	2.965	0,0019
Contribuições de Melhoria	104	0,0001	116	0,0001
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.735	0,0024	4.180	0,0027
RECEITA PATRIMONIAL	2.999	0,0019	3.356	0,0022
Receitas Imobiliárias	137	0,0001	153	0,0001
Receitas de Valores Mobiliários	2.447	0,0016	2.739	0,0018
Receita de Concessões e Permissões	81	0,0001	91	0,0001
Outras Receitas Patrimoniais	333	0,0002	373	0,0002
RECEITA AGROPECUÁRIA	8	0,0000	9	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	311	0,0002	348	0,0002
RECEITA DE SERVIÇOS	3.388	0,0022	3.791	0,0024
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.515	0,0447	77.803	0,0500
Transferências Intergovernamentais	68.119	0,0438	76.240	0,0490
<i>Transferências da União</i>	<i>28.268</i>	<i>0,0182</i>	<i>31.639</i>	<i>0,0203</i>
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>28.521</i>	<i>0,0183</i>	<i>31.921</i>	<i>0,0205</i>
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>139</i>	<i>0,0001</i>	<i>155</i>	<i>0,0001</i>
<i>Transferências Multigovernamentais</i>	<i>11.191</i>	<i>0,0072</i>	<i>12.525</i>	<i>0,0080</i>
Transferências de Instituições Privadas	46	0,0000	51	0,0000
Transferências do Exterior	3	0,0000	4	0,0000
Transferências de Pessoas	42	0,0000	47	0,0000
Transferências de Convênios	1.305	0,0008	1.460	0,0009
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>766</i>	<i>0,0005</i>	<i>858</i>	<i>0,0006</i>
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>501</i>	<i>0,0003</i>	<i>561</i>	<i>0,0004</i>
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>15</i>	<i>0,0000</i>	<i>17</i>	<i>0,0000</i>
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>23</i>	<i>0,0000</i>	<i>25</i>	<i>0,0000</i>
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.894	0,0038	6.597	0,0042
Multas e Juros de Mora	1.619	0,0010	1.812	0,0012
Indenizações e Restituições	953	0,0006	1.067	0,0007
Receita da Dívida Ativa	2.085	0,0013	2.333	0,0015
Receitas Correntes Diversas	1.237	0,0008	1.385	0,0009
RECEITAS DE CAPITAL	3.051	0,0020	3.415	0,0022
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	839	0,0005	939	0,0006
Operações de Crédito Internas	641	0,0004	718	0,0005
Operações de Crédito Externas	197	0,0001	221	0,0001
ALIENAÇÃO DE BENS	197	0,0001	221	0,0001
Alienação de Bens Móveis	73	0,0000	82	0,0001
Alienação de Bens Imóveis	124	0,0001	139	0,0001
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	97	0,0001	108	0,0001
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.542	0,0010	1.725	0,0011
Transferências Intergovernamentais	378	0,0002	423	0,0003
<i>Transferências da União</i>	<i>264</i>	<i>0,0002</i>	<i>295</i>	<i>0,0002</i>
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>113</i>	<i>0,0001</i>	<i>127</i>	<i>0,0001</i>
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>1</i>	<i>0,0000</i>	<i>2</i>	<i>0,0000</i>
Transferências de Instituições Privadas	15	0,0000	17	0,0000
Transferências do Exterior	3	0,0000	3	0,0000
Transferências de Pessoas	0	0,0000	0	0,0000
Transferência de Outras Instituições Públicas	10	0,0000	11	0,0000
Transferências de Convênios	1.136	0,0007	1.271	0,0008
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>659</i>	<i>0,0004</i>	<i>738</i>	<i>0,0005</i>
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>434</i>	<i>0,0003</i>	<i>486</i>	<i>0,0003</i>
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>19</i>	<i>0,0000</i>	<i>21</i>	<i>0,0000</i>
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>23</i>	<i>0,0000</i>	<i>26</i>	<i>0,0000</i>
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	377	0,0002	422	0,0003
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	377	0,0002	422	0,0003
TOTAL	112.067	0,0720	125.428	0,0806
PIB				1.556.182

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2004

	Publicado		Estimado	
RECEITAS	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
RECEITAS CORRENTES	114.622	0,0649	137.511	0,0778
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.189	0,0143	30.219	0,0171
Impostos	22.596	0,0128	27.108	0,0153
Taxas	2.475	0,0014	2.969	0,0017
Contribuições de Melhoria	119	0,0001	142	0,0001
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.869	0,0028	5.842	0,0033
RECEITA PATRIMONIAL	2.198	0,0012	2.637	0,0015
Receitas Imobiliárias	122	0,0001	147	0,0001
Receitas de Valores Mobiliários	1.781	0,0010	2.136	0,0012
Receita de Concessões e Permissões	136	0,0001	163	0,0001
Outras Receitas Patrimoniais	159	0,0001	191	0,0001
RECEITA AGROPECUÁRIA	6	0,0000	7	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	206	0,0001	248	0,0001
RECEITA DE SERVIÇOS	3.578	0,0020	4.292	0,0024
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.905	0,0407	86.263	0,0488
Transferências Intergovernamentais	70.115	0,0397	84.116	0,0476
<i>Transferências da União</i>	<i>29.345</i>	<i>0,0166</i>	<i>35.204</i>	<i>0,0199</i>
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>29.729</i>	<i>0,0168</i>	<i>35.666</i>	<i>0,0202</i>
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>93</i>	<i>0,0001</i>	<i>111</i>	<i>0,0001</i>
<i>Transferências Multigovernamentais</i>	<i>10.948</i>	<i>0,0062</i>	<i>13.135</i>	<i>0,0074</i>
Transferências de Instituições Privadas	46	0,0000	56	0,0000
Transferências do Exterior	7	0,0000	8	0,0000
Transferências de Pessoas	22	0,0000	27	0,0000
Transferências de Convênios	1.714	0,0010	2.057	0,0012
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>1.041</i>	<i>0,0006</i>	<i>1.249</i>	<i>0,0007</i>
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>622</i>	<i>0,0004</i>	<i>746</i>	<i>0,0004</i>
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>30</i>	<i>0,0000</i>	<i>36</i>	<i>0,0000</i>
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>21</i>	<i>0,0000</i>	<i>25</i>	<i>0,0000</i>
Transferências para Combate à Fome	0	0,0000	0	0,0000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.671	0,0038	8.003	0,0045
Multas e Juros de Mora	1.814	0,0010	2.176	0,0012
Indenizações e Restituições	912	0,0005	1.094	0,0006
Receita da Dívida Ativa	2.292	0,0013	2.749	0,0016
Receitas Correntes Diversas	1.654	0,0009	1.984	0,0011
RECEITAS DE CAPITAL	4.067	0,0023	4.879	0,0028
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.265	0,0007	1.517	0,0009
Operações de Crédito Internas	976	0,0006	1.171	0,0007
Operações de Crédito Externas	289	0,0002	346	0,0002
ALIENAÇÃO DE BENS	168	0,0001	202	0,0001
Alienação de Bens Móveis	78	0,0000	94	0,0001
Alienação de Bens Imóveis	90	0,0001	108	0,0001
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	109	0,0001	131	0,0001
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.277	0,0013	2.732	0,0015
Transferências Intergovernamentais	678	0,0004	814	0,0005
<i>Transferências da União</i>	<i>418</i>	<i>0,0002</i>	<i>501</i>	<i>0,0003</i>
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>244</i>	<i>0,0001</i>	<i>293</i>	<i>0,0002</i>
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>16</i>	<i>0,0000</i>	<i>20</i>	<i>0,0000</i>
Transferências de Instituições Privadas	10	0,0000	12	0,0000
Transferências do Exterior	2	0,0000	2	0,0000
Transferências de Pessoas	1	0,0000	1	0,0000
Transferência de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	1.586	0,0009	1.903	0,0011
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>965</i>	<i>0,0005</i>	<i>1.158</i>	<i>0,0007</i>
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>570</i>	<i>0,0003</i>	<i>684</i>	<i>0,0004</i>
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>7</i>	<i>0,0000</i>	<i>9</i>	<i>0,0000</i>
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>44</i>	<i>0,0000</i>	<i>53</i>	<i>0,0000</i>
Transferências para Combate à Fome	0	0,0000	0	0,0000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	248	0,0001	298	0,0002
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL	118.689	0,0672	142.390	0,0806
PIB				1.766.621

Fonte: STN

APÊNDICE B – Análise do Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário

Exercícios de 2000

(Análise Vertical)

RECEITAS	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
RECEITAS CORRENTES	84.867	0,9561	138.388	0,9071	252.519	0,3879
Receita Tributária	17.656	0,1989	87.315	0,5724	78.686	0,1209
Impostos	14.977	0,1687	87.315	0,5724	77.358	0,1188
Taxas	2.572	0,0290	-	-	1.328	0,0020
Contribuição de Melhoria	107	0,0012	-	-	-	-
Receita de Contribuição	1.462	0,0165	-	-	139.727	0,2146
Receita Patrimonial	1.105	0,0124	1.515	0,0099	10.116	0,0155
Receitas Financeiras	819	0,0092	1.515	0,0099	-	-
Receitas de Valores Mobiliárias	-	-	-	-	4.622	0,0071
Receitas de Direitos	-	-	-	-	5.261	0,0081
Outras	286	0,0032	-	-	233	0,0004
Receita Agropecuária	10	0,0001	-	-	27	0,0000
Receita Industrial	1.025	0,0116	-	-	243	0,0004
Receita de Serviços	1.456	0,0164	-	-	14.331	0,0220
Transferências Correntes	56.278	0,6340	31.887	0,2090	97	0,0001
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	28	0,0000
Transferências de Convênio	-	-	-	-	64	0,0001
Transf. Intergovernamentais da União	25.144	0,2833	31.887	0,2090	-	-
Transf. Intergovernamentais do Estado	30.020	0,3382	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	1.114	0,0126	-	-	5	0,0000
Outras Receitas Correntes	5.875	0,0662	17.672	0,1158	9.293	0,0143
Receita de Dívida Ativa	1.776	0,0200	-	-	631	0,0010
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	5.410	0,0083
Outras	4.099	0,0462	17.672	0,1158	3.253	0,0050
RECEITAS DE CAPITAL	3.894	0,0439	14.165	0,0929	398.505	0,6121
Operações de Crédito	865	0,0097	3.103	0,0203	348.696	0,5356
Alienação de Bens	393	0,0044	8.589	0,0563	15.002	0,0230
Amortização e Empréstimos	-	-	-	-	12.330	0,0189
Transferências de Capital	2.174	0,0245	1.246	0,0082	29	0,0000
Transferências da União	1.138	0,0128	-	-	-	-
Transferências dos Estados	638	0,0072	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	17	0,0000
Outras Transferências de Capital	397	0,0045	1.246	0,0082	12	0,0000
Outras Receitas de Capital	464	0,0052	1.227	0,0080	22.448	0,0345
Remun. Disp. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	12.796	0,0197
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	9.371	0,0144
Outras	464	0,0052	1.227	0,0080	281	0,0004
TOTAL	88.761	1,0000	152.553	1,0000	651.023	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2000

(Análise Vertical)

DESPESAS	MUNICIPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
DESPESAS CORRENTES	72.632	0,831	128.284	0,847	250.001	0,406
Despesas de Custeio	59.246	0,678	69.171	0,457	47.074	0,076
Transferências Correntes	13.386	0,153	59.113	0,390	63.308	0,103
<i>Transferências aos Municípios</i>	-	-	24.160	0,160	-	-
<i>Transferências a Pessoas</i>	5.323	0,061	22.276	0,147	24.473	0,040
<i>Contribuição p/Formação do PASEP</i>	448	0,005	-	-	-	-
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	1.409	0,016	7.488	0,049	38.835	0,063
<i>Demais Transf. Correntes</i>	6.206	0,071	5.189	0,034	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	139.619	0,227
DESPESAS DE CAPITAL	11.268	0,129	23.169	0,153	366.381	0,594
Investimentos	8.902	0,102	10.306	0,068	10.099	0,016
Inversões Financeiras	437	0,005	5.025	0,033	11.421	0,019
Transferências de Capital	1.929	0,022	7.838	0,052	344.862	0,559
<i>Transferências aos Municípios</i>	-	-	313	0,002	-	-
<i>Outras Transferências de Capital</i>	716	0,008	486	0,003	-	-
<i>Amortização/Refinanc. da Dívida</i>	1.212	0,014	7.039	0,046	344.862	0,559
<i>Refinanciamento</i>	-	-	-	-	300.962	0,488
<i>Amortização</i>	1.212	0,014	7.039	0,046	43.900	0,071
TOTAL	87.440	1,000	151.453	1,000	616.383	1,000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2001
 (Análise Vertical)

RECEITA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
RECEITAS CORRENTES	93.834	0,9712	161.565	0,9630	289.411	0,4759
Receita Tributária	18.123	0,1876	101.837	0,6070	91.624	0,1507
Impostos	15.523	0,1607	99.204	0,5913	90.129	0,1482
Taxas	2.542	0,0263	2.633	0,0157	1.496	0,0025
Contribuição de Melhoria	58	0,0006	0	0,0000	-	-
Receita de Contribuição	1.415	0,0146	8.137	0,0485	161.139	0,2650
Receita Patrimonial	1.977	0,0205	4.306	0,0257	10.726	0,0176
Receitas Financeiras	1.689	0,0175	3.620	0,0216	-	-
Receitas de Valores Mobiliárias	-	-	-	-	6.059	0,0100
Receitas de Direitos	-	-	-	-	4.381	0,0072
Outras	288	0,0030	686	0,0041	287	0,0005
Receita Agropecuária	10	0,0001	260	0,0016	23	0,0000
Receita Industrial	583	0,0060	9	0,0001	310	0,0005
Receita de Serviços	1.735	0,0180	3.565	0,0213	16.082	0,0264
Transferências Correntes	64.216	0,6646	38.048	0,2268	145	0,0002
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	36	0,0001
Transferências de Convênio	-	-	-	-	82	0,0001
Transf. Intergovernamentais da União	31.392	0,3249	35.836	0,2136	-	-
Transf. Intergovernamentais do Estado	31.616	0,3272	-	-	-	-
Transf. Intergovernamentais dos Municípios	-	-	37	0,0002	0	0,0000
Outras Transferências Correntes	1.209	0,0125	2.176	0,0130	26	0,0000
Demais Receitas Correntes	5.776	0,0598	5.402	0,0322	9.361	0,0154
Receita da Dívida Ativa	1.657	0,0171	768	0,0046	701	0,0012
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	5.624	0,0092
Outras	4.119	0,0426	4.634	0,0276	3.036	0,0050
RECEITAS DE CAPITAL	2.784	0,0288	6.209	0,0370	318.686	0,5241
Operações de Crédito	491	0,0051	1.827	0,0109	268.667	0,4418
Alienação de Bens	104	0,0011	1.438	0,0086	4.760	0,0078
Amortização e Empréstimos	-	-	-	-	15.677	0,0258
Transferências de Capital	1.871	0,0194	2.000	0,0119	15	0,0000
Transferências da União	1.155	0,0120	1.030	0,0061	(0)	(0,0000)
Transferências dos Estados	348	0,0036	-	-	-	-
Transferências dos Municípios	-	-	3	0,0000	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	2	0,0000
Outras Transferências de Capital	367	0,0038	967	0,0058	14	0,0000
Outras Receitas de Capital	319	0,0033	944	0,0056	29.567	0,0486
Remun. Disp. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	12.721	0,0209
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.594	0,0256
Outras	319	0,0033	944	0,0056	1.252	0,0021
TOTAL	96.618	1,0000	167.773	1,0000	608.097	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2001

(Análise Vertical)

DESPESAS	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
DESPESAS CORRENTES	84.010	0,8827	148.514	0,8681	293.727	0,4868
Despesas de Custeio	64.304	0,6756	65.630	0,3836	50.942	0,0844
<i>Despesas de Pessoal</i>	35.475	0,3727	51.495	0,3010	37.367	0,0619
<i>Serviços de Terceiros/Encargos</i>	19.914	0,2092	10.475	0,0612	13.576	0,0225
<i>Outros Custeios</i>	8.915	0,0937	3.659	0,0214	-	-
Transferências Correntes	15.977	0,1679	60.979	0,3564	86.425	0,1432
<i>Transferências a Pessoas</i>	6.068	0,0638	24.959	0,1459	28.109	0,0466
<i>Contribuição p/Formação do PASEP</i>	555	0,0058	77	0,0005	5.499	0,0091
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	2.103	0,0221	8.981	0,0525	52.816	0,0875
<i>Demais Transf. Correntes</i>	7.251	0,0762	26.961	0,1576	-	-
Outras Despesas Correntes	3.729	0,0392	21.905	0,1280	156.360	0,2591
DESPESAS DE CAPITAL	11.169	0,1173	22.568	0,1319	309.708	0,5132
Investimentos	8.506	0,0894	12.627	0,0738	14.580	0,0242
Inversões Financeiras	455	0,0048	3.742	0,0219	20.446	0,0339
Transferências de Capital	532	0,0056	851	0,0050	-	-
Amortização/Refinanc. da Dívida	1.676	0,0176	5.349	0,0313	274.681	0,4552
<i>Refinanciamento</i>	-	-	-	-	220.046	0,3647
<i>Amortização</i>	1.676	0,0176	5.349	0,0313	54.636	0,0905
DESPESAS	95.180	1,0000	171.082	1,0000	603.435	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2002
 (Análise Vertical)

RECEITA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
RECEITAS CORRENTES	103.720	0,9560	171.839	0,9451	343.075	0,4752
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.008	0,2213	105.594	0,5808	107.897	0,1495
Impostos	21.367	0,1970	102.603	0,5643	106.159	0,1470
Taxas	2.569	0,0237	2.991	0,0165	1.738	0,0024
Contribuição de Melhoria	72	0,0007	0	0,0000	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	2.385	0,0220	8.918	0,0490	193.567	0,2681
RECEITA PATRIMONIAL	2.411	0,0222	4.074	0,0224	9.800	0,0136
Receitas Imobiliárias	134	0,0012	146	0,0008	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	1.940	0,0179	2.048	0,0113	7.650	0,0106
Receita de Concessões e Permissões	93	0,0009	12	0,0001	1.823	0,0025
Outras	246	0,0023	1.867	0,0103	327	0,0005
RECEITA AGROPECUÁRIA	7	0,0001	11	0,0001	30	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	612	0,0056	285	0,0016	343	0,0005
RECEITA DE SERVIÇOS	3.504	0,0323	4.082	0,0224	17.161	0,0238
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.594	0,5954	39.564	0,2176	189	0,0003
Transferências Intergovernamentais da União	26.251	0,2420	31.542	0,1735	-	-
Transferências Intergovernamentais do Estado	26.974	0,2486	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais dos Municípios	-	-	13	0,0001	0	0,0000
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF	9.282	0,0856	4.680	0,0257	-	-
Transferências de Instituições Privadas	55	0,0005	210	0,0012	36	0,0001
Transferências de Convênios	1.798	0,0166	2.437	0,0134	84	0,0001
Outras	233	0,0021	682	0,0038	67	0,0001
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.199	0,0571	9.313	0,0512	14.088	0,0195
Multas e Juros de Mora	1.463	0,0135	1.362	0,0075	7.544	0,0104
Receita da Dívida Ativa	2.091	0,0193	1.979	0,0109	1.814	0,0025
Outras	2.645	0,0244	5.971	0,0328	4.731	0,0066
RECEITAS DE CAPITAL	4.770	0,0440	9.975	0,0549	378.848	0,5248
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	697	0,0064	3.778	0,0208	285.580	0,3956
ALIENAÇÃO DE BENS	128	0,0012	1.537	0,0085	3.468	0,0048
AMORTIZAÇÃO E EMPRÉSTIMOS	89	0,0008	588	0,0032	11.643	0,0161
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.579	0,0330	3.659	0,0201	31	0,0000
Transferências da União	758	0,0070	475	0,0026	-	-
Transferências dos Estados	312	0,0029	-	-	-	-
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	2.419	0,0223	2.447	0,0135	25	0,0000
Outras	90	0,0008	737	0,0041	6	0,0000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	276	0,0025	412	0,0023	78.125	0,1082
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacior.	-	-	-	-	41.455	0,0574
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	30.904	0,0428
Outras	276	0,0025	412	0,0023	5.767	0,0080
TOTAL	108.490	1,0000	181.814	1,0000	721.923	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2002
 (Análise Vertical)

DESPESA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO
DESPESAS CORRENTES	91.081	0,8522	164.560	0,8660	339.073
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.109	0,4314	87.663	0,4614	75.029
<i>Transferências</i>	13	0,0001	141	0,0007	3.454
<i>Aplicações Diretas</i>	46.096	0,4313	87.522	0,4606	71.575
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.286	0,0214	9.873	0,0520	55.261
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.686	0,3994	67.024	0,3527	208.783
<i>Transferências à União</i>	213	0,0020	787	0,0041	-
<i>Transferências a Estados e ao Distrito Federal</i>	500	0,0047	13	0,0001	36.889
<i>Transferências a Municípios</i>	151	0,0014	29.515	0,1553	36.676
<i>Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos</i>	1.244	0,0116	1.886	0,0099	1.453
<i>Outras Transferências</i>	361	0,0034	1.473	0,0078	1.050
<i>Aplicações Diretas</i>	40.216	0,3763	33.350	0,1755	132.715
DESPESAS DE CAPITAL	15.794	0,1478	25.453	0,1340	335.855
INVESTIMENTOS	13.148	0,1230	13.667	0,0719	10.127
<i>Obras e Instalações</i>	-	-	8.161	0,0429	3.435
<i>Equipamentos e Material Permanente</i>	-	-	1.984	0,0104	2.015
<i>Outros Investimentos</i>	13.148	0,1230	3.523	0,0185	4.677
INVERSÕES FINANCEIRAS	684	0,0064	5.190	0,0273	20.936
<i>Constituição ou Aumento de Capital de Empresas</i>	-	-	3.123	0,0164	751
<i>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</i>	-	-	1.578	0,0083	19.559
<i>Outras Inversões Financeiras</i>	684	0,0064	490	0,0026	626
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.961	0,0184	6.596	0,0347	304.792
<i>Refinanciamento</i>	-	-	264	0,0014	235.831
<i>Amortização</i>	1.961	0,0184	6.331	0,0333	68.961
TOTAL	106.875	1,0000	190.013	1,0000	674.928

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balanco Orçamentário
Exercícios de 2003
(Análise Vertical)

RECEITA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
RECEITAS CORRENTES	122.013	0,9728	202.890	0,9695	384.447	0,4185
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.928	0,2067	129.204	0,6174	115.191	0,1254
Impostos	22.846	0,1821	125.656	0,6004	113.120	0,1232
Taxas	2.965	0,0236	3.548	0,0170	2.071	0,0023
Contribuições de Melhoria	116	0,0009	0	0,0000	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.180	0,0333	11.295	0,0540	226.063	0,2461
RECEITA PATRIMONIAL	3.356	0,0268	6.027	0,0288	12.507	0,0136
Receitas Imobiliárias	153	0,0012	159	0,0008	251	0,0003
Receitas de Valores Mobiliários	2.739	0,0218	5.004	0,0239	11.813	0,0129
Receita de Concessões e Permissões	91	0,0007	294	0,0014	398	0,0004
Outras Receitas Patrimoniais	373	0,0030	570	0,0027	44	0,0000
RECEITA AGROPECUÁRIA	9	0,0001	15	0,0001	20	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	348	0,0028	315	0,0015	346	0,0004
RECEITA DE SERVIÇOS	3.791	0,0302	5.338	0,0255	19.829	0,0216
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.803	0,6203	40.060	0,1914	245	0,0003
Transferências Intergovernamentais	76.240	0,6078	38.352	0,1833	0	0,0000
<i>Transferências da União</i>	<i>31.639</i>	<i>0,2522</i>	<i>31.830</i>	<i>0,1521</i>	-	-
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>31.921</i>	<i>0,2545</i>	<i>23</i>	<i>0,0001</i>	-	-
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>155</i>	<i>0,0012</i>	<i>11</i>	<i>0,0001</i>	0	0,0000
<i>Transferências Multigovernamentais</i>	<i>12.525</i>	<i>0,0999</i>	<i>6.488</i>	<i>0,0310</i>	-	-
Transferências de Instituições Privadas	51	0,0004	115	0,0006	35	0,0000
Transferências do Exterior	4	0,0000	4	0,0000	1	0,0000
Transferências de Pessoas	47	0,0004	3	0,0000	0	0,0000
Transferências de Convênios	1.460	0,0116	1.585	0,0076	202	0,0002
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>858</i>	<i>0,0068</i>	<i>1.385</i>	<i>0,0066</i>	7	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>561</i>	<i>0,0045</i>	<i>141</i>	<i>0,0007</i>	21	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>17</i>	<i>0,0001</i>	<i>27</i>	<i>0,0001</i>	172	0,0002
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>25</i>	<i>0,0002</i>	<i>32</i>	<i>0,0002</i>	1	0,0000
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	7	0,0000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.597	0,0526	10.638	0,0508	10.246	0,0112
Multas e Juros de Mora	1.812	0,0144	2.225	0,0106	5.496	0,0060
Indenizações e Restituições	1.067	0,0085	4.276	0,0204	1.719	0,0019
Receita da Dívida Ativa	2.333	0,0186	1.136	0,0054	844	0,0009
Receitas Correntes Diversas	1.385	0,0110	3.001	0,0143	2.187	0,0024
RECEITAS DE CAPITAL	3.415	0,0272	6.388	0,0305	534.083	0,5815
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939	0,0075	2.598	0,0124	470.891	0,5127
Operações de Crédito Internas	718	0,0057	362	0,0017	453.361	0,4936
Operações de Crédito Externas	221	0,0018	2.236	0,0107	17.530	0,0191
ALIENAÇÃO DE BENS	221	0,0018	939	0,0045	2.116	0,0023
Alienação de Bens Móveis	82	0,0007	893	0,0043	2.054	0,0022
Alienação de Bens Imóveis	139	0,0011	46	0,0002	63	0,0001
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	108	0,0009	608	0,0029	13.012	0,0142
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.725	0,0138	2.100	0,0100	41	0,0000
Transferências Intergovernamentais	423	0,0034	406	0,0019	-	-
<i>Transferências da União</i>	<i>295</i>	<i>0,0024</i>	<i>246</i>	<i>0,0012</i>	-	-
<i>Transferências dos Estados</i>	<i>127</i>	<i>0,0010</i>	<i>160</i>	<i>0,0008</i>	-	-
<i>Transferências dos Municípios</i>	<i>2</i>	<i>0,0000</i>	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	17	0,0001	102	0,0005	0	0,0000
Transferências do Exterior	3	0,0000	8	0,0000	4	0,0000
Transferências de Pessoas	0	0,0000	0	0,0000	0	0,0000
Transferência de Outras Instituições Públicas	11	0,0001	15	0,0001	4	0,0000
Transferências de Convênios	1.271	0,0101	1.569	0,0075	33	0,0000
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	<i>738</i>	<i>0,0059</i>	<i>1.288</i>	<i>0,0062</i>	30	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	<i>486</i>	<i>0,0039</i>	<i>272</i>	<i>0,0013</i>	2	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	<i>21</i>	<i>0,0002</i>	<i>7</i>	<i>0,0000</i>	0	0,0000
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	<i>26</i>	<i>0,0002</i>	<i>3</i>	<i>0,0000</i>	0	0,0000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	422	0,0034	142	0,0007	48.024	0,0523
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	25.289	0,0275
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	22.602	0,0246
Demais Receitas de Capital	422	0,0034	142	0,0007	133	0,0001
TOTAL	125.428	1,0000	209.278	1,0000	918.530	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2003
 (Análise Vertical)

DESPESA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
DESPESAS CORRENTES	107.835	0,8727	188.829	0,8930	383.919	0,4380
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.906	0,4444	97.902	0,4630	78.975	0,0901
Transferências a Estados e Distrito Federal	9	0,0001	145	0,0007	484	0,0006
Transferências ao Exterior	0	0,0000	-	-	-	-
Aplicações Diretas	54.897	0,4443	97.756	0,4623	78.491	0,0896
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.369	0,0192	11.512	0,0544	65.707	0,0750
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.561	0,4092	79.415	0,3756	239.238	0,2730
Transferências à União	79	0,0006	1.294	0,0061	3	0,0000
Transferências a Estados e Distrito Federal	252	0,0020	35	0,0002	39.912	0,0455
Transferências a Municípios	356	0,0029	33.340	0,1577	40.282	0,0460
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	1.858	0,0150	2.018	0,0095	1.606	0,0018
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	59	0,0005	31	0,0001	5	0,0000
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacion	209	0,0017	2.873	0,0136	3	0,0000
Transferências ao Exterior	5	0,0000	26	0,0001	913	0,0010
Aplicações Diretas	47.742	0,3864	39.799	0,1882	156.513	0,1786
DESPESAS DE CAPITAL	15.725	0,1273	22.616	0,1070	492.537	0,5620
INVESTIMENTOS	12.686	0,1027	11.603	0,0549	6.452	0,0074
Transferências à União	-	-	13	0,0001	-	-
Transferências a Estados e Distrito Federal	-	-	112	0,0005	1.216	0,0014
Transferências a Municípios	-	-	643	0,0030	1.477	0,0017
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	-	-	411	0,0019	261	0,0003
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	-	-	15	0,0001	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacion	-	-	7	0,0000	0	0,0000
Transferências ao Exterior	-	-	10	0,0000	109	0,0001
Aplicações Diretas	-	-	10.392	0,0491	3.390	0,0039
INVERSÕES FINANCEIRAS	778	0,0063	3.251	0,0154	23.441	0,0267
Transferências a Estados e Distrito Federal	-	-	7	0,0000	1	0,0000
Transferências a Municípios	-	-	3	0,0000	-	-
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativ	-	-	161	0,0008	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	0	0,0000	-	-
Aplicações Diretas	-	-	3.080	0,0146	23.440	0,0267
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA I	2.262	0,0183	7.762	0,0367	462.645	0,5279
Aplicações Diretas	-	-	7.762	0,0367	462.645	0,5279
Amortização	-	-	6.282	0,0297	79.551	0,0908
Refinanciamento	-	-	1.480	0,0070	383.094	0,4371
TOTAL	123.561	1,000	211.445	1,000	876.457	1,000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balço Orçamentário
Exercícios de 2004
(Análise Vertical)

RECEITAS	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
RECEITAS CORRENTES	137.511	0,9657	233.240	0,9740	450.590	0,4837
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.219	0,2122	148.029	0,6181	128.674	0,1381
Impostos	27.108	0,1904	143.660	0,5999	126.108	0,1354
Taxas	2.969	0,0209	4.369	0,0182	2.566	0,0028
Contribuições de Melhoria	142	0,0010	0	0,0000	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.842	0,0410	13.995	0,0584	274.044	0,2942
RECEITA PATRIMONIAL	2.637	0,0185	6.053	0,0253	14.742	0,0158
Receitas Imobiliárias	147	0,0010	166	0,0007	291	0,0003
Receitas de Valores Mobiliários	2.136	0,0150	5.270	0,0220	13.224	0,0142
Receita de Concessões e Permissões	163	0,0011	350	0,0015	1.215	0,0013
Outras Receitas Patrimoniais	191	0,0013	268	0,0011	12	0,0000
RECEITA AGROPECUÁRIA	7	0,0001	25	0,0001	20	0,0000
RECEITA INDUSTRIAL	248	0,0017	308	0,0013	340	0,0004
RECEITA DE SERVIÇOS	4.292	0,0301	5.869	0,0245	21.100	0,0227
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.263	0,6058	51.162	0,2136	280	0,0003
Transferências Intergovernamentais	84.116	0,5907	48.492	0,2025	1	0,0000
<i>Transferências da União</i>	35.204	0,2472	39.699	0,1658	-	-
<i>Transferências dos Estados</i>	35.666	0,2505	11	0,0000	-	-
<i>Transferências dos Municípios</i>	111	0,0008	11	0,0000	1	0,0000
<i>Transferências Multigovernamentais</i>	13.135	0,0922	8.771	0,0366	-	-
Transferências de Instituições Privadas	56	0,0004	202	0,0008	42	0,0000
Transferências do Exterior	8	0,0001	5	0,0000	10	0,0000
Transferências de Pessoas	27	0,0002	5	0,0000	0	0,0000
Transferências de Convênios	2.057	0,0144	2.458	0,0103	223	0,0002
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	1.249	0,0088	2.112	0,0088	7	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	746	0,0052	277	0,0012	31	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	36	0,0003	41	0,0002	184	0,0002
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	25	0,0002	28	0,0001	2	0,0000
Transferências para Combate à Fome	0	0,0000	0	0,0000	4	0,0000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.003	0,0562	7.799	0,0326	11.389	0,0122
Multas e Juros de Mora	2.176	0,0153	2.298	0,0096	5.962	0,0064
Indenizações e Restituições	1.094	0,0077	1.064	0,0044	1.994	0,0021
Receita da Dívida Ativa	2.749	0,0193	1.269	0,0053	939	0,0010
Receitas Correntes Diversas	1.984	0,0139	3.169	0,0132	2.494	0,0027
RECEITAS DE CAPITAL	4.879	0,0343	6.231	0,0260	480.936	0,5163
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.517	0,0107	2.517	0,0105	438.028	0,4702
Operações de Crédito Internas	1.171	0,0082	472	0,0020	416.841	0,4475
Operações de Crédito Externas	346	0,0024	2.044	0,0085	21.188	0,0227
ALIENAÇÃO DE BENS	202	0,0014	612	0,0026	619	0,0007
Alienação de Bens Móveis	94	0,0007	541	0,0023	546	0,0006
Alienação de Bens Imóveis	108	0,0008	71	0,0003	74	0,0001
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	131	0,0009	547	0,0023	17.731	0,0190
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.732	0,0192	2.181	0,0091	46	0,0000
Transferências Intergovernamentais	814	0,0057	407	0,0017	(0)	(0,0000)
<i>Transferências da União</i>	501	0,0035	271	0,0011	-	-
<i>Transferências dos Estados</i>	293	0,0021	134	0,0006	-	-
<i>Transferências dos Municípios</i>	20	0,0001	1	0,0000	(0)	(0,0000)
Transferências de Instituições Privadas	12	0,0001	115	0,0005	-	-
Transferências do Exterior	2	0,0000	9	0,0000	-	-
Transferências de Pessoas	1	0,0000	0	0,0000	0	0,0000
Transferência de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	15	0,0000
Transferências de Convênios	1.903	0,0134	1.651	0,0069	31	0,0000
<i>Transferência de Convênios da União e suas Entidades</i>	1.158	0,0081	1.336	0,0056	26	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades</i>	684	0,0048	293	0,0012	4	0,0000
<i>Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades</i>	9	0,0001	14	0,0001	0	0,0000
<i>Transferência de Convênios de Instituições Privadas</i>	53	0,0004	8	0,0000	-	-
Transferências para Combate à Fome	0	0,0000	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	298	0,0021	374	0,0016	24.511	0,0263
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	7.997	0,0086
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	16.420	0,0176
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	93	0,0001
TOTAL	142.390	1,0000	239.471	1,0000	931.526	1,0000

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

Balço Orçamentário**Exercícios de 2004**

(Análise Vertical)

DESPESA	MUNICÍPIOS	AV	ESTADOS	AV	UNIÃO	AV
DESPESAS CORRENTES	121.473	0,8660	212.900	1,5178	439.711	3,1348
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.339	0,4373	107.818	0,7687	89.432	0,6376
Transferências a Estados e Distrito Federal	2	0,0000	139	0,0010	370	0,0026
Transferências ao Exterior	2	0,0000	0	0,0000	-	-
Aplicações Diretas	61.335	0,4373	107.679	0,7677	89.062	0,6349
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.866	0,0204	11.831	0,0843	74.373	0,5302
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.268	0,4083	93.251	0,6648	275.906	1,9670
Transferências à União	87	0,0006	1.714	0,0122	-	-
Transferências a Estados e Distrito Federal	228	0,0016	44	0,0003	45.464	0,3241
Transferências a Municípios	71	0,0005	37.767	0,2692	46.871	0,3342
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	2.085	0,0149	3.474	0,0248	1.583	0,0113
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	32	0,0002	9	0,0001	22	0,0002
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nac	246	0,0018	3.132	0,0223	1	0,0000
Transferências ao Exterior	8	0,0001	40	0,0003	1.151	0,0082
Aplicações Diretas	54.512	0,3886	47.069	0,3356	180.814	1,2890
DESPESAS DE CAPITAL	18.796	0,1340	26.936	0,1920	468.467	3,3398
INVESTIMENTOS	15.662	0,1117	13.992	0,0998	10.866	0,0775
Transferências à União	34	0,0002	36	0,0003	-	-
Transferências a Estados e Distrito Federal	6	0,0000	108	0,0008	1.783	0,0127
Transferências a Municípios	21	0,0002	1.032	0,0074	2.426	0,0173
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	74	0,0005	438	0,0031	425	0,0030
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	11	0,0001	105	0,0007	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nac	3	0,0000	4	0,0000	-	-
Transferências ao Exterior	0	0,0000	34	0,0002	51	0,0004
Aplicações Diretas	15.513	0,1106	12.234	0,0872	6.180	0,0441
INVERSÕES FINANCEIRAS	519	0,0037	4.549	0,0324	21.581	0,1539
Transferências a Estados e Distrito Federal	1	0,0000	4	0,0000	28	0,0002
Transferências a Municípios	3	0,0000	16	0,0001	-	-
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	3	0,0000	11	0,0001	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	512	0,0036	4.518	0,0322	21.552	0,1536
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA	2.615	0,0186	8.395	0,0598	436.020	3,1084
Aplicações Diretas	2.615	0,0186	8.395	0,0598	436.020	3,1084
Amortização	2.365	0,0169	6.682	0,0476	71.602	0,5105
Refinanciamento	250	0,0018	1.713	0,0122	364.418	2,5980
TOTAL	140.270	1,0000	239.836	1,7098	908.178	6,4745

Municípios com valores Estimados

Fonte: STN

APÊNDICE C – Análise das NFSP

Demonstrativo das Necessidades de Financiamento do Setor Público em % do PIB

	2000	AV	AH	2001	AV	AH	2002	AV	AH	2003	AV	AH	2004	AV	AH (2000 = 1)	Média de AV
Resultado Primário	3,5	1,0000	1,0000	3,6	1,0000	1,0286	3,9	1,0000	1,1143	4,3	1,0000	1,2286	4,6	1,0000	1,3143	
Governo federal ¹	1,9	0,5429	1,0000	1,8	0,5000	0,9474	2,4	0,6154	1,2632	2,5	0,5814	1,3158	3	0,6522	1,5789	0,5784
Governos estaduais	0,4	0,1143	1,0000	0,6	0,1667	1,5000	0,6	0,1538	1,5000	0,8	0,1860	2,0000	0,9	0,1957	2,2500	0,1633
Governos municipais	0,1	0,0286	1,0000	0,3	0,0833	3,0000	0,2	0,0513	2,0000	0,1	0,0233	1,0000	0,1	0,0217	1,0000	0,0416
Empresas estatais ²	1,1	0,3143	1,0000	0,9	0,2500	0,8182	0,7	0,1795	0,6364	0,9	0,2093	0,8182	0,6	0,1304	0,5455	0,2167
Juros Nominais	(7,1)	1,0000	1,0000	(7,2)	1,0000	1,0141	(8,5)	1,0000	1,2394	(9,3)	1,0000	1,3099	(7,3)	1,0000	1,0282	1,0000
Governo federal	(4,1)	0,5775	1,0000	(3,9)	0,5417	0,9512	(3,1)	0,3647	0,7805	(6,5)	0,6989	1,5854	(4,5)	0,6164	1,0976	0,5598
Governos estaduais	(2,2)	0,3099	1,0000	(2,5)	0,3472	1,1364	(3,9)	0,4588	1,8182	(2,2)	0,2366	1,0000	(2,5)	0,3425	1,1364	0,3390
Governos municipais	(0,4)	0,0563	1,0000	(0,4)	0,0556	1,0000	(0,7)	0,0824	1,7500	(0,4)	0,0430	1,0000	(0,4)	0,0548	1,0000	0,0584
Empresas estatais	(0,3)	0,0423	1,0000	(0,4)	0,0556	1,3333	(0,7)	0,0824	2,6667	(0,2)	0,0215	0,6667	0,2	-0,0274	-0,6667	0,0349
Resultado Nominal (NFSP)	(3,6)	1,0000	1,0000	(3,6)	1,0000	1,0000	(4,6)	1,0000	1,2778	(5,1)	1,0000	1,4167	(2,7)	1,0000	0,7500	1,0000
Governo federal	(2,3)	0,6389	1,0000	(2,1)	0,5833	0,9130	(0,7)	0,1522	0,3043	(4,0)	0,7843	1,7391	(1,5)	0,5556	0,6522	0,5429
Governos estaduais	(1,8)	0,5000	1,0000	(1,9)	0,5278	1,0556	(3,3)	0,7174	1,8333	(1,5)	0,2941	0,8333	(1,6)	0,5926	0,8889	0,5264
Governos municipais	(0,3)	0,0833	1,0000	(0,1)	0,0278	0,3333	(0,6)	0,1304	2,0000	(0,3)	0,0588	1,0000	(0,4)	0,1481	1,3333	0,0897
Empresas estatais	0,7	-0,1944	1,0000	0,6	-0,1667	0,8571	-	0,0000	0,0000	0,7	-0,1373	1,0000	0,8	-0,2963	1,1429	-0,1589

APÊNDICE D – Relações do Resultado primário com receita e dívida

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	
Receitas Orçamentárias						
Governo federal	59,12	50,73	53,63	59,02	52,73	
Governos estaduais	12,85	14	13,51	13,45	13,53	
Governos municipais	8,06	8,06	8,06	8,06	8,06	
Resultado Primário	3,5	3,6	3,9	4,3	4,6	
Governo federal	1,9	1,8	2,4	2,5	3,0	
Governos estaduais	0,4	0,6	0,6	0,8	0,9	
Governos municipais	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	
Empresas estatais	1,1	0,9	0,7	0,9	0,6	
Relação Resultado/Receita						Média
Governo federal	0,0321	0,0355	0,0448	0,0424	0,0569	0,0423
Governos estaduais	0,0311	0,0429	0,0444	0,0595	0,0665	0,0489
Governos municipais	0,0124	0,0372	0,0248	0,0124	0,0124	0,0199

	2000	2001	2002	2003	2004	
Dívida líquida total	49,1	52,6	55,7	57,2	51,8	
Governo federal	30,7	32,7	35,2	36,2	32,5	
Governos estaduais	14,0	16,2	16,6	17,4	16,6	
Governos municipais	2,2	2,1	2,3	2,4	2,4	
Empresas estatais	2,2	1,6	1,7	1,1	0,2	
Resultado Primário	3,5	3,6	3,9	4,3	4,6	
Governo federal	1,9	1,8	2,4	2,5	3,0	
Governos estaduais	0,4	0,6	0,6	0,8	0,9	
Governos municipais	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	
Empresas estatais	1,1	0,9	0,7	0,9	0,6	
Dívida líquida ajustada	52,6	56,2	59,6	61,5	56,4	
Governo federal	32,6	34,5	37,6	38,7	35,5	
Governos estaduais	14,4	16,8	17,2	18,2	17,5	
Governos municipais	2,3	2,4	2,5	2,5	2,5	
Empresas estatais	3,3	2,5	2,4	2,0	0,8	
						MÉDIA
Impacto Sup. Prim/DLSP	0,067	0,064	0,065	0,070	0,082	0,0695
Governo federal	0,058	0,052	0,064	0,065	0,085	0,0647
Governos estaduais	0,028	0,036	0,035	0,044	0,051	0,0388
Governos municipais	0,043	0,125	0,080	0,040	0,040	0,0657
Empresas estatais	0,333	0,360	0,292	0,450	0,750	0,4370

APÊNDICE E – Análise do demonstrativo da DLSP

Evolução da DLSP

Discriminação	% do PIB														
	2000	AV	AH	2001	AV	AH	2002	AV	AH	2003	AV	AH	2004	AV	AH
Dívida líquida - Saldo Inicial	48,7		1,0000	49,1		1,0082	52,6		1,0801	55,5		1,1396	57,2		1,1745
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano)	4,3			7,9			13,9			2,0			2,5		
Fatores que aumentam a dívida	9,6	1,000	1,0000	11,7	1,000	1,2178	18,6	1,000	1,9295	10,3	1,000	1,0726	8,1	1,000	0,8402
<i>Juros nominais</i>	7,1	0,737		7,2	0,613		8,5	0,457		9,3	0,899		7,3	0,901	
<i>Ajuste cambial</i>	1,7	0,176		3,0	0,256		9,2	0,495		-	-		-	-	
<i>Dívida externa – outros ajustes</i>	0,0	0,004		0,0	0,003		-	-		1,0	0,097		0,4	0,049	
<i>Reconhecimento de dívidas</i>	0,8	0,083		1,5	0,128		0,9	0,048		0,0	0,004		0,4	0,049	
Fatores que diminuem a dívida	(5,3)	1,000	1,0000	(3,7)	1,000	0,6981	(4,7)	1,000	0,8868	(8,3)	1,000	1,5736	(5,5)	1,000	1,0453
<i>Resultado Primário</i>	(3,5)	0,660		(3,6)	0,973		(3,9)	0,830		(4,3)	0,516		(4,6)	0,830	
<i>Ajuste cambial</i>	-	-		-	-		-	-		(4,0)	0,480		(0,9)	0,162	
<i>Dívida externa – outros ajuste</i>	-	-		-	-		(0,6)	0,128		-	-		-	-	
<i>Privatizações</i>	(1,8)	0,340		(0,1)	0,027		(0,2)	0,043		(0,0)	0,005		(0,0)	0,007	
Efeito crescimento PIB – dívida	(3,9)			(4,2)			(11,0)			(0,3)			(7,8)		
Dívida líquida – var. ac. ano	0,4		1,0000	3,7		9,2500	2,9		7,2500	1,7		4,2500	(5,3)		(13,2500)
Dívida líquida - Saldo Final	49,1		1,0000	52,6		1,0713	55,5		1,1303	57,2		1,1650	51,8		1,0550

ANEXO A – Resultado Fiscal do Governo Central



NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL
Dados anuais realizados de 1997-2004 (R\$ milhões)

Resultado Primário /1	Realizado 2002	% do PIB	Realizado 2003	% do PIB	Realizado 2004	% do PIB
I. RECEITA TOTAL	322.270	23,94%	358.883	23,06%	423.688	23,98%
I.1. Receitas do Tesouro	250.816	18,63%	277.160	17,81%	328.687	18,61%
I.1.1 Receita Bruta	259.503	19,28%	289.743	18,62%	342.409	19,38%
- Impostos	117.914	8,76%	125.624	8,07%	140.725	7,97%
- Contribuições	115.634	8,59%	129.778	8,34%	160.923	9,11%
- Demais	25.954	1,93%	34.341	2,21%	40.761	2,31%
I.1.2. (-) Restituições	(8.438)	-0,63%	(12.393)	-0,80%	(13.723)	-0,78%
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(249)	-0,02%	(190)	-0,01%	-	0,00%
I.2. Receitas da Previdência Social	71.028	5,28%	80.730	5,19%	93.765	5,31%
I.3. Receitas do Banco Central	427	0,03%	993	0,06%	1.236	0,07%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	56.140	4,17%	60.226	3,87%	67.557	3,82%
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	44.596	3,31%	46.243	2,97%	51.139	2,89%
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações	3.953	0,29%	3.900	0,25%	4.296	0,24%
II.3. Transferências da Cide	-	-	-	-	1.109	0,00%
II.4. Demais	7.591	0,56%	10.083	0,65%	11.014	0,62%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	266.131	19,77%	298.657	19,19%	356.131	20,16%
IV. DESPESA TOTAL	234.418	17,42%	259.368	16,67%	306.706	17,36%
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	73.305	5,45%	78.069	5,02%	87.729	4,97%
IV.2. Benefícios Previdenciários	88.027	6,54%	107.135	6,88%	125.751	7,12%
IV.3. Custeio e Capital	71.881	5,34%	72.452	4,66%	91.032	5,15%
IV.3.1. Despesa do FAT	7.917	0,59%	8.539	0,55%	9.881	0,56%
- Abono e Seguro Desemprego	7.063	0,52%	8.074	0,52%	9.471	0,54%
- Demais Despesas do FAT	854	0,06%	465	0,03%	410	0,02%
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	2.343	0,17%	6.045	0,39%	5.564	0,31%
- Operações Oficiais de Crédito	2.081	0,15%	5.106	0,33%	4.299	0,24%
- Subvenções aos Fundos Regionais	262	0,02%	939	0,06%	1.265	0,07%
IV.3.3. LOAS/RMV	-	-	4.448	0,29%	7.502	0,42%
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	61.621	4,58%	53.420	3,43%	68.086	3,85%
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	-	-	525	0,03%	622	0,04%
IV.5. Despesas do Banco Central	1.205	0,09%	1.188	0,08%	1.572	0,09%
V. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	31.713	2,36%	39.289	2,52%	49.424	2,80%
V.1. Tesouro Nacional	49.489	3,68%	65.888	4,23%	81.746	4,63%
V.2. Previdência Social (RGPS)	(16.999)	-1,26%	(26.405)	-1,70%	(31.985)	-1,81%
V.3. Banco Central	(777)	-0,06%	(195)	-0,01%	(336)	-0,02%
VI. AJUSTE METODOLÓGICO /2	-	0,00%	-	0,00%	2.634	0,15%
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA /3	206	0,02%	(545)	-0,04%	327	0,02%
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL /4	31.919	2,37%	38.744	2,49%	52.385	2,97%
Resultado Nominal						
IX. JUROS NOMINAIS /4	(118.610)	-8,81%	(78.179)	-5,02%	(76.083)	-4,31%
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL /4	(86.691)	-6,44%	(39.436)	-2,53%	(23.698)	-1,34%
PIB Nominal 5/	1.346.028	100,00%	1.556.182	100,00%	1.766.621	100,00%

#REF!

1/ Critério "acima-da-linha". Dados sujeitos a alteração.

2/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

3/ Diferença entre os resultados apurados pelos critérios 'abaixo-da-linha' e 'acima-da-linha'.

4/ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

5/ Dados trimestrais divulgados pelo IBGE, com distribuição mensal pelo BCB. Os dados posteriores àqueles divulgados pelo IBGE referem-se a projeções do BCB.

ANEXO B – Consolidação das Contas Públicas - STN



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

PORTARIA Nº 239 DE 28 DE JUNHO 2001.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF/GM nº 71, de 8 de abril de 1996, e;

Considerando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do artigo 4º do Decreto nº 3589, de 06 de setembro de 2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no artigo 5º do Decreto nº 3589, de 06 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI, do artigo 8º do Decreto nº 3366, de 26 de fevereiro de 2000 e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001;

Considerando ainda o disposto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Art. 2º A consolidação ora divulgada representa as contas de todos os Estados da Federação e de cerca de 57% dos Municípios.

§ 1º As contas do Distrito Federal estão incluídas na coluna “Estados”.

§ 2º A relação dos Municípios que encaminharam suas contas ao Poder Executivo da União, no prazo legal, pode ser conhecida por meio da Portaria STN nº 199, de 19 de junho de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2001 e também por consulta via Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Art. 3º As contas foram consolidadas mediante compatibilização dos saldos, compilados junto às origens, nos termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 2001 entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal e de acordo com a Portaria STN nº 59, de 01 de março de 2001.

Art. 4º A presente consolidação encontra-se também disponível para consulta via Internet no endereço eletrônico mencionado no § 2º do artigo 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Secretário do Tesouro Nacional

**CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2000**

R\$

BALANÇO PATRIMONIAL	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
ATIVO	98.437.164.435,82	386.524.230.335,11	1.725.905.409.434,11	2.210.866.804.205,04
ATIVO FINANCEIRO	5.169.031.085,91	16.580.031.071,19	118.277.932.382,75	140.026.994.539,85
DISPONÍVEL	4.362.041.670,17	12.685.352.716,31	93.794.840.986,77	110.842.235.373,25
Caixa	73.293.972,02	43.156.887,20	0,00	116.450.859,22
Bancos c/ Movimento	2.281.056.892,62	4.094.692.042,41	92.646.523.120,79	99.022.272.055,82
Em Moeda Estrangeira	0,00	0,00	1.148.317.865,98	1.148.317.865,98
Aplicações Financeiras	2.007.690.805,53	8.547.503.786,70	0,00	10.555.194.592,23
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	806.989.415,74	3.894.678.354,88	20.966.744.433,48	25.668.412.204,10
Créditos a Receber	273.063.348,01	939.322.645,90	5.185.706.960,18	6.398.092.954,09
Recursos da União	0,00	0,00	38.823.538,23	38.823.538,23
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	136.992.763,96	807.225.342,11	15.343.379.150,68	16.287.597.256,75
Outros Valores Realizáveis	396.933.303,77	2.148.130.366,87	398.834.784,39	2.943.898.455,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	3.516.346.962,50	3.516.346.962,50
Repasse Concedido Diferido	0,00	0,00	3.516.346.962,50	3.516.346.962,50
ATIVO NÃO FINANCEIRO	67.431.976.131,79	217.513.175.149,66	1.092.829.415.317,38	1.377.774.566.598,83
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	988.725.367,67	7.660.931.063,25	67.696.552.712,04	76.346.209.142,96
Créditos em Circulação	480.412.806,30	6.828.500.672,03	61.990.121.891,28	69.299.035.369,61
Fornecimentos a Receber	104.474.031,28	25.302.345,40	337.609.358,15	467.385.734,83
Créditos Parcelados	19.808.579,88	0,00	3.244.325.731,60	3.264.134.311,48
Diversos Responsáveis	133.546.337,92	150.783.085,09	2.197.271.125,97	2.481.600.548,98
Empréstimos e Financiamentos	12.914.964,69	274.879.277,10	54.009.906.602,66	54.297.700.844,45
Adiantamentos Concedidos	6.454.711,96	3.706.480,12	625.209.510,69	635.370.702,77
Recursos Vinculados	44.899.376,26	1.703.280.539,89	52.795.420,11	1.800.975.336,26
Outros Créditos em Circulação	158.939.131,76	4.670.548.944,43	1.553.471.293,31	6.382.959.369,50
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(624.327,45)	0,00	(30.467.151,21)	(31.091.478,66)
Bens e Valores em Circulação	508.312.561,37	832.430.391,22	5.706.430.820,76	7.047.173.773,35
Estoques	318.854.400,36	314.492.974,84	4.715.031.706,93	5.348.379.082,13
Títulos e Valores	0,00	0,00	849.320.945,12	849.320.945,12
Materiais em Trânsito	0,00	0,00	44.159.583,22	44.159.583,22
Outros Bens e Valores em Circulação	189.458.161,01	517.937.416,38	97.918.585,49	805.314.162,88
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	42.737.352,43	28.983.782,03	48.341.318.782,26	48.413.039.916,72
Despesas Antecipadas	6.703.421,21	166.765,32	1.836.589,94	8.706.776,47
Valores Diferidos	2.343.449,12	1.294.800,89	48.339.479.815,51	48.343.118.065,52
Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	33.690.482,10	27.522.215,82	2.376,81	61.215.074,73
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	30.524.526.367,17	101.921.518.979,20	685.832.584.994,13	818.278.630.340,50
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	57.895.990,11	14.740.840,35	117.046.794,16	189.683.624,62
Depósitos Compulsórios	40.739.213,53	13.875.186,85	5.004.417,86	59.618.818,24
Recursos Vinculados	17.156.776,58	865.653,50	112.042.376,30	130.064.806,38
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	30.466.630.377,06	101.906.778.138,85	685.715.538.199,97	818.088.946.715,88
Dívida Ativa	28.881.675.699,42	74.703.797.419,84	206.141.906.852,21	309.727.379.971,47
Devedores-Entidades e Agentes	675.690.065,27	52.690.869,12	34.759.802.530,76	35.488.183.465,15
Empréstimos e Financiamentos	458.328.034,86	1.889.481.447,25	440.068.207.998,06	442.416.017.480,17
Créditos a Receber	453.253.894,67	25.263.533.002,54	4.764.142.450,28	30.480.929.347,49
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(2.317.317,16)	(2.724.599,90)	(19.786.323,45)	(24.828.240,51)
Outros Créditos	0,00	0,00	1.264.692,11	1.264.692,11
PERMANENTE	35.875.987.044,52	107.901.741.325,18	290.958.958.828,95	434.736.687.198,65
Investimentos	5.335.910.041,50	28.137.741.698,99	64.505.769.713,97	97.979.421.454,46
Participação Societária	2.237.313.107,13	24.754.528.461,41	60.336.861.713,57	87.328.703.282,11
Participações em Fundos e Condomínios	0,00	0,00	4.245.411.847,42	4.245.411.847,42
Outros Investimentos	3.102.336.970,37	3.412.383.788,12	94.229.894,04	6.608.950.652,53
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(3.740.036,00)	(29.170.550,54)	(170.733.741,06)	(203.644.327,60)
Imobilizado	30.518.730.040,21	79.759.631.199,77	226.287.674.812,40	336.566.036.052,38
Bens Móveis e Imóveis	29.126.255.412,94	26.289.564.416,84	227.471.265.803,67	282.887.085.633,45
Títulos, Valores e Intangíveis	1.456.584.077,11	54.281.825.217,77	31.841.478,15	55.770.250.773,03
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	(64.109.449,84)	(811.758.434,84)	(1.215.432.469,42)	(2.091.300.354,10)
Diferido	21.346.962,81	4.368.426,42	165.514.302,58	191.229.691,81
Despesas Diferidas	23.066.449,27	6.492.815,40	165.514.302,58	195.073.567,25
(-) Amortização Acumulada	(1.719.486,46)	(2.124.388,98)	0,00	(3.843.875,44)
ATIVO REAL	72.601.007.217,70	234.093.206.220,85	1.211.107.347.700,13	1.517.801.561.138,68
ATIVO COMPENSADO	25.836.157.218,12	152.431.024.114,26	514.798.061.733,98	693.065.243.066,36
Responsabilidade por Títulos e Valores	953.593.306,27	6.070.347.192,84	22.653.449.692,19	29.677.390.191,30
Garantias de Valores	14.737.764.046,36	1.780.944.249,93	65.937.887.657,10	82.456.595.953,39
Convênios e Contratos	1.434.552.822,20	111.295.190.140,95	335.061.045.832,82	447.790.788.795,97
Outras Compensações	8.710.247.043,29	33.284.542.530,54	91.145.678.551,87	133.140.468.125,70

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2000

R\$

BALANÇO PATRIMONIAL	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
PASSIVO	98.437.164.435,82	386.524.230.335,11	1.725.905.409.434,11	2.210.866.804.205,04
PASSIVO FINANCEIRO	10.054.172.129,28	32.038.735.196,91	40.195.704.711,46	82.288.612.037,65
DEPÓSITOS	1.365.776.189,13	5.097.278.999,37	4.052.678.166,50	10.515.733.355,00
Consignações	691.554.267,91	1.046.602.702,27	154.737.238,79	1.892.894.208,97
Recursos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	231.995.858,81	231.995.858,81
Depósitos de Diversas Origens	674.221.921,22	4.050.676.297,10	3.574.918.399,37	8.299.816.617,69
Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	91.026.669,53	91.026.669,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	8.688.395.940,15	26.941.456.197,54	32.626.679.582,46	68.256.531.720,15
Restos a Pagar Processados	6.559.770.066,52	13.161.364.060,69	3.110.794.925,46	22.831.929.052,67
Fornecedores - Do Exercício	2.728.197.755,88	3.900.383.623,57	1.256.704.827,70	7.885.286.207,15
Fornecedores - De Exercícios Anteriores	1.559.409.399,55	304.211.303,47	277.249.370,41	2.140.870.073,43
Convênios a Pagar	46.777.863,43	1.063.833.916,15	148.761.739,93	1.259.373.519,51
Contrato de Programa de Repasse a Pagar	0,00	0,00	80.081.829,69	80.081.829,69
Obrigações Vinculadas a Projetos Especiais	0,00	0,00	15.882.273,08	15.882.273,08
Pessoal a Pagar - Do Exercício	414.003.881,64	763.839.454,31	656.920.927,90	1.834.764.263,85
Pessoal a Pagar - De Exercício Anteriores	43.726.943,01	0,00	385.153.325,52	428.880.268,53
Encargos Sociais a Recolher	290.220.512,93	4.688.004,28	22.831.829,47	317.740.346,68
Provisões Diversas	21.806.874,82	19.123,21	87.041.417,78	108.867.415,81
Obrigações Tributárias	512.224.026,19	766.265,21	13.508.597,47	526.498.888,87
Débitos Diversos a Pagar	943.402.809,07	7.123.622.370,49	166.658.786,51	8.233.683.966,07
Restos a Pagar Não Processados	1.319.947.803,52	4.483.460.196,77	13.517.060.325,52	19.320.468.325,81
A Liquidar	1.319.947.803,52	4.483.460.196,77	13.517.060.325,52	19.320.468.325,81
Credores Diversos União	0,00	0,00	15.727.224.397,12	15.727.224.397,12
Credores Diversos	808.678.070,11	9.296.631.940,08	271.599.934,36	10.376.909.944,55
Adiantamentos Recebidos	6.714.147,10	72,65	817.551,22	7.531.770,97
Recursos Especiais a Liberar p/ Transferência	0,00	0,00	68.027.308,04	68.027.308,04
Outras Obrigações a Pagar	801.963.923,01	9.296.631.867,43	138.814.427,29	10.237.410.217,73
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	0,00	0,00	63.940.647,81	63.940.647,81
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	3.516.346.962,50	3.516.346.962,50
Repasse Recebido Diferido	0,00	0,00	3.516.346.962,50	3.516.346.962,50
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	36.986.240.300,71	237.265.707.406,43	885.348.046.919,72	1.159.599.994.626,86
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.834.081.210,23	2.107.930.152,51	266.955.411.198,55	270.897.422.561,29
Diferido	17.209.708,00	123.854,35	262.560.823,23	279.894.385,58
Provisões	14.852.341,30	604.727,91	180.574.086,73	196.031.155,94
Operações de Crédito - Internas	979.505.966,08	67.256.074,75	264.095.551.239,40	265.142.313.280,23
Operações de Crédito - Externas	4.214.671,68	0,00	1.045.314.886,26	1.049.529.557,94
Adiantamentos Diversos Recebidos	1.448.190,74	186.000.000,00	6.921.738,77	194.369.929,51
Outros Débitos a Pagar	816.850.332,43	1.853.945.495,50	3.984.134,87	2.674.779.962,80
Precatórios a Pagar	0,00	0,00	1.360.504.289,29	1.360.504.289,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.266.043,97	29.044.258,09	48.339.498.159,18	48.383.808.461,24
Valores Pendentes	15.266.043,97	29.044.258,09	48.339.498.159,18	48.383.808.461,24
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	34.792.833.721,97	235.118.411.430,99	570.002.183.850,07	839.913.429.003,03
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	332.232.962,27	239.995,17	12.581.949.380,32	12.914.422.337,76
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	34.460.600.759,70	235.118.171.435,82	557.420.234.469,75	826.999.006.665,27
Operações de Crédito - Internas	22.686.981.660,53	198.021.824.242,00	344.729.670.646,25	565.438.476.548,78
Operações de Crédito - Externas	2.047.513.267,93	10.504.991.204,06	141.226.579.062,45	153.779.083.534,44
Obrigações Legais e Tributárias	2.081.842.248,46	33.176.132,04	469.708.439,11	2.584.726.819,61
Obrigações a Pagar	3.288.535.673,72	1.252.620.348,73	491.692.561,09	5.032.848.583,54
Outras Exigibilidades	4.355.727.909,06	25.305.559.508,99	70.502.583.760,85	100.163.871.178,90
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	344.059.324,54	10.321.564,84	50.953.711,92	405.334.601,30
PASSIVO REAL	47.040.412.429,99	269.304.442.603,34	925.543.751.631,18	1.241.888.606.664,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.560.594.787,71	(35.211.236.382,49)	285.563.596.068,95	275.912.954.474,17
Patrimônio/Capital	13.575.080.837,75	(18.444.206.279,67)	152.633.803.994,28	147.764.678.552,36
Reservas	1.637.722.063,51	2.003.987.301,87	7.082.411.977,97	10.724.121.343,35
Resultado Acumulado	10.347.791.886,45	(18.771.017.404,69)	125.847.380.096,70	117.424.154.578,46
PASSIVO COMPENSADO	25.836.157.218,12	152.431.024.114,26	514.798.061.733,98	693.065.243.066,36

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO 2000

R\$				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS	68.761.867.721,06	152.553.464.681,98	651.023.201.549,81	872.338.533.952,85
RECEITAS CORRENTES	65.744.929.426,05	138.388.290.784,61	252.518.503.726,05	456.651.723.936,71
Receita Tributária	13.677.611.527,82	87.314.930.456,40	78.685.796.670,52	179.678.338.654,74
Impostos	11.602.176.031,25	87.314.930.456,40	77.357.529.826,85	176.274.636.314,50
Impostos s/Comércio Exterior - II / IE	0,00	0,00	8.430.744.188,07	8.430.744.188,07
Imp. s/Prop. Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	230.827.871,64	230.827.871,64
Imp. s/ Renda/Prov. Q. Natureza - IR	0,00	0,00	48.051.029.648,75	48.051.029.648,75
Imp.Prop. Pred./Territ. Urbana - IPTU	4.916.298.798,92	0,00	0,00	4.916.298.798,92
Imp.s/ Transm. "InterVivos"- ITBI	1.002.987.615,15	0,00	0,00	1.002.987.615,15
Imp. s/ Produtos Industrializados - IPI	0,00	0,00	17.553.938.179,35	17.553.938.179,35
Imp.s/Op.Créd.Camb.Seg.Tit.Val. - IOF	0,00	0,00	3.090.989.939,04	3.090.989.939,04
Imp. s/Circ. Merc. e Serviços - ICMS	0,00	79.386.787.027,93	0,00	79.386.787.027,93
Imp.s/ Serv. Qualquer Natureza - ISS	5.682.889.617,18	0,00	0,00	5.682.889.617,18
Outros Impostos	0,00	7.928.143.428,47	0,00	7.928.143.428,47
Taxas	1.992.728.278,66	0,00	1.328.266.843,67	3.320.995.122,33
Poder de Polícia	516.279.592,31	0,00	1.046.154.248,71	1.562.433.841,02
Prestação de Serviços	1.476.448.686,35	0,00	282.112.594,96	1.758.561.281,31
Contribuição de Melhoria	82.707.217,91	0,00	0,00	82.707.217,91
Receita de Contribuição	1.132.947.097,48	0,00	139.726.547.800,59	140.859.494.898,07
Contribuições Sociais e Econômicas	0,00	0,00	84.244.924.241,79	84.244.924.241,79
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	55.481.623.558,80	55.481.623.558,80
Contr. Serv. Custeio Prev/Ass.Social	763.802.267,70	0,00	0,00	763.802.267,70
Compensação Fin. (§ 9º, Art. 20 da CF)	39.240.511,09	0,00	0,00	39.240.511,09
Outras Receitas de Contribuição	329.904.318,69	0,00	0,00	329.904.318,69
Receita Patrimonial	856.025.737,59	1.514.837.308,38	10.115.810.654,12	12.486.673.700,09
Receitas Financeiras	634.782.340,44	1.514.837.308,38	0,00	2.149.619.648,82
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	4.621.919.455,30	4.621.919.455,30
Receitas de Direitos	0,00	0,00	5.260.631.618,38	5.260.631.618,38
Outras	221.243.397,15	0,00	233.259.580,44	454.502.977,59
Receita Agropecuária	7.460.284,75	0,00	26.802.915,74	34.263.200,49
Receita Industrial	794.306.797,90	0,00	242.700.873,29	1.037.007.671,19
Receita de Serviços	1.127.727.565,49	0,00	14.330.974.901,88	15.458.702.467,37
Transferências Correntes	43.597.859.483,06	31.886.869.794,80	96.569.612,34	75.581.298.890,20
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	27.847.622,47	27.847.622,47
Transferências de Convênio	0,00	0,00	63.999.770,27	63.999.770,27
Transf. Intergovernamentais da União	19.478.458.511,58	0,00	0,00	19.478.458.511,58
Cota-Parte Fundo Part.Est./DF - FPE	0,00	13.814.907.477,23	0,00	13.814.907.477,23
Cota-Parte Fundo Part.Munic. - FPM	9.926.170.122,20	0,00	0,00	9.926.170.122,20
Imp. R. Fonte (Art. 158, I - CF) - IRRF	1.158.998.823,00	4.131.087.118,27	0,00	5.290.085.941,27
Cota-Parte Imp. Territ. Rural - ITR	93.343.778,17	0,00	0,00	93.343.778,17
Cota-Parte do IOF Ouro	3.500.706,62	0,00	0,00	3.500.706,62
Transf. Financ. - Lei Compl. nº 87/96	631.915.670,64	0,00	0,00	631.915.670,64
Cota-Parte Contr. Salário Educação	77.017.060,90	0,00	0,00	77.017.060,90
Transferências do FUNDEF	1.570.320.660,19	0,00	0,00	1.570.320.660,19
Transf. p/ Sist. Único de Saúde - SUS	4.150.331.959,26	0,00	0,00	4.150.331.959,26
Outras Transferências da União	1.866.859.730,60	0,00	0,00	1.866.859.730,60
Outras	0,00	13.940.875.199,30	0,00	13.940.875.199,30
Transf. Intergovernamentais do Estado	23.256.129.175,75	0,00	0,00	23.256.129.175,75
Cota-Parte do ICMS	16.162.700.941,22	0,00	0,00	16.162.700.941,22
Cota-Parte do IPVA	2.308.039.497,71	0,00	0,00	2.308.039.497,71
Cota-Parte do IPI - Exportação	290.994.369,53	0,00	0,00	290.994.369,53
Cota-Parte Contr. Salário Educação	197.960.195,84	0,00	0,00	197.960.195,84
Transferências do FUNDEF	3.380.064.670,27	0,00	0,00	3.380.064.670,27
Transf. p/ Sist. Único de Saúde - SUS	189.393.884,61	0,00	0,00	189.393.884,61
Outras Transferências do Estado	726.975.616,57	0,00	0,00	726.975.616,57
Outras Transferências Correntes	863.271.795,73	0,00	4.722.219,60	867.994.015,33
Outras Receitas Correntes	4.550.990.931,96	17.671.653.225,03	9.293.300.297,57	31.515.944.454,56
Receita de Dívida Ativa	1.375.653.388,59	0,00	630.866.797,61	2.006.520.186,20
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	5.409.849.220,13	5.409.849.220,13
Outras	3.175.337.543,37	17.671.653.225,03	3.252.584.279,83	24.099.575.048,23
RECEITAS DE CAPITAL	3.016.938.295,01	14.165.173.897,37	398.504.697.823,76	415.686.810.016,14
Operações de Crédito	669.935.799,67	3.103.282.184,59	348.695.537.835,27	352.468.755.819,53
Alienação de Bens	304.124.792,45	8.589.331.581,97	15.002.048.281,89	23.895.504.656,31
Amortização e Empréstimos	0,00	0,00	12.330.224.675,74	12.330.224.675,74
Transferências de Capital	1.683.786.273,31	1.245.639.297,40	28.913.402,55	2.958.338.973,26
Transferências da União	881.820.861,50	0,00	0,00	881.820.861,50
Transferências dos Estados	494.448.754,68	0,00	0,00	494.448.754,68
Transferências de Convênios	0,00	0,00	16.924.737,37	16.924.737,37
Outras Transferências de Capital	307.516.657,13	1.245.639.297,40	11.988.665,18	1.565.144.619,71
Outras Receitas de Capital	359.091.429,58	1.226.920.833,41	22.447.973.628,31	24.033.985.891,30
Remun. Disp. do Tesouro Nacional	0,00	0,00	12.795.950.468,62	12.795.950.468,62
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	9.371.026.933,56	9.371.026.933,56
Outras	359.091.429,58	1.226.920.833,41	280.996.226,13	1.867.008.489,12

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO 2000

Continuação

R\$1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESAS	65.978.670.579,22	151.452.673.456,92	616.382.515.529,14	833.813.859.565,28
DESPESAS CORRENTES	57.117.509.037,28	128.283.554.548,52	250.001.064.290,56	435.402.127.876,36
Despesas de Custeio	46.590.770.054,17	69.170.608.291,44	47.074.277.554,65	162.835.655.900,26
Despesas de Pessoal	24.802.618.619,76	45.589.735.768,32	33.786.392.213,96	104.178.746.602,04
Ativos	21.278.474.473,46	42.944.109.876,90	31.532.769.603,92	95.755.353.954,28
Obrigações Patronais	2.239.396.507,93	2.645.625.891,42	2.234.497.055,63	7.119.519.454,98
Demais Despesas de Pessoal	1.284.747.638,37	0,00	19.125.554,41	1.303.873.192,78
Terceirização de Mão de Obra	648.328.212,14	0,00	19.125.554,41	667.453.766,55
Outras	636.419.426,23	0,00	0,00	636.419.426,23
Serviços de Terceiros/Encargos	15.079.846.781,33	0,00	13.287.885.340,69	28.367.732.122,02
Outros Custeios	6.708.304.653,08	23.580.872.523,12	0,00	30.289.177.176,20
Transferências Correntes	10.526.738.983,11	59.112.946.257,08	63.308.243.334,29	132.947.928.574,48
Transferências aos Municípios	0,00	24.160.040.407,74	0,00	24.160.040.407,74
Transf. Constitucionais e Legais	0,00	20.935.860.623,48	0,00	20.935.860.623,48
Outras Transf. aos Municípios	0,00	3.224.179.784,26	0,00	3.224.179.784,26
Transferências a Pessoas	4.186.203.144,44	22.275.847.591,16	24.473.393.830,44	50.935.444.566,04
Inativos	3.192.506.757,93	17.960.385.934,07	16.279.921.200,86	37.432.813.892,86
Pensionistas	358.937.191,91	4.315.461.657,09	8.188.253.680,63	12.862.652.529,63
Salário Família	83.861.296,65	0,00	5.218.948,95	89.080.245,60
Outras Transferências a Pessoas	550.897.897,95	0,00	0,00	550.897.897,95
Contribuição p/Formação do PASEP	352.588.739,55	0,00	0,00	352.588.739,55
Juros e Encargos da Dívida	1.107.923.613,77	7.488.413.948,50	38.834.849.503,85	47.431.187.066,12
Demais Transf. Correntes	4.880.023.485,35	5.188.644.309,68	0,00	10.068.667.795,03
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	139.618.543.401,62	139.618.543.401,62
DESPESAS DE CAPITAL	8.861.161.541,94	23.169.118.908,40	366.381.451.238,58	398.411.731.688,92
Investimentos	7.000.650.517,04	10.306.188.847,06	10.099.093.683,84	27.405.933.047,94
Inversões Financeiras	343.652.927,61	5.024.998.185,67	11.420.752.968,27	16.789.404.081,55
Transferências de Capital	1.516.858.097,29	7.837.931.875,67	344.861.604.586,47	354.216.394.559,43
Transferências aos Municípios	0,00	312.875.547,26	0,00	312.875.547,26
Transf. Constitucionais e Legais	0,00	3.233.957,50	0,00	3.233.957,50
Outras Transf. aos Municípios	0,00	309.641.589,76	0,00	309.641.589,76
Outras Transferências de Capital	563.364.963,63	485.979.038,57	0,00	1.049.344.002,20
Amortização/Refinanc. da Dívida	953.493.133,66	7.039.077.289,84	344.861.604.586,47	352.854.175.009,97
Refinanciamento	0,00	0,00	300.961.946.736,80	300.961.946.736,80
Amortização	953.493.133,66	7.039.077.289,84	43.899.657.849,67	51.892.228.273,17
SUPERÁVIT/DÉFICIT	2.783.197.141,84	1.100.791.225,06	34.640.686.020,67	38.524.674.387,57

(2/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
EXERCÍCIO 2000

R\$

DESPESAS POR FUNÇÃO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESA TOTAL	65.978.670.579,22	151.452.673.456,92	616.382.515.529,14	833.813.859.565,28
Administração	0,00	0,00	6.587.307.707,32	6.587.307.707,32
Administração e Planejamento	0,00	52.947.127.635,63	0,00	52.947.127.635,63
Agricultura	627.806.556,88	1.936.399.618,73	5.082.288.165,37	7.646.494.340,98
Assistência e Previdência	6.213.488.795,62	20.170.416.500,65	0,00	26.383.905.296,27
Assistência Social	0,00	0,00	4.441.599.574,55	4.441.599.574,55
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	1.244.858.670,84	1.244.858.670,84
Comércio e Serviços	0,00	0,00	1.863.604.826,47	1.863.604.826,47
Comunicações	57.311.019,48	123.166.396,45	403.502.901,01	583.980.316,94
Cultura	0,00	0,00	238.219.657,17	238.219.657,17
Defesa Nacional	0,00	0,00	10.634.132.067,15	10.634.132.067,15
Defesa Nacional e Segurança Pública	365.346.069,53	11.812.548.862,71	0,00	12.177.894.932,24
Desenvolvimento Regional	30.619.755,68	0,00	0,00	30.619.755,68
Desporto e Lazer	0,00	0,00	173.816.798,99	173.816.798,99
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	406.613.242,50	406.613.242,50
Educação	0,00	0,00	10.616.364.162,44	10.616.364.162,44
Educação e Cultura	17.436.097.718,13	27.962.191.260,78	0,00	45.398.288.978,91
Encargos Especiais	0,00	0,00	434.587.838.226,19	434.587.838.226,19
Energia	0,00	0,00	524.051.721,74	524.051.721,74
Energia e Recursos Minerais	58.138.778,11	143.423.918,05	0,00	201.562.696,16
Essencial à Justiça	0,00	0,00	679.352.429,53	679.352.429,53
Gestão Ambiental	0,00	0,00	1.138.987.491,39	1.138.987.491,39
Habitação	0,00	0,00	1.606.894.222,00	1.606.894.222,00
Habitação e Urbanismo	8.144.908.632,13	1.913.193.970,71	0,00	10.058.102.602,84
Indústria	0,00	0,00	322.578.124,38	322.578.124,38
Indústria e Comércio	600.866.669,79	0,00	0,00	600.866.669,79
Indústria e Comércio e Serviços	0,00	2.936.393.948,55	0,00	2.936.393.948,55
Judiciária	227.128.809,98	9.515.506.633,76	6.478.450.641,74	16.221.086.085,48
Legislativa	2.649.655.401,40	3.056.640.655,50	1.757.003.918,47	7.463.299.975,37
Organização Agrária	0,00	0,00	1.093.366.951,79	1.093.366.951,79
Outras	956.991.110,83	0,00	0,00	956.991.110,83
Planejamento	10.595.614.155,72	0,00	0,00	10.595.614.155,72
Previdência Social	0,00	0,00	93.407.569.119,02	93.407.569.119,02
Relações Exteriores	0,00	108.022,45	748.364.647,46	748.472.669,91
Saneamento	0,00	0,00	161.087.818,29	161.087.818,29
Saúde	0,00	0,00	20.270.121.060,80	20.270.121.060,80
Saúde e Saneamento	14.013.169.453,27	11.744.053.888,42	0,00	25.757.223.341,69
Segurança Pública	0,00	0,00	2.188.593.405,07	2.188.593.405,07
Trabalho	0,00	636.691.465,64	6.246.394.313,75	6.883.085.779,39
Transporte	4.001.527.652,67	6.554.810.678,89	3.289.132.524,59	13.845.470.856,15
Urbanismo	0,00	0,00	190.421.139,12	190.421.139,12

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

PORTARIA Nº 301, DE 27 DE JUNHO DE 2002.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF/GM nº 71, de 8 de abril de 1996, e;

Considerando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do artigo 4º do Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no artigo 5º do Decreto nº 3589, de 06 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI, do artigo 8º, do Anexo I do Decreto nº 3.782, de 5 de abril de 2001 e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001;

Considerando ainda o disposto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Art. 2º A consolidação ora divulgada representa as contas de todos os Estados da Federação, do Distrito Federal e de 78,6% dos Municípios.

§ 1º As contas do Distrito Federal estão incluídas na coluna “Estados”.

§ 2º A relação dos Municípios que encaminharam suas contas ao Poder Executivo da União, no prazo legal, pode ser conhecida por meio da Portaria STN nº 266, de 5 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 6 de junho de 2002 e também por consulta via Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Art. 3º As contas foram consolidadas mediante compatibilização dos saldos, compilados junto às origens, nos termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 2001 entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal e de acordo com a Portaria STN nº 109, de 8 de março de 2002.

Art. 4º A presente consolidação encontra-se também disponível para consulta via Internet no endereço eletrônico mencionado no § 2º do artigo 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Secretário do Tesouro Nacional

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2001

R\$

ATIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
ATIVO	121.595.324.133,94	464.042.834.031,81	2.022.161.017.081,28	2.607.799.175.247,03
ATIVO FINANCEIRO	10.172.533.315,04	21.882.408.773,43	115.286.156.460,51	147.341.098.548,98
DISPONÍVEL	9.203.798.358,92	14.580.756.954,06	93.401.617.158,22	117.186.172.471,20
Caixa	151.543.799,49	2.230.307,98	-	153.774.107,47
Bancos c/ Movimento	4.047.937.718,99	4.430.142.033,95	91.953.474.785,91	100.431.554.538,85
Em Moeda Estrangeira	-	-	1.448.142.372,31	1.448.142.372,31
Aplicações Financeiras	5.004.316.840,44	10.148.384.612,13	-	15.152.701.452,57
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	968.734.562,12	7.301.651.819,37	21.884.539.302,29	30.154.926.077,78
Créditos a Receber	330.037.703,92	3.432.527.357,06	6.044.677.099,30	9.807.242.160,28
Recursos da União	-	-	32.106.533,33	32.106.533,33
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	192.695.232,48	1.686.166.219,84	15.681.818.320,37	17.560.679.772,69
Outros Valores Realizáveis	446.002.019,72	2.182.958.242,47	125.937.349,29	2.754.897.611,48
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-	-	-	-
Repasse Concedido Diferido	-	-	-	-
ATIVO NÃO FINANCEIRO	80.435.771.170,95	248.392.437.456,11	1.137.745.611.686,31	1.466.573.820.313,37
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	1.602.745.862,75	8.160.718.484,43	72.260.291.771,89	82.023.756.119,07
Créditos em Circulação	610.144.723,51	3.481.925.464,23	65.032.966.672,70	69.125.036.860,44
Fornecimentos a Receber	48.870.997,49	29.678.028,54	242.650.415,23	321.199.441,26
Créditos Parcelados	63.072.236,08	51.612.142,14	3.048.479.306,71	3.163.163.684,93
Diversos Responsáveis	232.515.425,74	220.370.948,61	2.389.534.302,54	2.842.420.676,89
Empréstimos e Financiamentos	12.171.128,27	1.515.716.823,04	57.455.240.948,10	58.983.128.899,41
Adiantamentos Concedidos	36.439.557,88	7.300.856,01	659.016.929,36	702.757.343,25
Recursos Vinculados	74.816.882,41	69.384.004,11	64.058.930,95	208.259.817,47
Outros Créditos em Circulação	143.216.524,01	1.587.862.661,78	1.188.003.155,16	2.919.082.340,95
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(958.028,37)	-	(14.017.315,35)	(14.975.343,72)
Bens e Valores em Circulação	992.601.139,24	4.678.793.020,20	7.227.325.099,19	12.898.719.258,63
Estoques	439.550.423,04	2.260.364.312,86	6.261.785.369,14	8.961.700.105,04
Titulos e Valores	-	-	885.138.313,92	885.138.313,92
Materiais em Trânsito	-	-	51.181.206,38	51.181.206,38
Outros Bens e Valores em Circulação	553.050.716,20	2.418.428.707,34	29.220.209,75	3.000.699.633,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	95.072.003,82	200.802.846,39	14.131.301.940,42	14.427.176.790,63
Despesas Antecipadas	10.148.593,29	195.917.751,42	1.363.822,08	207.430.166,79
Valores Diferidos	13.262.158,02	3.343.535,70	-	16.605.693,72
Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	71.661.252,51	1.541.559,27	14.129.938.118,34	14.203.140.930,12
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.483.330.336,29	125.264.749.061,92	780.309.106.865,30	943.057.186.263,51
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	157.795.704,12	46.395.811,70	120.451.136,58	324.642.652,40
Depósitos Compulsórios	15.400.834,08	31.781.351,34	4.660.917,54	51.843.102,96
Recursos Vinculados	142.394.870,04	14.614.460,36	115.790.219,04	272.799.549,44
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	37.325.534.632,17	125.218.353.250,22	780.188.655.728,72	942.732.543.611,11
Dívida Ativa	35.374.340.902,13	90.090.038.324,21	210.978.725.825,99	336.443.105.052,33
Devedores-Entidades e Agentes	252.164.578,16	236.332.249,47	72.848.843.872,36	73.337.340.699,99
Empréstimos e Financiamentos	658.560.785,68	4.704.748.425,13	490.957.068.615,72	496.320.377.826,53
Créditos a Receber	1.040.649.532,77	30.502.566.923,93	5.436.624.124,02	36.979.840.580,72
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(181.166,57)	(315.332.672,52)	(34.036.750,70)	(349.550.589,79)
Outros Créditos	-	-	1.430.041,33	1.430.041,33
PERMANENTE	41.254.622.968,09	114.766.167.063,37	271.044.911.108,70	427.065.701.140,16
Investimentos	5.697.826.819,69	73.459.916.675,16	115.409.020.560,06	194.566.764.054,91
Participação Societária	2.679.039.240,78	67.281.308.240,33	110.705.830.728,13	180.666.178.209,24
Participações em Fundos e Condomínios	-	-	4.683.072.625,38	4.683.072.625,38
Outros Investimentos	3.018.787.578,91	6.423.929.690,71	83.233.478,31	9.525.950.747,93
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	-	(245.321.255,88)	(63.116.271,76)	(308.437.527,64)
Imobilizado	34.890.337.162,67	40.828.166.208,33	155.511.410.363,58	231.229.913.734,58
Bens Móveis e Imóveis	33.203.732.387,09	31.084.601.828,95	156.837.894.035,21	221.126.228.251,25
Titulos, Valores e Intangíveis	1.749.088.193,08	10.880.217.982,04	28.872.904,95	12.658.179.080,07
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	(62.483.417,50)	(1.136.653.602,66)	(1.355.356.576,58)	(2.554.493.596,74)
Diferido	666.458.985,73	478.084.179,88	124.480.185,06	1.269.023.350,67
Despesas Diferidas	668.718.498,25	478.948.431,71	124.480.185,06	1.272.147.115,02
(-) Amortização Acumulada	(2.259.512,52)	(864.251,83)	-	(3.123.764,35)
ATIVO REAL	90.608.304.485,99	270.274.846.229,54	1.253.031.768.146,82	1.613.914.918.862,35
ATIVO COMPENSADO	30.987.019.647,95	193.767.987.802,27	769.129.248.934,46	993.884.256.384,68

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2001

R\$

PASSIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
PASSIVO	121.595.324.133,94	464.042.834.031,81	2.022.161.017.081,28	2.607.799.175.247,03
PASSIVO FINANCEIRO	11.371.775.159,44	34.704.930.027,42	30.183.678.458,71	76.260.383.645,57
DEPÓSITOS	1.482.977.726,92	6.999.326.854,42	3.537.394.329,67	12.019.698.911,01
Consignações	731.253.218,53	1.660.414.826,04	135.850.489,19	2.527.518.533,76
Recursos do Tesouro Nacional	-	-	562.791.994,54	562.791.994,54
Depósitos de Diversas Origens	751.724.508,39	5.338.912.028,38	2.747.712.494,37	8.838.349.031,14
Depósitos Compulsórios	-	-	91.039.351,57	91.039.351,57
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.888.797.432,52	27.705.603.173,00	26.646.284.129,04	64.240.684.734,56
Restos a Pagar Processados	7.076.753.723,31	10.783.696.286,66	4.026.784.513,02	21.887.234.522,99
Fornecedores - Do Exercício	2.676.937.302,24	3.100.247.795,31	841.815.814,29	6.619.000.911,84
Fornecedores - De Exercícios Anteriores	1.570.327.420,33	1.026.473.046,99	346.957.924,65	2.943.758.391,97
Convênios a Pagar	139.613.177,66	54.274.837,93	455.079.186,02	648.967.201,61
Contrato de Programa de Repasse a Pagar	-	-	31.780.112,85	31.780.112,85
Obrigações Vinculadas a Projetos Especiais	-	-	10.589.630,28	10.589.630,28
Precatórios de OCK a Pagar	-	-	380.349.561,82	380.349.561,82
Pessoal a Pagar - Do Exercício	476.960.075,08	2.671.674.480,73	283.306.632,00	3.431.941.187,81
Pessoal a Pagar - De Exercício Anteriores	83.944.562,24	65.974.916,63	14.720.666,60	164.640.145,47
Precatórios de Pessoal a Pagar	-	-	593.730.521,90	593.730.521,90
Encargos Sociais a Recolher	733.460.671,23	1.272.267.006,38	11.228.821,00	2.016.956.498,61
Provisões Diversas	90.824.901,36	1.106.833,88	92.409.172,66	184.340.907,90
Obrigações Tributárias	176.296.184,86	13.465.103,12	12.754.752,29	202.516.040,27
Benefícios Diversos a Pagar	-	-	951.905.707,76	951.905.707,76
Débitos Diversos a Pagar	1.128.389.428,31	2.578.212.265,69	156.008,90	3.706.757.702,90
Restos a Pagar Não Processados	2.340.511.626,05	8.069.226.073,98	21.667.468.553,95	32.077.206.253,98
A Liquidar	2.340.511.626,05	8.069.226.073,98	21.667.468.553,95	32.077.206.253,98
Credores Diversos	-	-	458.255.245,60	458.255.245,60
Adiantamentos Recebidos	9.886.858,39	302.434.719,01	157.646,74	312.459.224,14
Valores em Trânsito Exigíveis	-	-	63.117.747,56	63.117.747,56
Recursos Especiais a Liberar p/ Transferência	-	-	174.994.156,25	174.994.156,25
Recursos a Liberar p/Vinculação de Pagamento	-	-	27.759.437,63	27.759.437,63
Outras Obrigações a Pagar	461.665.224,77	8.550.246.093,35	215.832.663,70	9.227.743.981,82
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	-	-	11.677.223,04	11.677.223,04
Receitas Pendentes de Realização	-	-	236.941,55	236.941,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-	-	-	-
Repasse Recebido Diferido	-	-	-	-
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	44.194.048.755,68	275.550.596.353,47	996.200.340.742,30	1.315.944.985.851,45
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.428.839.986,26	1.958.615.729,68	185.371.503.413,56	190.758.959.129,50
Diferido	22.943.739,21	2.496.773,93	365.979.345,80	391.419.858,94
Provisões	15.168.952,81	5.019.179,24	328.225.841,33	348.413.973,38
Operações de Crédito - Internas	2.230.892.706,78	1.443.010.931,74	181.648.973.983,79	185.322.877.622,31
Operações de Crédito - Externas	49.541.086,43	289.244.165,63	1.135.913.338,39	1.474.698.590,45
Adiantamentos Diversos Recebidos	6.886.699,11	-	16.528.980,27	23.415.679,38
Outros Débitos a Pagar	1.103.406.801,92	218.844.679,14	145.265.515,43	1.467.516.996,49
Precatórios a Pagar	-	-	1.730.616.408,55	1.730.616.408,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	66.548.335,02	131.181.292,45	29.654,12	197.759.281,59
Valores Diferidos	-	-	-	-
Valores Pendentes	66.548.335,02	131.181.292,45	29.654,12	197.759.281,59
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	40.640.978.101,65	273.455.352.718,72	810.777.853.962,70	1.124.874.184.783,07
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	386.628.528,02	47.113.364,84	13.331.664.475,68	13.765.406.368,54
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	40.254.349.573,63	273.408.239.353,88	797.446.189.487,02	1.111.108.778.414,53
Operações de Crédito - Internas	25.630.423.466,83	219.836.927.076,24	546.182.222.837,13	791.649.573.380,20
Operações de Crédito - Externas	2.392.264.323,21	12.209.021.158,28	168.594.406.137,17	183.195.691.618,66
Obrigações Legais e Tributárias	1.662.993.618,48	696.107.123,28	3.559.666.120,23	5.918.766.861,99
Obrigações a Pagar	8.166.373.706,47	13.274.741.163,10	216.349.023,86	21.657.463.893,43
Efeitos Inflacionários s/Operações Especiais	-	-	68.421.836,75	68.421.836,75
Outras Exigibilidades	2.402.294.458,64	27.391.442.832,98	78.825.123.531,88	108.618.860.823,50
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	57.682.332,75	5.446.612,62	50.953.711,92	114.082.657,29
PASSIVO REAL	55.565.823.915,12	310.255.526.380,89	1.026.384.019.201,01	1.392.205.369.497,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.042.480.570,87	(39.980.680.151,35)	226.647.748.945,81	221.709.549.365,33
Patrimônio/Capital	16.167.345.845,75	(67.871.900.345,58)	55.899.867.646,48	4.195.313.146,65
Reservas	1.671.346.726,86	44.985.860.296,00	6.502.399.162,39	53.159.606.185,25
Resultado Acumulado	17.203.787.998,26	(17.094.640.101,77)	164.245.482.136,94	164.354.630.033,43
PASSIVO COMPENSADO	30.987.019.647,95	193.767.987.802,27	769.129.248.934,46	993.884.256.384,68

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2001

	R\$			
RECEITAS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS	71.900.818.404,66	167.773.406.610,83	608.097.063.467,89	847.771.288.483,38
RECEITAS CORRENTES	69.828.687.881,49	161.564.659.567,20	289.410.917.744,61	520.804.265.193,30
Receita Tributária	13.486.519.901,09	101.836.774.878,55	91.624.455.980,72	206.947.750.760,36
Impostos	11.551.489.033,68	99.204.024.108,57	90.128.571.071,18	200.884.084.213,43
Impostos s/Comércio Exterior - II / IE	-	-	9.096.532.866,14	9.096.532.866,14
Imp. s/Prop. Territorial Rural - ITR	-	-	189.984.025,99	189.984.025,99
Imp. s/ Renda/Prov. Q. Natureza - IR	-	-	58.452.662.197,71	58.452.662.197,71
Imp.Prop. Pred./Territ. Urbana - IPTU	4.541.529.575,44	-	-	4.541.529.575,44
Imp.s/ Serv. Qualquer Natureza - ISS	6.015.286.673,88	-	-	6.015.286.673,88
Imp.s/ Transm. "InterVivos" - ITBI	994.672.784,36	-	-	994.672.784,36
Imp. s/ Produtos Industrializados - IPI	-	-	18.837.489.752,44	18.837.489.752,44
Imp.s/Op.Créd.Camb.Seg.Tit.Val. - IOF	-	-	3.551.902.228,90	3.551.902.228,90
Imp. s/Circ. Merc. e Serviços - ICMS	-	92.126.565.580,02	-	92.126.565.580,02
Imp. s/Prop. de Veículos Automotores - IPVA	-	6.218.310.736,01	-	6.218.310.736,01
Imp. s/Transm. Causa Mortis e Doação - ITCMD	-	335.173.983,38	-	335.173.983,38
Outros Impostos	0,00	523.973.809,16	0,00	523.973.809,16
Taxas	1.891.947.954,23	2.632.750.212,19	1.495.884.909,54	6.020.583.075,96
Poder de Polícia	504.651.122,84	309.754.713,00	1.199.383.633,91	2.013.789.469,75
Prestação de Serviços	1.387.296.831,39	2.322.995.499,19	296.501.275,63	4.006.793.606,21
Contribuição de Melhoria	43.082.913,18	557,79	0,00	43.083.470,97
Receita de Contribuição	1.052.712.457,33	8.136.973.962,98	161.139.267.316,70	170.328.953.737,01
Contribuições Sociais e Econômicas	-	-	99.100.491.716,75	99.100.491.716,75
Contribuições Previdenciárias	-	-	62.038.775.599,95	62.038.775.599,95
Contr. Serv. Custeio Prev/Ass.Social	827.475.142,16	4.451.190.091,32	-	5.278.665.233,48
Compensação Fin. (§ 9º, Art. 20 da CF)	51.783.431,88	28.573.180,14	0,00	80.356.612,02
Outras Receitas de Contribuição	173.453.883,29	3.657.210.691,52	0,00	3.830.664.574,81
Receita Patrimonial	1.471.155.757,37	4.305.932.026,32	10.725.785.072,95	16.502.872.856,64
Receitas Financeiras	1.257.012.447,36	3.620.348.655,84	-	4.877.361.103,20
Receitas de Valores Mobiliárias	-	-	6.058.558.992,10	6.058.558.992,10
Receitas de Direitos	0,00	0,00	4.380.560.889,47	4.380.560.889,47
Outras	214.143.310,01	685.583.370,48	286.665.191,38	1.186.391.871,87
Receita Agropecuária	7.257.282,87	260.133.098,92	23.294.353,08	290.684.734,87
Receita Industrial	433.974.211,79	9.290.734,44	310.317.271,62	753.582.217,85
Receita de Serviços	1.290.780.631,28	3.565.403.487,99	16.081.890.073,91	20.938.074.193,18
Transferências Correntes	47.788.057.472,48	38.048.434.048,47	144.998.811,43	85.981.490.332,38
Tranferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	36.470.190,21	36.470.190,21
Transferências de Convênio	0,00	0,00	81.946.588,21	81.946.588,21
Transf. Intergovernamentais da União	23.360.830.288,53	35.835.973.424,20	-	59.196.803.712,73
Cota-Parte Fundo Part.Est./DF - FPE	-	16.099.762.066,83	-	16.099.762.066,83
Cota-Parte Fundo Part.Munic. - FPM	12.675.296.944,57	0,00	-	12.675.296.944,57
Imp. R. Fonte (Art. 158, I - CF) - IRRF	1.290.698.738,66	4.456.161.632,17	-	5.746.860.370,83
Cota-Parte Imp. Territ. Rural - ITR	69.570.530,26	-	-	69.570.530,26
Cota-Parte do IOF Ouro	7.384.294,02	129.220.745,29	-	136.605.039,31
Transf. Financ. - Lei Compl. nº 87/96	554.488.476,98	2.633.247.266,60	-	3.187.735.743,58
Cota-Parte Contr. Salário Educação	83.320.191,67	1.973.474.434,45	-	2.056.794.626,12
Transferências do FUNDEF	1.954.138.917,93	2.716.885.214,67	-	4.671.024.132,60
Transf. p/ Sist. Único de Saúde - SUS	4.344.371.153,11	1.883.443.283,44	-	6.227.814.436,55
Outras Transferências da União	2.381.561.041,33	5.943.778.780,75	-	8.325.339.822,08
Transf. Intergovernamentais do Estado	23.527.493.391,81	-	-	23.527.493.391,81
Cota-Parte do ICMS	16.123.589.502,82	-	-	16.123.589.502,82
Cota-Parte do IPVA	2.397.222.821,75	-	-	2.397.222.821,75
Cota-Parte do IPI - Exportação	301.678.197,52	-	-	301.678.197,52
Cota-Parte Contr. Salário Educação	205.875.518,48	-	-	205.875.518,48
Transferências do FUNDEF	3.811.934.747,83	-	-	3.811.934.747,83
Transf. p/ Sist. Único de Saúde - SUS	141.850.263,92	-	-	141.850.263,92
Outras Transferências do Estado	545.342.339,49	-	0,00	545.342.339,49
Transf. Intergovernamentais dos Municípios	-	36.798.438,88	396.751,84	37.195.190,72
Outras Transferências Correntes	899.733.792,14	2.175.662.185,39	26.185.281,17	3.101.581.258,70
Demais Receitas Correntes	4.298.230.167,28	5.401.717.329,53	9.360.908.864,20	19.060.856.361,01
Receita da Dívida Ativa	1.233.072.506,67	768.139.357,46	701.261.728,63	2.702.473.592,76
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	5.623.849.906,68	5.623.849.906,68
Outras	3.065.157.660,61	4.633.577.972,07	3.035.797.228,89	10.734.532.861,57
RECEITAS DE CAPITAL	2.072.130.523,17	6.208.747.043,63	318.686.145.723,28	326.967.023.290,08
Operações de Crédito	365.235.780,58	1.826.607.072,31	268.667.436.940,61	270.859.279.793,50
Alienação de Bens	77.068.084,30	1.438.317.053,23	4.760.128.109,06	6.275.513.246,59
Amortização e Empréstimos	0,00	0,00	15.676.692.676,06	15.676.692.676,06
Transferências de Capital	1.392.191.728,08	2.000.300.090,36	15.275.977,78	3.407.767.796,22
Transferências da União	859.767.592,30	1.030.218.766,42	(2.750,25)	1.889.983.608,47
Transferências dos Estados	259.198.928,92	-	0,00	259.198.928,92
Transferências dos Municípios	-	2.788.041,37	0,00	2.788.041,37
Transferências de Convênios	0,00	0,00	1.568.783,02	1.568.783,02
Outras Transferências de Capital	273.225.206,86	967.293.282,57	13.709.945,01	1.254.228.434,44
Outras Receitas de Capital	237.634.930,21	943.522.827,73	29.566.612.019,77	30.747.769.777,71
Remun. Disp. do Tesouro Nacional	-	-	12.720.697.684,54	12.720.697.684,54
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	15.593.937.213,14	15.593.937.213,14
Outras	237.634.930,21	943.522.827,73	1.251.977.122,09	2.433.134.880,03

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2001

R\$				
DESPESAS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESAS	68.913.877.665,67	171.081.711.106,85	603.434.864.215,52	843.430.452.988,04
DESPESAS CORRENTES	60.826.839.746,50	148.513.589.211,84	293.726.970.764,78	503.067.399.723,12
Despesas de Custeio	46.558.981.171,91	65.629.539.511,44	50.942.309.508,61	163.130.830.191,96
Despesas de Pessoal	25.685.350.936,93	51.495.185.929,58	37.366.723.745,54	114.547.260.612,05
Ativos	21.772.853.450,86	47.743.413.728,95	34.904.206.433,15	104.420.473.612,96
Obrigações Patronais	2.697.944.899,54	2.926.510.225,33	2.436.149.807,69	8.060.604.932,56
Demais Despesas de Pessoal	1.214.552.586,53	825.261.975,30	26.367.504,70	2.066.182.066,53
Terceirização de Mão de Obra	503.082.489,57	272.805.316,98	26.367.504,70	802.255.311,25
Outras	711.470.096,96	552.456.658,32	0,00	1.263.926.755,28
Serviços de Terceiros/Encargos	14.418.706.025,47	10.474.974.078,61	13.575.585.763,07	38.469.265.867,15
Outros Custeios	6.454.924.209,51	3.659.379.503,25	0,00	10.114.303.712,76
Transferências Correntes	11.568.135.147,39	60.978.604.653,94	86.424.683.125,47	158.971.422.926,80
Transferências a Pessoas	4.393.713.887,15	24.959.206.378,20	28.109.042.327,99	57.461.962.593,34
Inativos	3.326.055.237,03	19.073.304.606,99	18.762.372.135,34	41.161.731.979,36
Pensionistas	410.006.797,03	4.840.090.596,30	9.341.224.060,72	14.591.321.454,05
Salário Família	91.243.730,34	100.466.314,42	5.446.131,93	197.156.176,69
Outras Transferências a Pessoas	566.408.122,75	945.344.860,49	0,00	1.511.752.983,24
Contribuição p/Formação do PASEP	401.503.639,51	77.426.825,28	5.499.212.835,79	5.978.143.300,58
Juros e Encargos da Dívida	1.522.571.980,43	8.981.357.199,50	52.816.427.961,69	63.320.357.141,62
Demais Transf. Correntes	5.250.345.640,30	26.960.614.250,96	0,00	32.210.959.891,26
Outras Despesas Correntes	2.699.723.427,20	21.905.445.046,46	156.359.978.130,70	180.965.146.604,36
DESPESAS DE CAPITAL	8.087.037.919,17	22.568.121.895,01	309.707.893.450,74	340.363.053.264,92
Investimentos	6.158.644.247,71	12.626.992.739,83	14.580.419.338,55	33.366.056.326,09
Inversões Financeiras	329.701.932,01	3.741.539.102,97	20.446.116.304,03	24.517.357.339,01
Transferências de Capital	384.932.938,36	850.694.173,11	0,00	1.235.627.111,47
Amortização/Refinanc. da Dívida	1.213.758.801,09	5.348.895.879,10	274.681.357.808,16	281.244.012.488,35
Refinanciamento	0,00	0,00	220.045.653.846,69	220.045.653.846,69
Amortização	1.213.758.801,09	5.348.895.879,10	54.635.703.961,47	61.198.358.641,66
SUPERÁVIT/DÉFICIT	2.986.940.738,99	(3.308.304.496,02)	4.662.199.252,37	4.340.835.495,34

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
EXERCÍCIO DE 2001

R\$

DESPESAS POR FUNÇÃO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESA	68.913.877.665,67	171.081.711.106,85	603.434.864.215,52	843.430.452.988,04
Administração	-	-	7.265.908.230,76	7.265.908.230,76
Agricultura	697.135.542,46	2.048.887.474,63	5.481.565.845,60	8.227.588.862,69
Assistência e Previdência	6.678.012.274,99	15.297.628.403,27	-	21.975.640.678,26
Assistência Social	-	-	5.298.265.332,12	5.298.265.332,12
Ciência e Tecnologia	-	-	1.591.800.135,82	1.591.800.135,82
Comércio e Serviços	-	-	2.782.146.979,60	2.782.146.979,60
Comunicações	53.366.062,18	216.210.427,96	456.143.415,79	725.719.905,93
Cultura	-	-	278.093.428,27	278.093.428,27
Defesa Nacional	-	-	11.891.512.768,87	11.891.512.768,87
Defesa Nacional e Segurança Pública	378.949.266,71	14.609.062.654,86	-	14.988.011.921,57
Desenvolvimento Regional	35.710.006,44	345.682.925,53	-	381.392.931,97
Desporto e Lazer	-	-	297.834.363,30	297.834.363,30
Direitos da Cidadania	-	-	584.421.151,58	584.421.151,58
Educação	-	-	11.637.340.856,98	11.637.340.856,98
Educação e Cultura	18.875.785.992,23	32.576.803.134,62	-	51.452.589.126,85
Encargos Especiais	-	-	394.559.867.398,81	394.559.867.398,81
Energia	-	-	726.380.591,43	726.380.591,43
Energia e Recursos Minerais	67.204.659,78	411.186.420,03	-	478.391.079,81
Essencial à Justiça	-	-	859.504.600,38	859.504.600,38
Gestão Ambiental	-	-	1.899.300.515,65	1.899.300.515,65
Habitação	-	-	357.133.783,52	357.133.783,52
Habitação e Urbanismo	7.618.925.396,19	2.140.186.869,72	-	9.759.112.265,91
Indústria	-	-	476.756.266,46	476.756.266,46
Indústria e Comércio	649.632.843,11	2.068.492.703,66	-	2.718.125.546,77
Judiciária	372.688.742,91	9.729.982.836,53	6.715.564.221,44	16.818.235.800,88
Legislativa	2.453.052.190,91	3.705.389.338,05	2.109.472.834,02	8.267.914.362,98
Organização Agrária	-	-	1.329.932.290,01	1.329.932.290,01
Planejamento	11.847.179.101,26	5.120.636.269,44	-	16.967.815.370,70
Previdência Social	-	-	107.544.257.918,29	107.544.257.918,29
Relações Exteriores	-	-	925.811.930,26	925.811.930,26
Saneamento	-	-	233.417.736,82	233.417.736,82
Saúde	-	-	23.633.858.199,15	23.633.858.199,15
Saúde e Saneamento	14.671.233.205,19	16.482.313.753,40	-	31.153.546.958,59
Segurança Pública	-	-	2.604.286.208,34	2.604.286.208,34
Trabalho	-	-	7.441.121.082,08	7.441.121.082,08
Transporte	3.614.874.431,42	7.764.977.493,65	3.961.787.697,91	15.341.639.622,98
Urbanismo	-	-	491.378.432,26	491.378.432,26
Outras	900.127.949,89	58.564.270.401,50	-	59.464.398.351,39

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Nota: O detalhamento das funções reflete estágios de cumprimento da Portaria SOF nº 42, de 14.04.99 que prevê a unificação das funções e subfunções para a União, Estados e Distrito Federal, a partir do exercício financeiro de 2000 e para os Municípios a partir de 2002. Este é o motivo de constar funções com intitulações similares.



PORTARIA Nº 346, DE 27 DE JUNHO DE 2003

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF/GM nº 71, de 8 de abril de 1996, e;

Considerando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do artigo 4º do Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no artigo 5º do Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI, do artigo 8º, do Anexo I do Decreto nº 3.782, de 5 de abril de 2001 e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001;

Considerando ainda o disposto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002.

Art. 2º A consolidação ora divulgada representa as contas de 25 Estados da Federação, do Distrito Federal e de 61,7% dos Municípios.

§ 1º As contas do Distrito Federal estão incluídas na coluna "Estados".

§ 2º A relação dos Municípios que encaminharam suas contas ao Poder Executivo da União, no prazo legal, pode ser conhecida por meio da Portaria STN nº 311, de 2 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2003 e também por consulta via Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Art. 3º As contas foram consolidadas mediante compatibilização dos saldos, compilados junto às origens, nos termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 2001 entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal e de acordo com a Portaria STN nº 109, de 8 de março de 2002, alterada pela Portaria STN nº 90, de 12 de março de 2003.

Art. 4º A presente consolidação encontra-se também disponível para consulta via Internet no endereço eletrônico mencionado no § 2º do artigo 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2002

	R\$			
ATIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
ATIVO FINANCEIRO	11.768.761.347,91	18.302.748.166,77	126.170.797.000,24	156.242.306.514,92
DISPONÍVEL	10.689.499.069,84	13.639.286.774,11	99.028.056.447,69	123.356.842.291,64
Caixa	111.123.701,16	14.566.604,37	-	125.690.305,53
Bancos c/ Movimento	5.014.726.767,58	4.206.884.860,80	97.404.320.751,38	106.625.932.379,76
Em Moeda Estrangeira	-	-	1.623.735.696,31	1.623.735.696,31
Aplicações Financeiras	5.563.648.601,10	9.417.835.308,94	-	14.981.483.910,04
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.079.262.278,07	4.663.461.392,66	27.142.414.878,18	32.885.138.548,91
Créditos a Receber	385.850.340,11	2.410.251.988,41	5.520.949.670,51	8.317.051.999,03
Recursos da União	-	-	50.990,77	50.990,77
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	225.304.866,38	461.234.108,42	1.485.760.362,09	2.172.299.336,89
Depósitos Especiais do FAT	-	-	19.972.299.909,88	19.972.299.909,88
Outros Valores Realizáveis	468.107.071,58	1.791.975.295,83	163.353.944,93	2.423.436.312,34
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-	-	325.674,37	325.674,37
Despesas Antecipadas Financeiras	-	-	325.674,37	325.674,37
Repasse Concedido Diferido	-	-	-	-
ATIVO NÃO FINANCEIRO	92.669.474.294,98	288.828.196.261,15	1.120.026.454.713,33	1.501.524.125.269,46
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	1.957.520.792,21	8.873.462.053,08	45.180.591.184,58	56.011.574.029,87
Créditos em Circulação	831.009.559,66	5.601.477.308,32	36.549.132.429,55	42.981.619.297,53
Fornecimentos a Receber	55.828.120,19	216.654.554,05	262.538.425,83	535.021.100,07
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	-	-	(12.081.099,93)	(12.081.099,93)
Créditos Parcelados	5.012.213,94	28.697,71	3.111.400.840,65	3.116.441.752,30
Diversos Responsáveis	223.659.889,67	341.607.488,28	2.864.581.390,66	3.429.848.768,61
Empréstimos e Financiamentos	21.131.564,09	233.713.495,35	28.938.204.644,92	29.193.049.704,36
Adiantamentos Concedidos	51.394.089,36	2.516.508,55	850.993.774,14	904.904.372,05
Recursos Vinculados	170.386.471,48	1.522.628.092,19	77.289.865,05	1.770.304.428,72
Outros Créditos em Circulação	306.738.190,96	3.301.388.538,93	807.025.497,44	4.415.152.227,33
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(3.140.980,03)	(17.060.066,74)	(350.820.909,21)	(371.021.955,98)
Bens e Valores em Circulação	1.126.511.232,55	3.271.984.744,76	8.631.458.755,03	13.029.954.732,34
Estoques	543.769.079,00	2.680.952.480,98	6.802.204.207,05	10.026.925.767,03
Titulos e Valores	-	-	1.679.841.388,47	1.679.841.388,47
Materiais em Trânsito	-	-	111.180.467,87	111.180.467,87
Outros Bens e Valores em Circulação	582.742.153,55	591.032.263,78	38.247.852,53	1.212.022.269,86
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	-	-	(15.160,89)	(15.160,89)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	108.088.277,92	160.542.850,53	6.316.255.140,79	6.584.886.269,24
Despesas Antecipadas	22.863.607,22	64.517.747,84	1.029.639,29	88.410.994,35
Valores Diferidos	3.499.515,28	-	-	3.499.515,28
Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	81.725.155,42	96.025.102,69	6.315.225.501,50	6.492.975.759,61
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	46.074.923.139,26	165.870.052.029,47	796.925.097.153,91	1.008.870.072.322,64
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	70.054.141,51	71.373.226,82	140.371.295,52	281.798.663,85
Depósitos Compulsórios	13.391.326,08	28.709.857,18	5.006.667,65	47.107.850,91
Recursos Vinculados	56.662.815,43	42.663.369,64	135.364.627,87	234.690.812,94
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	46.004.868.997,75	165.798.678.802,65	796.784.725.858,39	1.008.588.273.658,79
Dívida Ativa	44.083.843.725,46	120.526.594.857,34	254.968.888.820,81	419.579.327.403,61
Devedores-Entidades e Agentes	107.264.202,46	1.701.701.496,77	68.793.616.530,54	70.602.582.229,77
Empréstimos e Financiamentos	794.379.221,60	3.737.337.912,67	466.547.800.969,84	471.079.518.104,11
Créditos a Receber	1.074.191.332,70	39.843.325.151,25	6.539.351.511,50	47.456.867.995,45
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(54.809.484,47)	(10.280.615,38)	(66.273.023,20)	(131.363.123,05)
Outros Créditos	-	-	1.341.048,90	1.341.048,90
PERMANENTE	44.528.942.085,59	113.924.139.328,07	271.604.511.234,05	430.057.592.647,71
Investimentos	5.533.699.336,64	74.558.385.552,50	104.136.742.104,12	184.228.826.993,26
Participação Societária	2.581.650.378,24	68.968.111.679,86	98.313.539.574,24	169.863.301.632,34
Participações em Fundos e Condomínios	-	-	4.923.986.906,29	4.923.986.906,29
Outros Investimentos	2.956.429.684,44	5.775.909.426,36	1.057.976.544,93	9.790.315.655,73
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(4.380.726,04)	(185.635.553,72)	(158.760.921,34)	(348.777.201,10)
Imobilizado	38.429.612.957,42	39.297.892.240,23	167.390.939.735,87	245.118.444.933,52
Bens Móveis e Imóveis	36.694.176.690,61	38.216.126.237,33	168.858.564.544,10	243.768.867.472,04
Titulos, Valores e Intangíveis	2.168.011.931,24	2.386.938.441,75	26.934.291,76	4.581.884.664,75
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	(432.575.664,43)	(1.305.172.438,85)	(1.494.559.099,99)	(3.232.307.203,27)
Diferido	565.629.791,53	67.861.535,34	76.829.394,06	710.320.720,93
Despesas Diferidas	569.636.151,05	71.079.774,89	76.829.394,06	717.545.320,00
(-) Amortização Acumulada	(4.006.359,52)	(3.218.239,55)	-	(7.224.599,07)
ATIVO REAL	104.438.235.642,89	307.130.944.427,92	1.246.197.251.713,57	1.657.766.431.784,38
ATIVO COMPENSADO	41.225.653.040,71	203.024.806.145,78	976.482.350.972,35	1.220.732.810.158,84
TOTAL	145.663.888.683,60	510.155.750.573,70	2.222.679.602.685,92	2.878.499.241.943,22

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2002

RS				
PASSIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
PASSIVO FINANCEIRO	11.334.307.982,25	34.265.368.407,90	26.973.478.245,71	72.573.154.635,86
DEPÓSITOS	1.735.388.088,54	7.508.787.310,64	4.673.150.228,50	13.917.325.627,68
Consignações	971.682.236,45	1.670.117.579,41	165.229.128,68	2.807.028.944,54
Recursos do Tesouro Nacional	-	-	387.424.706,29	387.424.706,29
Depósitos de Diversas Origens	763.705.852,09	5.838.669.731,23	4.029.436.554,83	10.631.812.138,15
Depósitos Compulsórios	-	-	91.059.838,70	91.059.838,70
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.598.919.893,71	26.756.581.097,26	22.300.287.518,80	58.655.788.509,77
Restos a Pagar Processados	5.682.371.255,99	12.165.433.790,33	6.508.328.797,78	24.356.133.844,10
Fornecedores - Do Exercício	2.742.346.500,64	3.146.943.041,87	2.235.831.597,05	8.125.121.139,56
Fornecedores - De Exercícios Anteriores	993.368.460,38	3.098.773.155,50	103.931.570,34	4.196.073.186,22
Convênios a Pagar	32.531.133,55	22.355.848,57	1.091.836.602,64	1.146.723.584,76
Contrato de Programa de Repasse a Pagar	-	-	107.715.613,55	107.715.613,55
Obrigações Vinculadas a Projetos Especiais	-	-	5.652.496,90	5.652.496,90
Precatórios de OCK a Pagar	-	-	85.541.071,02	85.541.071,02
Pessoal a Pagar - Do Exercício	492.547.827,86	2.796.199.900,67	432.355.729,85	3.721.103.458,38
Pessoal a Pagar - De Exercício Anteriores	38.779.268,04	119.344.741,31	5.853.371,53	163.977.380,88
Precatórios	-	-	727.702.603,63	727.702.603,63
Encargos Sociais a Recolher	233.498.827,39	376.627.789,83	9.519.849,83	619.646.467,05
Provisões Diversas	73.172.394,13	21.780.783,16	117.652.335,64	212.605.512,93
Obrigações Tributárias	112.204.907,25	4.371.471,41	12.314.891,21	128.891.269,87
Benefícios Diversos a Pagar	-	-	1.571.300.590,34	1.571.300.590,34
Débitos Diversos a Pagar	963.921.936,75	2.579.037.058,01	1.062.874,25	3.544.021.869,01
Termos de Parceria a Pagar	-	-	57.600,00	57.600,00
Restos a Pagar Não Processados	3.115.179.269,88	6.577.241.810,88	14.517.257.783,86	24.209.678.864,62
A Liquidar	3.115.179.269,88	6.577.241.810,88	14.517.257.783,86	24.209.678.864,62
Credores Diversos	801.369.367,84	-	786.995.095,88	1.588.364.463,72
Adiantamentos Recebidos	21.453.960,35	11.070.974,54	239.238,11	32.764.173,00
Valores em Trânsito Exigíveis	-	-	89.672.652,38	89.672.652,38
Recursos Especiais a Liberar p/ Transferência	-	-	116.395.401,26	116.395.401,26
Recursos a Liberar p/Vinculação de Pagamento	-	-	32.124.261,49	32.124.261,49
Recursos Vinculados - Entidades TCT	-	-	20.740.908,80	20.740.908,80
Outras Obrigações a Pagar	779.915.407,49	8.002.834.521,51	183.923.404,07	8.966.673.333,07
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	-	-	44.046.275,84	44.046.275,84
Receitas Pendentes de Realização	-	-	563.699,33	563.699,33
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-	-	40.498,41	40.498,41
Repasse Recebido Diferido	-	-	-	-
Outros Valores Pendentes	-	-	40.498,41	40.498,41
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	55.376.838.934,42	376.473.403.725,77	1.242.829.984.556,51	1.674.680.227.216,70
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.725.551.910,18	41.684.147.106,75	293.857.211.674,02	338.266.910.690,95
Diferido	5.280.706,57	-	453.691.863,46	458.972.570,03
Provisões	80.434.681,68	3.284.769.819,72	221.971.480,30	3.587.175.981,70
Operações de Crédito em Liquidação	-	-	15.452.000,00	15.452.000,00
Operações de Crédito - Internas	1.585.039.356,68	35.765.361.557,00	288.189.274.987,46	325.539.675.901,14
Operações de Crédito - Externas	1.155.354,15	1.536.082.976,35	1.129.590.009,04	2.666.828.339,54
Adiantamentos Diversos Recebidos	10.122.257,94	186.000.000,66	44.867.320,97	240.989.579,57
Outros Débitos a Pagar	1.043.519.553,16	911.932.753,02	237.507.982,17	2.192.960.288,35
Precatórios a Pagar (Anteriores a 05/05/2000)	-	-	2.075.224.431,29	2.075.224.431,29
Precatórios a Pagar (A Partir de 05/05/2000)	-	-	1.489.631.599,33	1.489.631.599,33
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	22.934.585,91	173.653.381,68	-	196.587.967,59
Valores Diferidos	-	-	-	-
Outros Valores Pendentes	22.934.585,91	173.653.381,68	-	196.587.967,59
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	52.527.920.030,48	334.606.112.839,52	948.916.705.004,57	1.336.050.737.874,57
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	239.340.611,53	219.594.320,00	14.652.244.714,16	15.111.179.645,69
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	52.288.579.418,95	334.386.518.519,52	934.264.460.290,41	1.320.939.558.228,88
Operações de Crédito - Internas	34.447.717.459,28	228.728.332.340,07	586.766.051.094,33	849.942.100.893,68
Operações de Crédito - Externas	3.027.481.273,02	18.941.462.653,93	264.560.443.079,14	286.529.387.006,09
Obrigações Legais e Tributárias	2.485.271.447,55	713.674.018,02	3.873.996.721,91	7.072.942.187,48
Obrigações a Pagar	10.336.266.365,38	16.871.751.529,84	223.510.924,64	27.431.528.819,86
Efeitos Inflacionários s/Operações Especiais	-	-	79.603.093,74	79.603.093,74
Outras Exigibilidades	1.991.842.873,72	69.131.297.977,66	78.760.855.376,65	149.883.996.228,03
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	100.432.407,85	9.490.397,82	56.067.877,92	165.990.683,59
PASSIVO REAL	66.711.146.916,67	410.738.772.133,67	1.269.803.462.802,22	1.747.253.381.852,56
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.727.088.726,22	(103.607.827.705,75)	(23.606.211.088,65)	(89.486.950.068,18)
Patrimônio/Capital	15.598.814.055,10	(85.169.346.846,48)	(259.725.655.804,49)	(329.296.188.595,87)
Reservas	1.440.743.661,28	5.957.515.015,95	6.697.023.406,03	14.095.282.083,26
Resultado Acumulado	20.687.531.009,84	(24.395.995.875,22)	229.422.421.309,81	225.713.956.444,43
PASSIVO COMPENSADO	41.225.653.040,71	203.024.806.145,78	976.482.350.972,35	1.220.732.810.158,84
TOTAL	145.663.888.683,60	510.155.750.573,70	2.222.679.602.685,92	2.878.499.241.943,22

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2002

R\$				
RECEITA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	82.612.214.684,07	171.839.263.462,15	343.074.988.187,55	597.526.466.333,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.122.185.993,26	105.593.773.889,81	107.897.035.861,30	232.612.995.744,37
Impostos	17.018.907.326,01	102.602.889.101,02	106.158.657.465,73	225.780.453.892,76
Imposto sobre a Importação - II	-	-	7.879.329.161,37	7.879.329.161,37
Imposto sobre a Exportação - IE	-	-	74.197.769,53	74.197.769,53
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	-	-	189.189.393,49	189.189.393,49
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR	1.540.035.797,81	3.562.056.650,03	75.551.116.416,23	80.653.208.864,07
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.071.653.712,11	-	-	7.071.653.712,11
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.136.075.746,41	-	-	7.136.075.746,41
Imposto sobre Transmissão "InterVivos" - ITBI	1.271.142.069,68	-	-	1.271.142.069,68
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	18.471.561.741,29	18.471.561.741,29
Imposto sobre Operações de Crédito Camb. Seg. Tit. Val - IOF	-	-	3.993.262.983,82	3.993.262.983,82
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	91.102.532.067,74	-	91.102.532.067,74
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	-	6.877.655.090,32	-	6.877.655.090,32
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD	-	508.017.156,38	-	508.017.156,38
Outros	-	552.628.136,55	0,00	552.628.136,55
Taxas	2.045.847.469,03	2.990.883.771,80	1.738.378.395,57	6.775.109.636,40
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	589.274.901,81	579.567.455,07	1.394.130.082,22	2.562.972.439,10
Taxas pela Prestação de Serviços	1.456.572.567,22	2.411.316.316,73	344.248.313,35	4.212.137.197,30
Contribuição de Melhoria	57.431.198,22	1.016,99	0,00	57.432.215,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.899.598.314,92	8.917.589.724,16	193.567.406.998,05	204.384.595.037,13
Contribuições Sociais	1.818.067.584,62	8.288.658.298,05	177.046.489.660,49	187.153.215.543,16
Contribuições Econômicas	81.530.730,30	628.931.426,11	16.520.917.337,56	17.231.379.493,97
RECEITA PATRIMONIAL	1.920.671.914,21	4.073.690.236,21	9.799.630.909,38	15.793.993.059,80
Receitas Imobiliárias	106.443.293,68	146.255.351,21	-	252.698.644,89
Receitas de Valores Mobiliários	1.544.799.693,76	2.048.218.335,80	7.649.758.598,27	11.242.776.627,83
Receita de Concessões e Permissões	73.708.660,08	11.876.180,08	1.823.043.078,61	1.908.627.918,77
Outras	195.720.266,69	1.867.340.369,12	326.829.232,50	2.389.889.868,31
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.721.509,27	11.272.338,85	30.263.032,82	47.256.880,94
RECEITA INDUSTRIAL	487.508.146,01	284.774.323,18	342.750.487,98	1.115.032.957,17
RECEITA DE SERVIÇOS	2.790.837.455,96	4.081.584.174,99	17.161.059.479,44	24.033.481.110,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.448.408.956,99	39.563.875.162,74	188.509.799,06	91.200.793.918,79
Transferências Intergovernamentais da União	20.908.752.741,76	31.542.177.891,27	-	52.450.930.633,03
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados/DF - FPE	-	17.256.907.608,56	-	17.256.907.608,56
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	13.068.515.692,81	-	-	13.068.515.692,81
Cota-Parte do Imp. sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	318.067.489,02	-	-	318.067.489,02
Cota-Parte do IOF Ouro	4.728.415,97	606.645,98	-	5.335.061,95
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96	759.769.359,24	2.627.727.844,53	-	3.387.497.203,77
Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação	0,00	1.220.489.700,09	-	1.220.489.700,09
Cota-Parte do IPI - Exportação	0,00	2.376.078.502,45	-	2.376.078.502,45
Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS	5.041.419.514,09	1.651.376.813,09	-	6.692.796.327,18
Outras Transferências da União	1.716.252.270,63	6.408.990.776,57	-	8.125.243.047,20
Transferências Intergovernamentais do Estado	21.484.621.703,40	-	-	21.484.621.703,40
Cota-Parte do ICMS	17.142.724.916,64	-	-	17.142.724.916,64
Cota-Parte do IPVA	2.917.809.670,64	-	-	2.917.809.670,64
Cota-Parte do IPI - Exportação	278.866.495,84	-	-	278.866.495,84
Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação	330.850.289,10	-	-	330.850.289,10
Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS	132.514.583,61	-	-	132.514.583,61
Outras Transferências do Estado	681.855.747,57	-	-	681.855.747,57
Transferências Intergovernamentais dos Municípios	-	12.760.645,65	469.397,28	13.230.042,93
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF	7.392.969.849,63	4.679.854.026,34	-	12.072.823.875,97
Transferências de Instituições Privadas	43.925.526,00	210.177.030,81	36.398.930,26	290.501.487,07
Transferências de Convênios	1.432.469.340,89	2.436.621.141,35	84.160.926,46	3.953.251.408,70
Outras	185.669.795,31	682.284.427,32	67.480.545,06	935.434.767,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.937.282.393,45	9.312.703.612,21	14.088.331.619,52	28.338.317.625,18
Multas e Juros de Mora	1.165.263.979,25	1.362.413.339,48	7.543.775.129,07	10.071.452.447,80
Receita da Dívida Ativa	1.665.130.090,89	1.979.392.865,10	1.813.652.259,61	5.458.175.215,60
Outras	2.106.888.323,31	5.970.897.407,63	4.730.904.230,84	12.808.689.961,78
RECEITAS DE CAPITAL	3.799.121.664,68	9.974.719.152,94	378.847.621.489,92	392.621.462.307,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	555.544.862,41	3.778.475.373,68	285.579.834.973,87	289.913.855.209,96
ALIENAÇÃO DE BENS	102.326.967,31	1.537.134.660,21	3.468.109.862,50	5.107.571.490,02
AMORTIZAÇÃO E EMPRÉSTIMOS	70.935.222,62	588.397.303,95	11.643.389.437,62	12.302.721.964,19
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.850.385.537,83	3.658.791.190,95	31.121.473,06	6.540.298.201,84
Transferências da União	603.356.694,01	474.680.495,07	-	1.078.037.189,08
Transferências dos Estados	248.646.911,73	-	-	248.646.911,73
Transferências dos Municípios	-	-	-	-
Transferências de Convênios	1.926.567.419,60	2.447.444.360,19	24.638.881,72	4.398.650.661,51
Outras	71.814.512,49	736.666.335,69	6.482.591,34	814.963.439,52
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	219.929.074,51	411.920.624,15	78.125.165.742,87	78.757.015.441,53
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	41.454.520.939,83	41.454.520.939,83
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	30.903.751.933,30	30.903.751.933,30
Outras	219.929.074,51	411.920.624,15	5.766.892.869,74	6.398.742.568,40
TOTAL	86.411.336.348,75	181.813.982.615,09	721.922.609.677,47	990.147.928.641,31

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2002

	R\$			
DESPESA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	71.336.288.273,12	164.560.309.914,16	339.072.729.009,15	574.969.327.196,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.113.717.288,26	87.662.739.033,97	75.029.037.158,24	198.805.493.480,47
Transferências	10.159.401,64	140.670.306,98	3.454.119.626,54	3.604.949.335,16
Aplicações Diretas	36.103.557.886,62	87.522.068.726,99	71.574.917.531,70	195.200.544.145,31
Ativo Civil	25.516.749.480,06	42.190.129.121,95	23.092.840.027,57	90.799.718.629,58
Ativo Militar	38.318.376,11	7.208.057.536,63	7.295.824.892,37	14.542.200.805,11
Aposentadorias e Reformas	3.912.834.156,82	23.827.329.941,21	20.040.828.956,67	47.780.993.054,70
Pensões	589.963.236,88	5.630.141.043,01	10.376.543.764,47	16.596.648.044,36
Contratação por Tempo Determinado	924.013.696,53	1.198.281.674,82	190.195.729,27	2.312.491.100,62
Obrigações Patronais	3.595.904.588,51	4.151.211.266,78	2.770.880.747,22	10.517.996.602,51
Terceirização de Mão-de-Obra	623.321.010,73	718.396.172,09	95.617.698,93	1.437.334.881,75
Sentenças Judiciais	129.126.701,14	598.520.402,70	3.294.234.267,79	4.021.881.371,63
Despesas de Exercícios Anteriores	214.147.798,87	1.439.316.971,92	3.984.352.370,44	5.637.817.141,23
Outras Despesas de Pessoal ¹	559.178.840,97	560.684.595,88	433.599.076,97	1.553.462.513,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.790.301.175,35	9.873.146.585,02	55.260.683.322,12	66.924.131.082,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.432.269.809,51	67.024.424.295,17	208.783.008.528,79	309.239.702.633,47
Transferências à União	167.061.869,82	786.665.503,06	-	953.727.372,88
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	391.380.520,79	13.265.714,47	36.888.956.937,97	37.293.603.173,23
Transferências a Municípios	118.511.151,44	29.515.357.759,65	36.676.265.165,12	66.310.134.076,21
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	974.358.294,40	1.885.820.751,41	1.452.908.084,73	4.313.087.130,54
Outras Transferências	282.763.340,36	1.472.865.340,11	1.049.717.153,44	2.805.345.833,91
Aplicações Diretas	31.498.194.632,70	33.350.449.226,47	132.715.161.187,53	197.563.805.046,70
Aposentadorias e Reformas	111.436.725,74	8.762.001,79	57.475.700.337,65	57.595.899.065,18
Pensões	26.625.445,59	829.740.764,56	20.661.103.264,18	21.517.469.474,33
Benefícios Previdenciários ²	329.152.379,88	390.606.497,29	20.164.368.695,62	20.884.127.572,79
Outras Despesas	31.030.980.081,49	32.121.339.962,83	34.413.988.890,08	97.566.308.934,40
Material de Consumo	6.359.238.246,94	4.479.933.357,99	3.350.108.054,30	14.189.279.659,23
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.202.041.216,59	1.242.639.523,86	734.182.089,77	4.178.862.830,22
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.290.869.225,81	17.962.400.031,03	14.293.443.890,49	49.546.713.147,33
Demais Despesas ³	5.178.831.392,15	8.436.367.049,95	16.036.254.855,52	29.651.453.297,62
DESPESAS DE CAPITAL	12.370.074.265,86	25.453.069.357,55	335.855.360.885,68	373.678.504.509,09
INVESTIMENTOS	10.297.841.205,04	13.666.829.639,36	10.126.830.836,63	34.091.501.681,03
Obras e Instalações	-	8.160.636.731,66	3.434.579.860,61	11.595.216.592,27
Equipamentos e Material Permanente	-	1.983.535.756,40	2.015.478.788,27	3.999.014.544,67
Outros Investimentos	10.297.841.205,04	3.522.657.151,30	4.676.772.187,75	18.497.270.544,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	535.957.733,01	5.190.455.291,37	20.936.187.952,08	26.662.600.976,46
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	-	3.122.602.623,88	750.554.281,55	3.873.156.905,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	1.577.574.241,89	19.559.494.430,67	21.137.068.672,56
Outras Inversões Financeiras	535.957.733,01	490.278.425,60	626.139.239,86	1.652.375.398,47
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.536.275.327,81	6.595.784.426,82	304.792.342.096,97	312.924.401.851,60
Refinanciamento	-	264.394.905,72	235.831.063.144,63	236.095.458.050,35
Amortização	1.536.275.327,81	6.331.389.521,10	68.961.278.952,34	76.828.943.801,25
TOTAL	83.706.362.538,98	190.013.379.271,71	674.928.089.894,83	948.647.831.705,52
SUPERÁVIT/DÉFICIT	2.704.973.809,77	(8.199.396.656,62)	46.994.519.782,64	41.500.096.935,79

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

¹ Compõem "Outras Despesas de Pessoal": Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência, Salário-Família, Indenizações e Resituições Trabalhistas, Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado, Depósitos Compulsórios, Indenizações Trabalhistas e A Definir.

² Compõem "Benefícios Previdenciários": Outros Benefícios Previdenciários, Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso, Outros Benefícios Assistenciais e Outros Benefícios de Natureza Social.

³ Compõem "Demais Despesas": Locação de Mão-de-Obra, Auxílio Financeiro a Estudantes, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Equalização de Preços e Taxas, Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, Indenizações e Restituições, Diárias - Civil, Diárias - Militar, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Passagens e Despesas com Locomoção, Obrigações Tributárias e Contributivas, Material de Distribuição Gratuita, A Definir e outras.

Notas:

- O título deste demonstrativo foi alterado por não se adequar rigorosamente ao conceito de Balanço Orçamentário.
- Este demonstrativo equivale ao Balanço Orçamentário das Consolidações das Contas Públicas de exercícios anteriores.

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2002

				RS
FUNÇÃO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
Administração	11.305.807.438,18	11.035.384.135,67	8.228.736.910,27	30.569.928.484,12
Agricultura	773.326.875,90	1.947.522.498,26	5.500.405.861,37	8.221.255.235,53
Assistência Social	2.423.808.070,28	4.009.405.244,27	6.513.151.120,19	12.946.364.434,74
Ciência e Tecnologia	20.647.380,00	756.872.579,99	1.506.710.314,42	2.284.230.274,41
Comércio e Serviços	371.561.624,80	1.374.296.495,34	1.830.527.022,86	3.576.385.143,00
Comunicações	120.522.111,86	2.976.937.638,41	566.380.347,71	3.663.840.097,98
Cultura	872.760.091,86	1.309.694.169,67	239.527.227,62	2.421.981.489,15
Defesa Nacional	17.682.176,75	4.911.091.880,92	12.616.520.363,17	17.545.294.420,84
Desporto e Lazer	802.270.378,34	183.156.926,32	264.676.713,63	1.250.104.018,29
Direitos da Cidadania	38.660.593,74	868.589.157,42	411.265.028,18	1.318.514.779,34
Educação	19.812.078.968,97	23.201.557.633,55	13.222.748.096,49	56.236.384.699,01
Encargos Especiais	3.999.244.355,99	35.355.060.387,12	434.925.856.444,37	474.280.161.187,48
Energia	292.568.561,34	236.812.710,29	7.819.223.728,92	8.348.605.000,55
Essencial à Justiça	80.864.732,03	1.985.708.966,33	1.043.701.170,33	3.110.274.868,69
Gestão Ambiental	688.017.323,56	1.437.783.938,34	1.264.880.952,30	3.390.682.214,20
Habituação	907.589.254,90	417.112.609,54	127.168.629,88	1.451.870.494,32
Indústria	154.865.468,53	1.481.841.665,04	417.508.350,18	2.054.215.483,75
Judiciária	264.777.182,43	9.909.688.507,09	8.186.935.072,25	18.361.400.761,77
Legislativa	2.728.777.438,61	4.254.346.101,66	2.474.354.441,46	9.457.477.981,73
Organização Agrária	4.651.231,81	111.864.893,68	1.380.607.307,39	1.497.123.432,88
Previdência Social	4.387.486.039,87	18.076.273.586,40	123.218.090.688,02	145.681.850.314,29
Relações Exteriores	7.978.890,25	378.234.767,89	1.328.092.746,04	1.714.306.404,18
Saneamento	2.707.629.068,20	3.024.639.963,07	97.142.780,04	5.829.411.811,31
Saúde	17.077.340.516,46	12.440.551.177,26	25.434.639.563,64	54.952.531.257,36
Segurança Pública	557.440.693,63	13.698.134.084,04	2.202.448.059,10	16.458.022.836,77
Trabalho	364.918.466,58	12.024.150.340,84	8.477.770.625,47	20.866.839.432,89
Transporte	2.814.499.811,63	20.808.724.065,61	5.142.470.616,37	28.765.694.493,61
Urbanismo	10.108.587.792,48	1.797.943.147,69	486.549.713,16	12.393.080.653,33
TOTAL	83.706.362.538,98	190.013.379.271,71	674.928.089.894,83	948.647.831.705,52

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

PORTARIA Nº 307, DE 29 DE JUNHO DE 2004

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, SUBSTITUTO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF/GM nº 71, de 8 de abril de 1996, e;

Considerando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do artigo 4º do Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no artigo 5º do Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI, do artigo 8º, do Anexo I do Decreto nº 3.782, de 5 de abril de 2001 e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001;

Considerando ainda o disposto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º A consolidação ora divulgada representa as contas de 26 Estados da Federação, do Distrito Federal e de 84,8% dos Municípios.

§ 1º As contas do Distrito Federal estão incluídas na coluna "Estados".

§ 2º A relação dos Municípios que encaminharam suas contas ao Poder Executivo da União, no prazo legal, pode ser conhecida por meio da Portaria STN nº 278, de 31 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2004 e também por consulta via Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Art. 3º As contas foram consolidadas mediante compatibilização dos saldos, compilados junto às origens, nos termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 2001 entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal e de acordo com a Portaria STN nº 109, de 8 de março de 2002, alterada pela Portaria STN nº 90, de 12 de março de 2003, e pela Portaria STN nº 108, de 27 de fevereiro de 2004.

Art. 4º A presente consolidação encontra-se também disponível para consulta via Internet no endereço eletrônico mencionado no § 2º do artigo 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

R\$

ATIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
ATIVO FINANCEIRO	14.107.782.196,11	23.887.742.321,75	184.748.946.136,35	222.744.470.654,21
DISPONÍVEL	12.405.187.557,53	17.055.653.885,50	153.838.160.381,54	183.299.001.824,57
Caixa	156.039.873,74	10.865.674,29	—	166.905.548,03
Bancos c/ Movimento	6.216.960.199,73	5.182.172.421,85	133.580.722.532,25	144.979.855.153,83
Em Moeda Estrangeira	—	—	20.257.437.849,29	20.257.437.849,29
Aplicações Financeiras	6.032.187.484,06	11.862.615.789,36	—	17.894.803.273,42
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.702.594.638,58	6.832.088.436,25	30.442.534.269,87	38.977.217.344,70
Créditos a Receber	670.628.585,71	2.372.095.448,64	5.986.755.270,02	9.029.479.304,37
Limite de Saque BACEN	—	—	88.578.313,33	88.578.313,33
Recursos da União	—	—	4.979.539,90	4.979.539,90
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	399.331.679,94	573.238.782,13	1.404.060.827,09	2.376.631.289,16
Depósitos Especiais do FAT	—	—	22.097.690.081,61	22.097.690.081,61
Outros Valores Realizáveis	632.634.372,93	3.886.754.205,48	860.470.237,92	5.379.858.816,33
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	—	—	274.094.475,67	274.094.475,67
Despesas Antecipadas Financeiras	—	—	274.094.475,67	274.094.475,67
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	—	—	194.157.009,27	194.157.009,27
Créditos da União, Estados e Municípios	—	—	185.528.495,11	185.528.495,11
Depósitos a Longo Prazo	—	—	379.241,99	379.241,99
Créditos a Receber Longo Prazo	—	—	8.249.272,17	8.249.272,17
ATIVO NÃO FINANCEIRO	130.129.875.908,31	344.999.656.177,95	1.239.485.827.719,66	1.714.615.359.805,92
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	2.582.547.712,93	12.938.490.399,70	43.708.209.043,33	59.229.247.155,96
Créditos em Circulação	867.700.565,47	9.221.652.576,14	35.474.273.316,29	45.563.626.457,90
Fornecimentos a Receber	42.182.399,04	1.610.190.224,86	366.147.324,75	2.018.519.948,65
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	—	—	(25.296.947,85)	(25.296.947,85)
Créditos Parcelados	69.537.830,57	966.745.677,72	2.185.232.311,38	3.221.515.819,67
Diversos Responsáveis	198.477.209,90	632.190.450,61	3.665.280.257,54	4.495.947.918,05
Empréstimos e Financiamentos	173.922.835,06	243.569.631,62	26.828.195.638,46	27.245.688.105,14
Adiantamentos Concedidos	18.794.154,73	122.918.860,08	810.411.830,50	952.124.845,31
Recursos Vinculados	98.968.059,85	1.442.942.601,39	98.860.346,14	1.640.771.007,38
Outros Créditos em Circulação	266.451.154,18	4.210.479.770,47	1.896.263.464,58	6.373.194.389,23
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(633.077,86)	(7.384.640,61)	(350.820.909,21)	(358.838.627,68)
Bens e Valores em Circulação	1.714.847.147,46	3.716.837.823,56	8.233.935.727,04	13.665.620.698,06
Estoques	1.280.019.901,84	3.163.158.255,59	6.307.971.583,97	10.751.149.741,40
Títulos e Valores	—	—	1.814.912.553,66	1.814.912.553,66
Materiais em Trânsito	—	—	111.061.378,72	111.061.378,72
Outros Bens e Valores em Circulação	434.827.245,62	553.691.775,04	5.371,58	988.524.392,24
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	—	(12.207,07)	(15.160,89)	(27.367,96)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	126.944.397,54	170.327.388,55	9.500.015.236,68	9.797.287.022,77
Despesas Antecipadas	37.145.022,44	10.303.719,61	1.185.394,53	48.634.136,58
Valores Diferidos	12.801.730,22	148.632.438,56	—	161.434.168,78
Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	76.997.644,88	11.391.230,38	9.498.829.842,15	9.587.218.717,41
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.790.591.416,56	187.125.352.712,10	928.288.777.875,18	1.185.204.722.003,84
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	77.619.519,12	243.410.162,13	155.854.536,80	476.884.218,05
Depósitos Compulsórios	1.981.628,22	43.922.311,09	5.620.964,28	51.524.903,59
Recursos Vinculados	75.637.890,90	199.487.851,04	150.233.572,52	425.359.314,46
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	69.712.971.897,44	186.881.942.549,97	928.132.923.338,38	1.184.727.837.785,79
Dívida Ativa	63.658.208.596,31	144.082.809.543,97	337.705.168.899,32	545.446.187.039,60
Devedores - Entidades e Agentes	2.745.914.303,12	1.668.889.985,18	68.788.564.018,38	73.203.368.306,68
Empréstimos e Financiamentos	961.667.677,71	3.493.329.734,34	515.092.767.177,92	519.547.764.589,97
Créditos a Receber	2.442.925.083,51	37.646.843.449,36	6.688.186.960,57	46.777.955.493,44
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(95.743.763,21)	(9.930.162,88)	(142.827.817,73)	(248.501.743,82)
Outros Créditos	—	—	1.064.099,92	1.064.099,92
PERMANENTE	57.629.792.381,28	144.765.485.677,60	257.988.825.564,47	460.384.103.623,35
Investimentos	4.095.621.720,63	78.844.784.789,58	107.018.548.469,07	189.958.954.979,28
Participação Societária	3.130.721.781,02	74.456.683.262,34	104.182.453.481,64	181.769.858.525,00
Participação Societária em Empresas Dependentes	—	—	(2.698.516.455,47)	(2.698.516.455,47)
Participações em Fundos e Condomínios	—	—	4.776.613.374,17	4.776.613.374,17
Outros Investimentos	970.207.189,40	4.450.909.159,44	880.938.236,03	6.302.054.584,87
(-) Provisão p/ Perdas Prováveis	(5.307.249,79)	(62.807.632,20)	(122.940.167,30)	(191.055.049,29)
Imobilizado	51.523.160.764,66	65.064.135.430,51	150.893.716.776,42	267.481.012.971,59
Bens Móveis e Imóveis	48.600.318.258,84	58.792.958.671,65	152.533.930.361,16	259.927.207.291,65
Títulos, Valores e Intangíveis	3.466.428.564,91	10.719.481.610,38	36.786.884,68	14.222.697.059,97
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	(543.586.059,09)	(4.448.304.851,52)	(1.677.000.469,42)	(6.668.891.380,03)
Diferido	2.011.009.895,99	856.565.457,51	76.560.318,98	2.944.135.672,48
Despesas Diferidas	2.023.469.085,07	936.142.962,93	342.874.209,82	3.302.486.257,82
(-) Amortização Acumulada	(12.459.189,08)	(79.577.505,42)	(266.313.890,84)	(358.350.585,34)
ATIVO REAL	144.237.658.104,42	368.887.398.499,70	1.424.234.773.856,01	1.937.359.830.460,13
ATIVO COMPENSADO	44.747.959.893,05	245.525.727.650,96	936.849.227.009,28	1.227.122.914.553,29
TOTAL	188.985.617.997,47	614.413.126.150,66	2.361.084.000.865,29	3.164.482.745.013,42

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

	R\$			
PASSIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
PASSIVO FINANCEIRO				
DEPÓSITOS	15.203.241.150,12	39.790.617.402,66	41.673.268.985,54	96.667.127.538,32
Consignações	2.394.369.644,04	7.417.852.865,76	6.049.443.182,56	15.861.665.692,36
Recursos do Tesouro Nacional	1.163.849.282,50	1.975.811.499,51	283.099.233,40	3.422.760.015,41
Depósitos de Diversas Origens	—	—	320.005.739,72	320.005.739,72
Depósitos Compulsórios	1.230.520.361,54	5.442.041.366,25	5.355.265.895,88	12.027.827.623,67
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	—	—	91.072.313,56	91.072.313,56
Restos a Pagar Processados	12.808.871.506,08	32.372.764.536,90	35.622.768.125,62	80.804.404.168,60
Fornecedores - Do Exercício	8.253.253.553,57	15.273.205.605,93	9.740.328.613,72	33.266.787.773,22
Fornecedores - De Exercícios Anteriores	4.415.767.898,54	4.544.527.845,87	2.950.751.373,80	11.911.047.118,21
Convênios a Pagar	1.365.147.997,69	1.831.788.666,03	568.817.881,88	3.765.754.545,60
Contrato de Programa de Repasse a Pagar	30.416.371,60	65.099.415,54	2.243.203.872,22	2.338.719.659,36
Obrigações Vinculadas a Projetos Especiais	—	—	610.687.535,42	610.687.535,42
Precatórios de OCK a Pagar	—	—	10.389.887,25	10.389.887,25
Pessoal a Pagar - Do Exercício	—	—	34.295.782,04	34.295.782,04
Pessoal a Pagar - De Exercício Anteriores	626.280.947,96	3.905.488.349,05	699.299.853,98	5.231.069.150,99
Precatórios	71.411.598,73	1.081.579.187,77	9.980.386,27	1.162.971.172,77
Encargos Sociais a Recolher	55.761.540,89	1.154.690.075,88	281.597.068,03	1.492.048.684,80
Provisões Diversas	460.859.506,11	77.898.397,50	5.070.598,63	543.828.502,24
Obrigações Tributárias	61.444.981,89	6.413.159,38	132.459.723,23	200.317.864,50
Benefícios Diversos a Pagar	29.956.684,22	29.630.546,99	5.603.149,52	88.190.380,73
Débitos Diversos a Pagar	—	—	1.375.578.596,09	1.375.578.596,09
Termos de Parceria a Pagar	1.113.206.025,94	2.576.089.961,92	808.084.764,52	4.497.380.752,38
Restos a Pagar Não Processados	—	—	4.508.140,84	4.508.140,84
A Liquidar	3.529.207.128,79	7.536.089.722,68	23.758.944.155,55	34.824.241.007,02
Credores Diversos	3.529.207.128,79	7.536.089.722,68	23.758.944.155,55	34.824.241.007,02
Adiantamentos Recebidos	1.026.410.823,72	9.563.469.208,29	1.432.397.238,92	12.022.277.270,93
Outras Obrigações a Pagar	4.827.322,39	257.776.380,07	798.079,05	263.401.781,51
Valores em Trânsito Exigíveis	1.021.583.501,33	9.305.692.828,22	1.431.599.159,87	11.758.875.489,42
Recursos Especiais a Liberar p/ Transferência	—	—	7.816.050,29	7.816.050,29
Recursos a Liberar p/Vinculação de Pagamento	—	—	332.523.188,60	332.523.188,60
Recursos Vinculados - Entidades TCT	—	—	177.131.699,59	177.131.699,59
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	—	—	12.099.076,44	12.099.076,44
Receitas Pendentes de Realização	—	—	39.281.654,32	39.281.654,32
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	—	—	122.246.448,19	122.246.448,19
Restituições e Compensações	—	—	439.890,96	439.890,96
Outros Valores Pendentes	—	—	392.158,70	392.158,70
PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	—	—	47.732,26	47.732,26
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	—	—	617.786,40	617.786,40
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	—	—	617.786,40	617.786,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	66.965.987.635,39	411.342.461.555,30	1.347.620.288.244,58	1.825.928.737.435,27
Diferido	4.294.404.439,83	28.089.988.106,67	361.312.410.006,41	393.696.802.552,91
Provisões	21.095.384,89	148.632.438,56	459.129.626,67	628.857.450,12
Operações de Crédito - Internas	171.564.276,33	3.858.027.148,45	605.330.113,13	4.634.921.537,91
Operações de Crédito - Externas	1.870.681.285,15	12.404.774.926,55	324.603.862.528,11	338.879.318.739,81
Adiantamentos Diversos Recebidos	11.852.298,89	223.193.809,93	31.581.834.606,86	31.816.880.715,68
Outros Débitos a Pagar	83.529.921,51	53.910.204,17	62.192.689,08	199.632.814,76
Precatórios a Pagar (Anteriores a 05/05/2000)	1.711.540.410,27	1.781.195.614,49	356.948.461,18	3.849.684.485,94
Precatórios a Pagar (A Partir de 05/05/2000)	—	—	1.278.259.898,94	1.278.259.898,94
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	424.140.862,79	9.620.253.964,52	2.364.852.082,44	12.409.246.909,75
Outros Valores Pendentes	322.111.819,00	212.905.949,67	—	535.017.768,67
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	322.111.819,00	212.905.949,67	—	535.017.768,67
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	61.734.237.632,92	386.672.911.458,19	986.252.000.360,25	1.434.659.149.451,36
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	311.728.181,24	28.135.493,72	16.166.931.233,41	16.506.794.908,37
Operações de Crédito - Internas	61.422.509.451,68	386.644.775.964,47	970.085.069.126,84	1.418.152.354.542,99
Operações de Crédito - Externas	39.945.688.886,85	272.846.612.623,35	693.410.129.020,50	1.006.202.430.530,70
Obrigações Legais e Tributárias	2.613.013.617,62	17.819.582.979,18	192.331.072.756,19	212.763.669.352,99
Obrigações a Pagar	7.842.144.333,80	6.119.524.679,52	4.703.483.222,47	18.665.152.235,79
Efeitos Inflacionários s/Operações Especiais	7.468.621.522,64	23.494.948.970,85	627.411.003,55	31.590.981.497,04
Outras Exigibilidades	—	—	82.666.442,03	82.666.442,03
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.553.041.090,77	66.364.106.711,57	78.930.306.682,10	148.847.454.484,44
PASSIVO REAL	615.233.743,64	(3.633.343.959,23)	55.877.877,92	(2.962.232.337,67)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.169.228.785,51	451.133.078.957,96	1.389.293.557.230,12	1.922.595.864.973,59
Patrimônio/Capital	62.068.429.318,91	(82.245.680.458,26)	34.941.216.625,89	14.763.965.486,54
Reservas	32.115.159.577,92	(68.328.511.437,47)	(271.304.513.578,67)	(307.517.865.438,22)
Resultado Acumulado	2.714.888.340,38	15.764.049.857,34	6.867.379.147,61	25.346.317.345,33
PASSIVO COMPENSADO	27.238.381.400,61	(29.681.218.878,13)	299.378.351.056,95	296.935.513.579,43
TOTAL	44.747.959.893,05	245.525.727.650,96	936.849.227.009,28	1.227.122.914.553,29
TOTAL	188.985.617.997,47	614.413.126.150,66	2.361.084.000.865,29	3.164.482.745.013,42

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

(2/2)

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

	R\$			
RECEITA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	109.016.046.816,39	202.890.457.245,33	384.447.011.298,34	696.353.515.360,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.165.674.270,47	129.203.547.257,93	115.191.037.946,91	267.560.259.475,31
Impostos	20.412.116.163,74	125.656.033.024,15	113.120.197.195,69	259.188.346.383,58
Impostos sobre o Comércio Exterior	—	—	8.128.298.564,71	8.128.298.564,71
Imposto sobre a Importação - II	—	—	8.082.595.579,66	8.082.595.579,66
Imposto sobre a Exportação - IE	—	—	45.702.985,05	45.702.985,05
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.313.508.150,35	13.493.547.897,50	82.649.613.602,32	107.456.669.650,17
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	—	—	227.923.575,68	227.923.575,68
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.698.022.823,50	—	—	7.698.022.823,50
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR	2.108.414.014,63	4.978.158.159,41	82.421.690.026,64	89.508.262.200,68
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	—	7.643.545.505,16	—	7.643.545.505,16
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD	—	871.844.232,93	—	871.844.232,93
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" - ITBI	1.507.071.312,22	—	—	1.507.071.312,22
Impostos sobre a Produção e a Circulação	9.098.608.013,39	111.543.564.305,58	22.342.284.894,39	142.984.457.213,36
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	—	—	17.923.868.129,81	17.923.868.129,81
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	—	117.135.264.136,03	—	117.135.264.136,03
Dedução da Receita de ICMS para Formação do FUNDEF	—	(5.591.699.830,45)	—	(5.591.699.830,45)
Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio, Seguros ou Títulos - IOF	—	—	4.418.416.764,58	4.418.416.764,58
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.098.608.013,39	—	—	9.098.608.013,39
Outros Impostos	—	618.920.821,07	134,27	618.920.955,34
Taxas	2.649.552.188,41	3.547.513.535,14	2.070.840.751,22	8.267.906.474,77
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	787.728.042,13	553.045.789,61	1.656.401.610,37	2.997.175.442,11
Taxas pela Prestação de Serviços	1.861.824.146,28	2.994.467.745,53	414.439.140,85	5.270.731.032,66
Contribuições de Melhoria	104.005.918,32	698,64	—	104.006.616,96
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.734.840.597,22	11.294.824.365,65	226.062.896.643,66	241.092.561.606,53
Contribuições Sociais	2.624.609.293,55	10.579.672.515,25	204.864.960.486,55	218.069.242.295,35
Contribuições Econômicas	1.110.231.303,67	715.151.850,40	21.197.936.157,11	23.023.319.311,18
RECEITA PATRIMONIAL	2.998.862.678,19	6.026.530.795,80	12.506.640.015,99	21.532.033.489,98
Receitas Imobiliárias	137.040.182,17	158.788.851,61	251.416.989,28	547.246.023,06
Receitas de Valores Mobiliários	2.446.932.224,21	5.003.658.362,07	11.813.038.682,75	19.263.629.269,03
Receita de Concessões e Permissões	81.496.595,39	294.281.563,34	397.782.607,47	773.560.766,20
Outras Receitas Patrimoniais	333.393.676,42	569.802.018,78	44.401.736,49	947.597.431,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.446.522,78	14.653.989,94	20.417.927,21	43.518.439,93
RECEITA INDUSTRIAL	311.090.708,86	315.420.426,42	345.700.386,68	972.211.521,96
RECEITA DE SERVIÇOS	3.387.576.993,46	5.337.612.963,40	19.829.418.407,64	28.554.608.364,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.515.108.675,19	40.059.826.193,63	244.971.772,89	109.819.906.641,71
Transferências Intergovernamentais	68.119.079.493,89	38.352.167.605,68	444.838,23	106.471.691.937,80
Transferências da União	28.268.489.933,90	31.830.357.231,13	—	60.098.847.165,03
Participação na Receita da União	17.129.823.588,95	23.661.620.917,17	—	40.791.444.506,12
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do DF - FPE	—	21.725.006.284,68	—	21.725.006.284,68
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPE	—	(2.322.560.595,50)	—	(2.322.560.595,50)
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	19.737.238.985,87	48.715.867,86	—	19.785.954.853,73
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPM	(2.787.062.787,84)	—	—	(2.787.062.787,84)
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	174.191.458,98	—	—	174.191.458,98
Cota-Parte do IPI - Exportação	—	1.772.054.565,34	—	1.772.054.565,34
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	—	(128.334.047,62)	—	(128.334.047,62)
Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	—	2.561.775.906,92	—	2.561.775.906,92
Cota-Parte do IOF - Ouro	5.455.931,94	4.962.935,49	—	10.418.867,43
Outras Transferências da União	2.020.386.113,00	5.223.382.971,59	—	7.243.769.084,59
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96	901.671.325,82	2.703.520.320,26	—	3.605.191.646,08
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - LC nº 87/96	(149.001.310,24)	(182.319.451,36)	—	(331.320.761,60)
Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM	179.074.705,86	(11.740.401,41)	—	167.334.304,45
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	250.529.631,30	23.721.831,13	—	274.251.462,43
Demais Transferências da União	838.111.760,26	2.690.200.672,97	—	3.528.312.433,23
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	7.745.866.228,07	2.645.731.197,93	—	10.391.597.426,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass. Social - FNAS	766.480.773,66	15.992.245,86	—	782.473.019,52
Transferências de Recursos do Fundo Nacional Des. Educação - FNDE	605.933.230,22	283.629.898,58	—	889.563.128,80
Transferências dos Estados	28.520.907.872,29	22.815.165,66	—	28.543.723.037,95
Participação na Receita dos Estados	28.069.578.705,06	—	—	28.069.578.705,06
Cota-Parte do ICMS	27.050.310.232,14	—	—	27.050.310.232,14
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - ICMS	(3.709.212.646,10)	—	—	(3.709.212.646,10)
Cota-Parte do IPVA	3.609.969.062,36	—	—	3.609.969.062,36
Cota-Parte do IPI - Exportação	406.835.132,20	—	—	406.835.132,20
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	(55.148.514,88)	—	—	(55.148.514,88)
Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	547.296.406,48	—	—	547.296.406,48
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	219.529.032,86	—	—	219.529.032,86
Outras Transferências dos Estados	451.329.167,23	—	—	451.329.167,23
Transferências dos Municípios	138.543.847,08	11.144.510,11	444.838,23	150.133.195,42
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	69.595.858,45	—	—	69.595.858,45
Outras Transferências dos Municípios	68.947.988,63	—	444.838,23	69.392.826,86
Transferências Multigovernamentais	11.191.137.840,62	6.487.850.698,78	—	17.678.988.539,40
Transferências de Recursos do FUNDEF	9.912.393.619,43	6.120.505.867,22	—	16.032.899.486,65
Transferências de Recursos da Complementação do FUNDEF	1.278.744.221,19	367.344.831,56	—	1.646.089.052,75
Transferências de Instituições Privadas	45.724.341,10	115.317.838,25	34.733.710,31	195.775.889,66
Transferências do Exterior	3.185.308,36	3.974.907,91	581.283,65	7.741.499,92
Transferências de Pessoas	42.316.552,40	3.377.726,23	260.235,47	45.954.514,10
Transferências de Convênios	1.304.802.979,44	1.584.988.115,56	201.657.982,98	3.091.449.077,98
Transferência de Convênios da União e suas Entidades	766.449.899,57	1.384.693.113,91	7.363.759,33	2.158.506.772,81
Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades	500.832.245,01	141.418.722,89	21.133.211,83	663.384.179,73
Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	14.841.876,86	26.595.699,20	172.140.730,60	213.578.306,66
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	22.678.958,00	32.280.579,56	1.020.281,22	55.979.818,78
Transferências para o Combate à Fome	—	—	7.293.722,25	7.293.722,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.894.446.370,22	10.638.041.252,56	10.245.928.197,36	26.778.415.820,14
Multas e Juros de Mora	1.619.131.072,23	2.224.884.333,82	5.495.986.426,47	9.340.001.832,52
Indenizações e Restituições	953.144.397,34	4.276.235.831,10	1.718.553.511,25	6.947.933.739,69
Receita da Dívida Ativa	2.084.922.501,05	1.136.193.261,47	844.403.549,14	4.065.519.311,66
Receitas Correntes Diversas	1.237.248.399,60	3.000.727.826,17	2.186.984.710,50	6.424.960.936,27

Continua (1/3)

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

R\$				
DESPESA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS DE CAPITAL	3.051.310.584,11	6.387.533.530,56	534.083.273.756,56	543.522.117.871,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	838.553.805,00	2.597.728.487,15	470.890.532.862,75	474.326.815.154,90
Operações de Crédito Internas	641.190.923,60	361.602.391,98	453.360.733.686,03	454.363.527.001,61
Operações de Crédito Externas	197.362.881,40	2.236.126.095,17	17.529.799.176,72	19.963.288.153,29
ALIENAÇÃO DE BENS	197.186.900,74	938.964.541,34	2.116.164.915,78	3.252.316.357,86
Alienação de Bens Móveis	72.939.793,11	892.800.677,23	2.053.617.532,87	3.019.358.003,21
Alienação de Bens Imóveis	124.247.107,63	46.163.864,11	62.547.382,91	232.958.354,65
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	96.658.645,57	608.324.908,12	13.011.863.122,53	13.716.846.676,22
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.541.591.328,66	2.100.374.259,52	41.116.619,12	3.683.082.207,30
Transferências Intergovernamentais	378.077.238,26	405.902.009,03	—	783.979.247,29
Transferências da União	263.520.132,43	245.566.699,03	—	509.086.831,46
Transferências dos Estados	113.103.979,03	160.335.310,00	—	273.439.289,03
Transferências dos Municípios	1.453.126,80	—	—	1.453.126,80
Transferências de Instituições Privadas	15.229.219,81	101.824.251,05	28.530,84	117.082.001,70
Transferências do Exterior	2.582.002,13	8.471.420,97	4.258.434,21	15.311.857,31
Transferências de Pessoas	365.455,36	51.787,94	19.383,50	436.626,80
Transferência de Outras Instituições Públicas	9.766.937,64	15.003.072,68	3.758.014,50	28.528.024,82
Transferências de Convênios	1.135.570.475,46	1.569.121.717,85	33.052.256,07	2.737.744.449,38
Transferência de Convênios da União e suas Entidades	659.490.617,39	1.288.055.913,70	30.237.354,97	1.977.783.886,06
Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades	434.216.048,54	271.711.594,25	2.475.079,05	708.402.721,84
Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	18.536.347,17	6.593.809,09	326.722,05	25.456.878,31
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	23.327.462,36	2.760.400,81	13.100,00	26.100.963,17
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	377.319.904,14	142.141.334,43	48.023.596.236,38	48.543.057.474,95
Resultado do Banco Central do Brasil	—	—	25.288.602.442,17	25.288.602.442,17
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	—	—	22.601.521.126,61	22.601.521.126,61
Demais Receitas de Capital	—	—	133.472.667,60	133.472.667,60
TOTAL	112.067.357.400,50	209.277.990.775,89	918.530.285.054,90	1.239.875.633.231,29

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (2/3)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

	R\$			
DESPESA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	98.761.791.516,27	188.828.775.654,01	383.919.189.042,57	671.509.756.212,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.285.864.899,61	97.901.624.480,04	78.974.749.646,26	227.162.239.025,91
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8.005.927,29	145.318.308,98	484.158.443,53	637.482.679,80
Transferências ao Exterior	91.363,85	—	—	91.363,85
Aplicações Diretas	50.277.767.608,47	97.756.306.171,06	78.490.591.202,73	226.524.664.982,26
Aposentadorias e Reformas	4.802.173.819,90	26.010.322.000,25	22.270.661.532,25	53.083.157.352,40
Pensões	787.680.212,38	6.589.467.805,28	11.281.369.637,50	18.658.517.655,16
Contratação por Tempo Determinado	1.812.748.218,32	1.559.269.093,84	231.059.267,34	3.603.076.579,50
Pessoal Civil	35.592.291.798,89	47.473.648.577,97	26.373.209.683,04	109.439.150.059,90
Pessoal Militar	66.099.659,08	7.842.542.290,15	7.744.446.551,42	15.653.088.500,65
Obrigações Patronais	5.383.412.539,50	5.109.399.139,34	3.054.215.450,28	13.547.027.129,12
Contratos Terceirização	981.578.307,62	655.705.990,33	60.640.438,25	1.697.924.736,20
Sentenças Judiciais	207.251.863,45	462.923.562,57	3.353.840.890,53	4.024.016.316,55
Despesas de Exercícios Anteriores	278.899.741,90	1.139.156.401,69	3.719.790.138,46	5.137.846.282,05
Outras Despesas de Pessoal ¹	365.631.447,43	913.871.309,64	401.357.613,66	1.680.860.370,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.169.512.416,82	11.511.710.976,64	65.706.834.037,86	79.388.057.431,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.306.414.199,84	79.415.440.197,33	239.237.605.358,45	364.959.459.755,62
Transferências à União	72.332.246,59	1.293.590.175,71	2.700.000,00	1.368.622.422,30
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	231.017.034,92	34.605.866,34	39.912.441.933,29	40.178.064.834,55
Transferências a Municípios	326.194.439,23	33.339.816.031,25	40.282.314.750,63	73.948.325.221,11
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	1.701.908.496,01	2.018.371.748,15	1.606.062.936,30	5.326.343.180,46
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	53.759.953,05	30.655.293,06	4.908.139,40	89.323.385,51
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	191.556.119,88	2.873.272.632,85	2.908.600,00	3.067.737.352,73
Transferências ao Exterior	4.558.649,23	25.928.663,56	913.263.293,36	943.750.606,15
Aplicações Diretas	43.725.087.260,93	39.799.199.786,41	156.513.005.705,47	240.037.292.752,81
Aposentadorias e Reformas	162.052.811,79	36.345.104,52	68.958.160.123,47	69.156.558.039,78
Pensões	44.017.156,42	880.087.274,07	25.088.192.628,53	26.012.297.059,02
Benefícios Previdenciários ²	231.742.162,83	508.319.476,83	27.599.082.540,30	28.339.144.179,96
Material de Consumo	9.851.783.204,65	5.909.161.674,63	3.598.043.788,12	19.358.988.667,40
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.233.203.091,70	1.533.005.293,65	664.045.647,35	5.430.254.032,70
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23.542.440.641,21	17.515.977.846,63	12.581.619.848,39	53.640.038.336,23
Indenizações e Restituições	195.862.762,65	948.312.565,07	3.066.944.476,06	4.211.119.803,78
Demais Despesas ³	6.463.985.429,68	12.467.990.551,01	14.956.916.653,25	33.888.892.633,94
DESPESAS DE CAPITAL	14.402.230.894,98	22.616.321.781,75	492.537.463.266,35	529.556.015.943,08
INVESTIMENTOS	11.618.521.941,56	11.603.451.320,15	6.452.131.384,70	29.674.104.646,41
Transferências à União	—	12.955.615,50	—	12.955.615,50
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	—	111.944.352,12	1.215.619.167,13	1.327.563.519,25
Transferências a Municípios	—	643.354.290,82	1.477.163.956,78	2.120.518.247,60
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	—	411.411.289,12	260.774.016,48	672.185.305,60
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	—	14.970.630,42	—	14.970.630,42
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	—	6.784.973,13	108.000,00	6.892.973,13
Transferências ao Exterior	—	10.117.256,38	108.568.115,19	118.685.371,57
Aplicações Diretas	—	10.391.912.912,66	3.389.898.129,12	13.781.811.041,78
Material de Consumo	—	36.354.503,25	207.091.633,48	243.446.136,73
Obras e Instalações	—	6.505.261.313,60	1.741.333.178,19	8.246.654.491,79
Equipamentos e Material Permanente	—	2.212.133.428,39	1.243.996.391,24	3.456.129.819,63
Outros Investimentos ⁴	—	1.638.163.667,42	197.416.926,21	1.835.580.593,63
INVERSOES FINANCEIRAS	712.467.873,57	3.251.243.888,94	23.440.686.592,49	27.404.398.355,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	—	7.477.102,00	1.160.962,00	8.638.064,00
Transferências a Municípios	—	2.904.399,50	—	2.904.399,50
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	—	160.938.290,32	—	160.938.290,32
Transferências ao Exterior	—	2.802,00	—	2.802,00
Aplicações Diretas	—	3.079.921.295,12	23.439.525.630,49	26.519.446.925,61
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	—	1.349.257.423,65	409.476.278,90	1.758.733.702,55
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	—	1.432.197.450,19	21.753.343.197,71	23.185.540.647,90
Outras Inversões Financeiras ⁵	—	298.466.421,28	1.276.706.153,88	1.575.172.575,16
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	2.071.241.079,85	7.761.626.572,66	462.644.645.289,16	472.477.512.941,67
Aplicações Diretas	—	7.761.626.572,66	462.644.645.289,16	470.406.271.861,82
Amortização	—	6.281.624.482,56	79.550.917.740,76	85.832.542.223,32
Refinanciamento	—	1.480.002.090,10	383.093.727.548,40	384.573.729.638,50
TOTAL	113.164.022.411,25	211.445.097.435,76	876.456.652.308,92	1.201.065.772.155,93
SUPERÁVIT/DÉFICIT	(1.096.665.010,75)	(2.167.106.659,87)	42.073.632.745,98	38.809.861.075,36

(3/3)

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

¹ Compõem "Outras Despesas de Pessoal": Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência, Outros Benefícios Assistenciais, Salário-Família, Depósitos Compulsórios, Indenizações Trabalhistas, e Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

² Compõem "Benefícios Previdenciários": Outros Benefícios Previdenciários, Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso, Outros Benefícios Assistenciais, Salário-Família, e Outros Benefícios de Natureza Social.

³ Compõem "Demais Despesas": Contratação por Tempo Determinado, Diárias-Civil, Diárias-Militar, Auxílio Financeiro a Estudantes, Auxílio-Fardamento, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Honra de Avais, Material de Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Consultoria, Locação de Mão-de-Obra, Arrendamento Mercantil, Equalização de Preços e Taxas, Auxílio-Alimentação, Obrigações Tributárias e Contributivas, Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física, Auxílio-Transporte, Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, e Indenização pela Execução Trabalhos de Campo.

⁴ Compõem "Outros Investimentos": Contratação por Tempo Determinado, Diárias-Civil, Diárias-Militar, Outras Despesas Variáveis-Militar, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Consultoria, Outros Serviços de Terceiros-P. Física, Locação de Mão-de-Obra, Aquisição de Imóveis, Despesas de Exercícios Anteriores, Indenizações e Restituições.

⁵ Compõem "Outras Inversões Financeiras": Aquisição de Imóveis, Aquisição de Bens para Revenda, Sentenças Judiciais, e Despesas de Exercícios Anteriores.

Notas:

- O título deste demonstrativo foi alterado por não se adequar rigorosamente ao conceito de Balanço Orçamentário.

- Este demonstrativo equivale ao Balanço Orçamentário das Consolidações das Contas Públicas de exercícios anteriores.

- Não há maior detalhamento das Despesas de Capital dos Municípios porque a Portaria STN nº 108/2004 exige as informações até esse nível para esses entes da Federação.

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2003

R\$				
FUNÇÃO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
Administração	16.006.668.484,91	11.173.369.835,16	7.362.507.102,21	34.542.545.422,28
Agricultura	934.415.915,72	2.349.234.195,00	6.505.710.580,63	9.789.360.691,35
Assistência Social	3.530.819.616,56	2.159.212.135,11	8.416.353.100,74	14.106.384.852,41
Ciência e Tecnologia	26.647.310,97	958.060.324,44	1.993.196.405,88	2.977.904.041,29
Comércio e Serviços	513.693.712,63	1.207.459.282,38	2.066.541.570,51	3.787.694.565,52
Comunicações	168.356.782,30	162.264.754,16	641.494.865,86	972.116.402,32
Cultura	1.157.172.224,86	746.850.567,87	231.342.791,48	2.135.365.584,21
Defesa Nacional	41.834.024,33	0,00	11.570.137.294,67	11.611.971.319,00
Desporto e Lazer	1.049.438.112,47	194.810.289,75	159.851.493,18	1.404.099.895,40
Direitos da Cidadania	53.133.079,05	1.784.885.759,35	394.444.982,32	2.232.463.820,72
Educação	27.689.006.725,26	38.885.306.708,28	14.224.269.573,99	80.798.583.007,53
Encargos Especiais	5.259.017.026,75	58.531.982.180,21	614.092.503.302,14	677.883.502.509,10
Energia	383.020.377,62	483.085.637,68	3.905.492.855,62	4.771.598.870,92
Essencial à Justiça	89.861.421,79	2.413.535.403,18	1.356.059.635,89	3.859.456.460,86
Gestão Ambiental	888.266.212,04	1.751.876.367,58	947.749.416,95	3.587.891.996,57
Habitação	945.628.323,86	567.977.292,40	122.255.250,81	1.635.860.867,07
Indústria	175.616.787,05	1.025.024.908,76	439.331.015,20	1.639.972.711,01
Judiciária	317.812.175,35	12.680.149.112,49	8.359.812.944,27	21.357.774.232,11
Legislativa	3.842.531.772,08	5.003.513.994,56	3.075.018.192,01	11.921.063.958,65
Organização Agrária	3.861.723,32	99.439.579,77	1.429.517.261,28	1.532.818.564,37
Previdência Social	5.231.104.090,07	18.091.287.958,65	145.477.548.884,27	168.799.940.932,99
Relações Exteriores	9.957.138,20	207.808,31	1.164.074.394,72	1.174.239.341,23
Saneamento	3.177.081.231,33	2.175.256.586,02	58.683.469,65	5.411.021.287,00
Saúde	23.982.049.541,21	19.852.794.672,94	27.171.848.048,14	71.006.692.262,29
Segurança Pública	718.133.506,00	19.505.622.914,82	2.405.123.126,22	22.628.879.547,04
Trabalho	375.176.457,59	530.416.787,63	9.494.835.293,25	10.400.428.538,47
Transporte	3.577.596.589,41	7.739.633.101,52	3.048.096.911,22	14.365.326.602,15
Urbanismo	13.016.122.048,52	1.371.839.277,74	342.852.545,81	14.730.813.872,07
TOTAL	113.164.022.411,25	211.445.097.435,76	876.456.652.308,92	1.201.065.772.155,93

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM



PORTARIA Nº 458, DE 29 DE JUNHO DE 2005

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, SUBSTITUTO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 71, de 8 de abril de 1996, do MF, e;

Considerando o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do art. 4º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 5º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 5.136, de 7 de julho de 2004, e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;

Considerando ainda o disposto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004.

Art. 2º A consolidação ora divulgada representa as contas dos 26 Estados da Federação, do Distrito Federal e de 65,2% dos Municípios.

§ 1º As contas do Distrito Federal estão incluídas na coluna "Estados".

§ 2º A relação dos Municípios que encaminharam suas contas ao Poder Executivo da União, no prazo legal, pode ser conhecida por meio da Portaria nº 416, de 7 de junho de 2005, da STN.

Art. 3º As contas foram consolidadas mediante compatibilização dos saldos, compilados junto às origens, nos termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 2001 entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal, e de acordo com a Portaria nº 109, de 8 de março de 2002, da STN, alterada pela Portaria nº 113, de 23 de fevereiro de 2005, da STN.

Art. 4º A presente consolidação encontra-se disponível para consulta via Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

	R\$			
ATIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
ATIVO FINANCEIRO	14.037.174.074,16	36.758.559.510,58	215.684.771.826,66	266.480.505.411,40
DISPONÍVEL	11.983.783.041,13	23.875.942.953,95	177.114.841.295,29	212.974.567.290,37
Caixa	89.559.744,00	13.464.710,01	-	103.024.454,01
Bancos Conta Movimento	5.672.039.375,61	6.434.628.431,18	171.455.752.464,72	183.562.420.271,51
Em Moeda Estrangeira	-	-	5.659.088.830,57	5.659.088.830,57
Aplicações Financeiras	6.222.183.921,52	17.427.849.812,76	-	23.650.033.734,28
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.867.666.014,46	8.303.737.690,05	38.461.991.402,39	48.633.395.106,90
Créditos a Receber	915.427.112,64	6.622.777.337,43	6.417.273.721,52	13.955.478.171,59
Créditos para Pagamento de Despesas de Terceiros	-	-	126.114,16	126.114,16
Limite de Saque BACEN	-	-	219.271.759,95	219.271.759,95
Recursos da União	-	-	5.679.566,67	5.679.566,67
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	123.700.526,08	792.056.071,45	4.331.210.166,62	5.246.966.764,15
Depósitos Especiais do FAT	-	-	27.364.555.604,43	27.364.555.604,43
Outros Valores Realizáveis	828.538.375,74	888.904.281,17	123.874.469,04	1.841.317.125,95
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.253.770,90	908.391.927,78	566.159,48	952.211.858,16
Despesas Antecipadas Financeiras	-	-	566.159,48	566.159,48
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	142.471.247,67	3.670.486.938,80	107.372.969,50	3.920.331.155,97
Créditos da União, Estados e Municípios	-	-	105.360.198,51	105.360.198,51
Depósitos a Longo Prazo	-	-	994.163,50	994.163,50
Créditos a Receber Longo Prazo	-	-	1.018.607,49	1.018.607,49
ATIVO NÃO FINANCEIRO	131.890.701.320,01	357.109.021.477,80	1.364.991.835.370,81	1.853.991.558.168,62
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	1.783.483.958,22	13.783.137.574,53	61.300.581.518,75	76.867.203.051,50
Créditos em Circulação	677.211.558,26	6.963.986.468,38	50.374.299.045,50	58.015.497.072,14
Fornecimentos a Receber	61.608.889,93	1.637.659.384,02	491.746.730,21	2.191.015.004,16
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	(13.875.280,37)	(13.875.280,37)
Créditos Parcelados	8.220.151,27	1.687.236.835,34	3.794.517.270,16	5.489.974.256,77
Diversos Responsáveis	231.467.865,55	539.352.901,03	4.264.624.519,01	5.035.445.285,59
Empréstimos e Financiamentos	20.423.914,79	514.347.134,11	40.259.085.570,73	40.793.856.619,63
Adiantamentos Concedidos	18.559.785,09	28.652.038,93	1.201.146.157,36	1.248.357.981,38
Recursos Vinculados	149.338.835,96	61.972.686,00	10.543.652,72	221.855.174,68
Outros Créditos em Circulação	188.227.485,44	2.505.111.280,12	717.331.334,89	3.410.670.100,45
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(635.369,77)	(10.345.791,17)	(350.820.909,21)	(361.802.070,15)
Bens e Valores em Circulação	1.106.272.399,96	6.819.151.106,15	10.926.282.473,25	18.851.705.979,36
Estoques	811.111.385,74	4.276.123.107,97	7.326.540.393,41	12.413.774.887,12
Títulos e Valores	-	-	3.475.154.843,31	3.475.154.843,31
Materiais em Trânsito	-	-	124.581.864,95	124.581.864,95
Outros Bens e Valores em Circulação	295.240.091,01	2.543.027.998,18	5.371,58	2.838.273.460,77
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(79.076,79)	-	-	(79.076,79)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	319.943.041,32	25.165.542,73	8.214.597.111,20	8.559.705.695,25
Despesas Antecipadas	21.803.988,89	1.347.685,77	1.860.460,19	25.012.134,85
Valores Diferidos	27.171.911,81	141.294,93	-	27.313.206,74
Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	270.967.140,62	23.676.562,03	8.212.736.651,01	8.507.380.353,66
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	65.633.592.605,06	200.251.942.191,54	1.028.422.511.976,62	1.294.308.046.773,22
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	95.720.503,12	635.593.187,53	200.710.481,14	932.024.171,79
Depósitos Compulsórios	7.516.185,62	206.721.989,62	2.925.364,57	217.163.539,81
Recursos Vinculados	88.204.317,50	428.871.197,91	197.785.116,57	714.860.631,98
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	65.537.872.101,94	199.616.349.004,01	1.028.221.801.495,48	1.293.376.022.601,43
Dívida Ativa	61.896.222.240,95	163.945.139.313,52	375.793.591.322,57	601.634.952.877,04
Devedores - Entidades e Agentes	956.435.875,23	2.441.216,17	73.411.307.731,00	74.370.184.822,40
Empréstimos e Financiamentos	1.208.846.959,65	3.403.106.633,53	551.006.201.521,24	555.618.155.114,42
Créditos a Receber	1.565.198.678,68	43.586.656.467,16	29.172.387.569,75	74.324.242.715,59
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(88.831.652,57)	(11.320.994.626,37)	(1.162.754.093,95)	(12.572.580.372,89)
Outros Créditos	-	-	1.067.444,87	1.067.444,87
PERMANENTE	64.153.681.715,41	143.048.776.169,00	267.054.144.764,24	474.256.602.648,65
Investimentos	7.391.072.519,79	76.043.316.142,81	111.822.465.174,92	195.256.853.837,52
Participação Societária	3.699.246.327,31	72.786.130.775,63	106.234.966.709,49	182.720.343.812,43
Participações em Fundos e Condomínios	-	-	4.896.120.933,05	4.896.120.933,05
Outros Investimentos	3.697.159.273,00	3.721.346.725,38	801.993.184,31	8.220.499.182,69
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(5.333.080,52)	(464.161.358,20)	(110.615.651,93)	(580.110.090,65)
Imobilizado	55.105.646.531,01	66.127.713.356,66	155.161.723.939,15	276.395.083.826,82
Bens Móveis e Imóveis	50.050.868.574,02	67.761.482.054,55	156.703.004.753,89	274.515.355.382,46
Títulos, Valores e Intangíveis	5.645.878.784,68	3.675.337.186,54	38.222.021,77	9.359.437.992,99
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(591.100.827,69)	(5.309.105.884,43)	(1.579.502.836,51)	(7.479.709.548,63)
Diferido	1.656.962.664,61	877.746.669,53	69.955.650,17	2.604.664.984,31
Despesas Diferidas	1.657.009.158,81	884.965.946,89	-	2.541.975.105,70
(-) Amortização Acumulada	(46.494,20)	(7.219.277,36)	-	(7.265.771,56)
ATIVO REAL	145.927.875.394,17	393.867.580.988,38	1.580.676.607.197,47	2.120.472.063.580,02
ATIVO COMPENSADO	54.354.140.588,29	306.605.394.094,73	1.052.364.904.248,57	1.413.324.438.931,59
TOTAL	200.282.015.982,46	700.472.975.083,11	2.633.041.511.446,04	3.533.796.502.511,61

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

PASSIVO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
PASSIVO FINANCEIRO	12.186.683.548,73	44.908.224.701,88	34.055.535.660,83	91.150.443.911,44
DEPÓSITOS	2.133.123.823,08	9.271.702.991,57	9.754.814.124,89	21.159.640.939,54
Consignações	927.664.050,80	1.731.233.935,57	191.938.088,43	2.850.836.074,80
Recursos do Tesouro Nacional	-	-	484.849.404,58	484.849.404,58
Depósitos de Diversas Origens	1.205.459.772,28	7.540.469.056,00	8.986.604.611,02	17.732.533.439,30
Depósitos Compulsórios	-	-	91.422.020,86	91.422.020,86
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.998.707.765,39	26.514.787.580,62	24.274.329.185,75	60.787.824.531,76
Restos a Pagar Processados	7.225.154.661,77	16.838.982.795,99	4.895.946.069,93	28.960.083.527,69
Fornecedores - Do Exercício	3.884.940.159,59	6.118.523.952,80	1.046.606.023,50	11.050.070.135,89
Fornecedores - De Exercícios Anteriores	767.829.841,38	922.470.890,08	293.617.441,09	1.983.918.172,55
Convênios a Pagar	28.025.203,59	64.412.504,96	953.819.145,04	1.046.256.853,59
Contrato de Programa de Repasse a Pagar	-	-	190.712.256,60	190.712.256,60
Obrigações Vinculadas a Projetos Especiais	-	-	4.022.288,81	4.022.288,81
Precatórios de OCK a Pagar	-	-	4.443.384,70	4.443.384,70
Pessoal a Pagar - Do Exercício	670.617.813,41	5.691.811.801,28	591.618.752,74	6.954.048.367,43
Pessoal a Pagar - De Exercício Anteriores	29.929.269,16	19.864.863,68	29.700.538,27	79.494.671,11
Precatórios	49.764.324,04	2.390.737.229,57	106.282.028,24	2.546.783.581,85
Encargos Sociais a Recolher	634.915.701,67	221.476.310,89	4.887.700,25	861.279.712,81
Provisões Diversas	95.612.087,76	3.790.283,23	19.206.204,20	118.608.575,19
Obrigações Tributárias	35.510.556,53	53.477.200,08	26.400.023,83	115.387.780,44
Benefícios Diversos a Pagar	-	-	815.488.245,98	815.488.245,98
Débitos Diversos a Pagar	1.028.009.704,64	1.352.417.759,42	808.962.354,68	3.189.389.818,74
Termos de Parceria a Pagar	-	-	179.682,00	179.682,00
Restos a Pagar Não Processados	2.198.424.918,66	7.324.690.556,53	17.384.522.667,92	26.907.638.143,11
A Liquidar	2.198.424.918,66	7.324.690.556,53	17.384.522.667,92	26.907.638.143,11
Credores Diversos	118.788.822,85	1.727.704.260,31	1.139.989.218,57	2.986.482.301,73
Adiantamentos Recebidos	4.365.976,07	278.618.378,48	-	282.984.354,55
Outras Obrigações a Pagar	451.973.386,04	344.791.589,31	128.595.201,65	925.360.177,00
Valores em Trânsito Exigíveis	-	-	123.741.679,11	123.741.679,11
Recursos Especiais a Liberar p/ Transferência	-	-	342.222.097,54	342.222.097,54
Recursos a Liberar p/ Vinculação de Pagamento	-	-	121.922.950,60	121.922.950,60
Recursos Vinculados - Entidades TCT	-	-	46.658.840,81	46.658.840,81
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	-	-	40.705.395,61	40.705.395,61
Receitas Pendentes de Realização	-	-	47.753.485,76	47.753.485,76
Receitas Correntes Pendentes de Classificação	-	-	2.271.578,25	2.271.578,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.910.165,84	3.582.782.037,68	25.641.040,93	3.626.333.244,45
Restituições e Compensações	-	-	25.640.520,66	25.640.520,66
Outros Valores Pendentes	-	-	520,27	520,27
PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	36.941.794,42	5.538.952.092,01	751.309,26	5.576.645.195,69
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	-	751.309,26	751.309,26
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	76.417.839.353,03	492.779.912.432,81	1.451.692.912.040,71	2.020.890.663.826,55
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.303.029.848,64	20.282.022.863,53	471.608.818.154,50	497.193.870.866,67
Diferido	30.609.717,19	-	647.947.036,32	678.556.753,51
Provisões	549.581.071,39	767.758.722,75	700.116.772,80	2.017.456.566,94
Operações de Crédito - Internas	1.569.912.571,18	15.146.376.431,20	445.429.667.358,59	462.145.956.360,97
Operações de Crédito - Externas	52.529.525,23	629.828.335,61	19.479.808.555,87	20.162.166.416,71
Adiantamentos Diversos Recebidos	2.521.446,99	20.402,03	168.026.548,75	170.568.397,77
Outros Débitos a Pagar	2.337.962.992,89	2.025.918.499,82	1.732.344.394,55	6.096.225.887,26
Precatórios a Pagar (anteriores a 05/05/2000)	-	-	351.063.168,92	351.063.168,92
Precatórios a Pagar (a partir de 05/05/2000)	759.912.523,77	1.712.120.472,12	3.099.844.318,70	5.571.877.314,59
OPERAÇÕES ESPECIAIS	-	-	1.147.461.498,12	1.147.461.498,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	498.118.584,32	190.666.748,95	-	688.785.333,27
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	70.104.100.914,22	472.297.778.398,64	978.880.944.510,17	1.521.282.823.823,03
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	238.961.483,63	89.054.533,26	17.596.926.617,20	17.924.942.634,09
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	69.865.139.430,59	472.208.723.865,38	961.284.017.892,97	1.503.357.881.188,94
Operações de Crédito - Internas	44.842.207.482,34	302.404.953.161,34	695.257.076.623,35	1.042.504.237.267,03
Operações de Crédito - Externas	2.473.003.184,11	16.677.391.623,89	182.651.463.639,08	201.801.858.447,08
Obrigações Legais e Tributárias	3.732.194.746,42	20.064.842.916,21	4.707.100.547,34	28.504.138.209,97
Obrigações a Pagar	14.032.817.587,77	15.546.195.313,84	9.946.477.249,14	39.525.490.150,75
Efeitos Inflacionários sobre Operações Especiais	-	-	81.269.559,01	81.269.559,01
Outras Exigibilidades	4.784.916.429,95	117.515.340.850,10	68.640.630.275,05	190.940.887.555,10
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	512.590.005,85	9.444.421,69	55.687.877,92	577.722.305,46
PASSIVO REAL	88.604.522.901,76	537.688.137.134,69	1.485.748.447.701,54	2.112.041.107.737,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.323.352.492,41	(143.820.556.146,31)	94.928.159.495,93	8.430.955.842,03
Patrimônio/Capital	32.815.041.479,09	(132.993.054.142,10)	(209.061.545.320,73)	(309.239.557.983,74)
Reservas	719.352.394,44	10.341.399.749,57	6.554.789.534,89	17.615.541.678,90
Resultado Acumulado	23.788.958.618,88	(21.168.901.753,78)	297.434.915.281,77	300.054.972.146,87
PASSIVO COMPENSADO	54.354.140.588,29	306.605.394.094,73	1.052.364.904.248,57	1.413.324.438.931,59
TOTAL	200.282.015.982,46	700.472.975.083,11	2.633.041.511.446,04	3.533.796.502.511,61

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC e COREM

(2/2)

GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

R\$

RECEITA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	114.622.393.045,27	233.239.685.147,98	450.589.980.944,80	798.452.059.138,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.189.279.786,11	148.028.741.204,82	128.674.367.343,10	301.892.388.334,03
Impostos	22.595.808.993,93	143.660.044.699,17	126.108.382.309,24	292.364.236.002,34
Impostos sobre o Comércio Exterior	-	-	9.215.887.946,80	9.215.887.946,80
Imposto sobre a Importação - II	-	-	9.145.746.358,35	9.145.746.358,35
Imposto sobre a Exportação - IE	-	-	70.141.588,45	70.141.588,45
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	12.092.759.554,34	15.061.392.804,64	90.602.506.034,29	117.756.658.393,27
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	-	-	239.772.485,18	239.772.485,18
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.392.746.232,50	-	-	8.392.746.232,50
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR	2.152.399.044,71	5.512.382.580,55	90.362.733.549,11	98.027.515.174,37
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	-	8.812.940.626,73	-	8.812.940.626,73
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD	-	736.069.597,36	-	736.069.597,36
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" - ITBI	1.547.614.277,13	-	-	1.547.614.277,13
Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.503.049.439,59	127.874.980.961,44	26.289.988.328,15	164.668.018.729,18
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	21.059.034.183,62	21.059.034.183,62
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	136.580.385.025,33	-	136.580.385.025,33
Dedução da Receita de ICMS para Formação do FUNDEF	-	(8.705.404.063,89)	-	(8.705.404.063,89)
Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio, Seguros ou Títulos - IOF	-	-	5.230.954.144,53	5.230.954.144,53
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	10.503.049.439,59	-	-	10.503.049.439,59
Outros Impostos	-	723.670.933,09	-	723.670.933,09
Taxas	2.474.936.986,06	4.368.696.190,83	2.565.985.033,86	9.409.618.210,75
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	754.355.764,09	672.402.452,72	2.137.413.481,25	3.564.171.698,06
Taxas pela Prestação de Serviços	1.720.581.221,97	3.696.293.738,11	428.571.552,61	5.845.446.512,69
Contribuições de Melhoria	118.533.806,12	314,82	-	118.534.120,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.869.371.540,51	13.995.222.250,04	274.044.084.348,58	292.908.678.139,13
Contribuições Sociais	3.080.524.872,58	13.242.073.858,50	251.655.822.114,03	267.978.420.845,11
Contribuições Econômicas	1.788.846.667,93	753.148.391,54	22.388.262.234,55	24.930.257.294,02
RECEITA PATRIMONIAL	2.197.887.084,18	6.053.180.597,80	14.741.821.837,47	22.992.889.519,45
Receitas Imobiliárias	122.135.531,04	165.750.322,23	290.544.022,82	578.429.876,09
Receitas de Valores Mobiliários	1.780.662.243,78	5.270.054.695,59	13.223.864.159,97	20.274.581.099,34
Receita de Concessões e Permissões	135.611.364,59	349.626.337,09	1.215.035.408,14	1.700.273.109,82
Outras Receitas Patrimoniais	159.477.944,77	267.749.242,89	12.378.246,54	439.605.434,20
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.080.452,06	24.630.658,14	19.896.407,23	50.607.517,43
RECEITA INDUSTRIAL	206.480.632,69	307.657.533,21	340.261.339,64	854.399.505,54
RECEITA DE SERVIÇOS	3.577.602.229,28	5.869.399.451,63	21.100.220.548,58	30.547.222.229,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.904.864.911,64	51.162.299.488,86	280.134.314,29	123.347.298.714,79
Transferências Intergovernamentais	70.115.266.391,52	48.491.882.409,99	777.752,99	118.607.926.554,50
Transferências da União	29.344.768.920,41	39.699.115.528,46	-	69.043.884.448,87
Participação na Receita da União	15.414.875.459,07	23.805.476.666,89	-	39.220.352.125,96
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do DF - FPE	-	23.953.738.042,49	-	23.953.738.042,49
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPE	-	(3.088.349.943,75)	-	(3.088.349.943,75)
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	17.838.180.618,21	50.881.276,78	-	17.889.061.894,99
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPM	(2.551.144.198,29)	(9.979.559,91)	-	(2.561.123.758,20)
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	110.719.240,29	345.376,86	-	111.064.617,15
Cota-Parte do IPI - Exportação	-	2.155.747.523,55	-	2.155.747.523,55
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	-	(174.942.852,28)	-	(174.942.852,28)
Cota-Parte da Contr. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	915.850.828,08	-	915.850.828,08
Cota-Parte do IOF - Ouro	17.119.798,86	2.185.975,07	-	19.305.773,93
Outras Transferências da União	1.529.971.590,72	6.453.600.483,31	-	7.983.572.074,03
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC nº 87/96	689.457.073,12	2.557.840.999,08	-	3.247.298.072,20
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - LC nº 87/96	(170.569.821,95)	(232.537.265,72)	-	(403.107.087,67)
Demais Transferências da União	1.011.084.339,55	4.128.296.749,95	-	5.139.381.089,50
Transferência da Compensação Financeira	1.214.544.165,66	3.364.838.049,99	-	4.579.382.215,65
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	-	51.158.197,55	-	51.158.197,55
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	-	14.068.369,94	-	14.068.369,94
Cota-Parte Royalties Comp. Fin. Produção Petróleo - Lei nº 7.990/89	-	759.667.457,52	-	759.667.457,52
Cota-Parte Royalties Excedente Produção Petróleo - Lei nº 9.478/97	477.926.375,45	446.479.402,58	-	924.405.778,03
Cota-Parte Royalties pela Participação Especial - Lei nº 9.478/97	328.299.754,21	2.058.542.726,70	-	2.386.842.480,91
Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM	110.120.630,12	1.356.885,59	-	111.477.515,71
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	176.628.824,90	18.209.398,07	-	194.838.222,97
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	121.568.580,98	15.355.612,04	-	136.924.193,02
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	9.494.376.190,38	5.315.092.499,54	-	14.809.468.689,92
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass. Social - FNAS	406.460.141,86	23.193.599,87	-	429.653.741,73
Transferências de Recursos do Fundo Nacional Des. Educação - FNDE	1.284.541.372,72	736.914.228,86	-	2.021.455.601,58
Transferências dos Estados	29.729.421.178,22	10.934.784,03	-	29.740.355.962,25
Participação na Receita dos Estados	28.977.578.370,65	2.320.526,93	-	28.979.898.897,58
Cota-Parte do ICMS	28.022.123.828,69	-	-	28.022.123.828,69
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - ICMS	(3.935.915.339,59)	-	-	(3.935.915.339,59)
Cota-Parte do IPVA	3.983.713.038,34	-	-	3.983.713.038,34
Cota-Parte do IPI - Exportação	420.056.712,57	-	-	420.056.712,57
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	(59.759.959,07)	-	-	(59.759.959,07)
Cota-Parte da Contr. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124.114.340,65	-	-	124.114.340,65
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	125.601.213,13	2.320.526,93	-	127.921.740,06
Outras Participações na Receita dos Estados	297.644.535,93	-	-	297.644.535,93
Transferência da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%)	226.528.315,04	-	-	226.528.315,04
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	23.064.139,91	-	-	23.064.139,91
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	14.681.900,02	-	-	14.681.900,02
Cota-Parte Royalties Comp. Fin. Produção Petróleo - Lei nº 7.990/89	170.960.957,54	-	-	170.960.957,54
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	17.821.317,57	-	-	17.821.317,57
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse	139.241.775,32	-	-	139.241.775,32
Outras Transferências dos Estados	386.072.717,21	8.614.257,10	-	394.686.974,31
Transferências dos Municípios	92.650.998,16	10.713.829,55	777.752,99	104.142.580,70
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	34.882.321,16	4.745.625,22	-	39.627.946,38



Outras Transferências dos Municípios	57.768.677,00	5.968.204,33	777.752,99	64.514.634,32
Transferências Multigovernamentais	10.948.425.294,73	8.771.118.267,95	-	19.719.543.562,68
Transferências de Recursos do FUNDEF	10.010.209.707,02	8.658.107.365,88	-	18.668.317.072,90
Transferências de Recursos da Complementação do FUNDEF	896.186.502,50	113.010.902,07	-	1.009.197.404,57
Outras Transferências Multigovernamentais	42.029.085,21	-	-	42.029.085,21
Transferências de Instituições Privadas	46.322.141,96	202.273.346,34	41.997.049,77	290.592.538,07
Transferências do Exterior	6.533.392,02	4.899.705,40	9.836.849,16	21.269.946,58
Transferências de Pessoas	22.138.713,47	5.070.192,94	141.344,11	27.350.250,52
Transferências de Convênios	1.714.325.817,73	2.458.173.710,36	223.302.880,26	4.395.802.408,35
Transferência de Convênios da União e suas Entidades	1.041.411.734,80	2.112.194.602,90	7.156.381,78	3.160.762.719,48
Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades	621.777.864,66	277.492.853,79	30.577.375,99	929.848.094,44
Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	29.942.183,18	40.815.413,26	183.870.195,44	254.627.791,88
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	21.194.035,09	27.670.840,41	1.698.927,05	50.563.802,55
Transferências para Combate à Fome	278.454,94	123,83	4.078.438,00	4.357.016,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.670.826.408,80	7.798.553.963,48	11.389.194.805,91	25.858.575.178,19
Multas e Juros de Mora	1.813.945.003,29	2.297.704.421,92	5.962.326.275,67	10.073.975.700,88
Indenizações e Restituições	911.570.700,94	1.063.690.519,03	1.994.278.921,86	3.969.540.141,83
Receita da Dívida Ativa	2.291.774.800,03	1.268.514.423,22	939.042.155,72	4.499.331.378,97
Receitas Correntes Diversas	1.653.535.904,54	3.168.644.599,31	2.493.547.452,66	7.315.727.956,51
RECEITAS DE CAPITAL	4.066.792.774,10	6.231.124.800,15	480.935.716.403,96	491.233.633.978,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.264.748.681,88	2.516.735.781,81	438.028.303.956,50	441.809.788.420,19
Operações de Crédito Internas	976.193.416,23	472.492.985,87	416.840.801.910,10	418.289.488.312,20
Operações de Crédito Externas	288.555.265,65	2.044.242.795,94	21.187.502.046,40	23.520.300.107,99
ALIENAÇÃO DE BENS	168.224.852,40	612.243.453,85	619.498.885,24	1.399.967.191,49
Alienação de Bens Móveis	78.026.675,36	540.969.589,20	545.713.749,44	1.164.710.014,00
Alienação de Bens Imóveis	90.198.177,04	71.273.864,65	73.785.135,80	235.257.177,49
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	108.880.788,70	546.723.024,24	17.731.484.589,37	18.387.088.402,31
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.276.895.569,44	2.181.310.680,60	45.581.436,57	4.503.787.686,61
Transferências Intergovernamentais	678.116.132,10	406.537.731,23	(964,68)	1.084.652.898,65
Transferências da União	417.715.181,84	271.212.213,77	-	688.927.395,61
Transferências dos Estados	243.951.318,96	134.383.370,60	-	378.334.689,56
Transferências dos Municípios	16.449.631,30	942.146,86	(964,68)	17.390.813,48
Transferências de Instituições Privadas	9.827.618,18	114.653.284,98	-	124.480.903,16
Transferências do Exterior	1.939.519,77	8.853.586,60	-	10.793.106,37
Transferências de Pessoas	784.832,97	83.780,00	11.243,37	879.856,34
Transferência de Outras Instituições Públicas	-	-	14.798.390,14	14.798.390,14
Transferências de Convênios	1.586.148.045,42	1.651.182.297,79	30.772.767,74	3.268.103.110,95
Transferência de Convênios da União e suas Entidades	964.909.688,72	1.335.800.957,42	26.461.840,69	2.327.172.486,83
Transferência de Convênios dos Estados, DF e suas Entidades	570.277.669,98	293.402.120,51	4.178.013,58	867.857.804,07
Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	7.093.815,35	14.127.670,06	132.913,47	21.354.398,88
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	43.866.871,37	7.851.549,80	-	51.718.421,17
Transferências para Combate à Fome	79.421,00	-	-	79.421,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	248.042.881,68	374.111.859,65	24.510.847.536,28	25.133.002.277,61
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	7.997.495.960,58	7.997.495.960,58
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	16.419.899.804,01	16.419.899.804,01
Demais Receitas de Capital	-	-	93.451.771,69	93.451.771,69
TOTAL	118.689.185.819,37	239.470.809.948,13	931.525.697.348,76	1.289.685.693.116,26

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e COREM

Continua (1/2)



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

RS				
DESPESA	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	101.248.858.626,82	212.900.234.361,21	439.710.796.631,57	753.859.889.619,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.126.848.686,57	107.818.398.057,53	89.431.566.169,91	248.376.812.914,01
Transferências a Estados e Distrito Federal	2.003.136,09	138.900.395,42	369.840.945,79	510.744.477,30
Transferências ao Exterior	2.043.431,13	1.019,40	-	2.044.450,53
Aplicações Diretas	51.122.802.119,35	107.679.496.642,71	89.061.725.224,12	247.864.023.986,18
Aposentadorias e Reformas	5.069.660.733,53	27.797.099.841,66	24.832.421.762,96	57.699.182.338,15
Pensões	841.367.220,88	7.304.633.864,79	12.598.811.238,06	20.744.812.323,73
Contratação por Tempo Determinado	1.969.972.709,05	1.538.592.706,68	297.107.064,60	3.805.672.480,33
Pessoal Civil	36.253.571.886,60	52.285.232.754,53	30.012.465.225,79	118.551.269.866,92
Pessoal Militar	77.214.359,98	8.072.234.858,02	8.265.300.042,80	16.414.749.260,80
Obrigações Patronais	5.000.918.454,80	6.622.259.604,32	4.988.549.513,43	16.611.727.572,55
Contratos Terceirização	879.396.423,00	548.401.691,83	15.308.211,12	1.443.106.325,95
Sentenças Judiciais	226.569.831,63	1.104.940.464,18	3.918.212.319,47	5.249.722.615,28
Despesas de Exercícios Anteriores	318.705.155,10	1.259.295.377,72	3.596.343.027,93	5.174.343.560,75
Outras Despesas de Pessoal ¹	485.425.344,78	1.146.805.478,98	537.206.817,96	2.169.437.641,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.388.905.381,32	11.831.301.142,38	74.373.387.099,76	88.593.593.623,46
Aplicações Diretas	2.388.905.381,32	11.831.301.142,38	74.373.387.099,76	88.593.593.623,46
Juros sobre a Dívida por Contrato	2.272.582.739,41	11.240.366.843,23	4.694.026.418,05	18.206.976.000,69
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	84.981.508,89	533.878.055,12	33.026.068,28	651.885.632,29
Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	548.893,09	200.000,00	69.593.054.007,08	69.593.802.900,17
Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	1.685.462,85	160.000,00	53.280.336,35	55.125.799,20
Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.383.408,23	-	-	2.383.408,23
Sentenças Judiciais	15.334.042,65	-	-	15.334.042,65
Despesas de Exercícios Anteriores	7.445.480,91	56.696.244,03	270,00	64.141.994,94
Indenizações e Restituições	3.943.845,29	-	-	3.943.845,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.733.104.558,93	93.250.535.161,30	275.905.843.361,90	416.889.483.082,13
Transferências à União	72.795.101,83	1.714.399.252,39	-	1.787.194.354,22
Transferências a Estados e Distrito Federal	189.994.889,15	43.833.529,08	45.464.272.305,20	45.698.100.723,43
Transferências a Municípios	59.112.916,77	37.767.294.802,28	46.871.357.331,35	84.697.765.050,40
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	1.737.570.388,39	3.474.209.773,23	1.582.896.676,02	6.794.676.927,64
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	26.655.646,32	9.407.771,29	21.695.598,21	57.759.015,82
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	204.654.623,76	3.131.777.999,00	1.043.026,00	3.337.475.648,76
Transferências ao Exterior	6.395.123,32	40.143.181,80	1.151.028.840,47	1.197.567.145,59
Aplicações Diretas	45.435.925.869,39	47.069.468.852,23	180.813.549.494,65	273.318.944.216,27
Aposentadorias e Reformas	331.107.979,54	43.025.512,70	81.994.749.884,24	82.368.883.376,48
Pensões	74.114.317,45	947.202.050,71	27.691.990.342,86	28.713.306.711,02
Benefícios Previdenciários ²	246.140.367,63	356.274.822,31	30.524.755.535,06	31.127.170.725,00
Material de Consumo	9.176.231.618,14	7.034.648.993,89	4.780.450.776,00	20.991.331.388,03
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.858.527.450,77	1.717.362.917,27	664.753.305,04	5.240.643.673,08
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.718.371.875,58	21.502.451.095,96	12.343.703.724,25	59.564.526.695,79
Indenizações e Restituições	228.433.931,26	961.839.654,46	2.976.482.007,81	4.166.755.593,53
Demais Despesas ³	6.802.998.329,02	14.506.663.804,93	19.836.663.919,39	41.146.326.053,34
DESPESAS DE CAPITAL	15.666.905.212,44	26.936.079.910,74	468.466.972.258,64	511.069.957.381,82
INVESTIMENTOS	13.054.742.907,12	13.991.909.554,33	10.865.980.149,14	37.912.632.610,59
Transferências à União	27.991.803,79	36.380.996,33	-	64.372.800,12
Transferências a Estados e Distrito Federal	5.151.911,57	108.043.877,95	1.783.494.948,86	1.896.690.738,38
Transferências a Municípios	17.717.417,14	1.032.424.385,61	2.426.133.826,89	3.476.275.629,64
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	61.269.541,04	437.990.026,62	425.416.958,90	924.676.526,56
Transferências a Instituições com Fins Lucrativos	9.232.765,33	104.935.620,82	-	114.168.386,15
Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	2.550.434,52	3.526.131,99	-	6.076.566,51
Transferências ao Exterior	263.546,83	34.273.793,00	51.417.561,17	85.954.901,00
Aplicações Diretas	12.930.565.486,90	12.234.334.722,01	6.179.516.853,32	31.344.417.062,23
Material de Consumo	32.836.097,37	39.387.449,41	363.214.231,80	435.437.778,58
Obras e Instalações	10.414.080.918,39	7.830.534.892,53	3.008.870.344,45	21.253.486.155,37
Equipamentos e Material Permanente	1.419.303.195,58	2.481.195.921,58	2.411.297.647,00	6.311.796.764,16
Outros Investimentos ⁴	1.064.345.275,56	1.883.216.458,49	396.134.630,07	3.343.696.364,12
INVERSÕES FINANCEIRAS	432.803.336,31	4.549.467.931,78	21.580.671.763,65	26.562.943.031,74
Transferências a Estados e Distrito Federal	1.081.815,99	4.431.349,25	28.496.600,00	34.009.765,24
Transferências a Municípios	2.814.032,10	16.094.299,19	-	18.908.331,29
Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	2.284.808,48	10.996.402,62	-	13.281.211,10
Transferências ao Exterior	-	-	-	-
Aplicações Diretas	426.622.679,74	4.517.945.880,72	21.552.175.163,65	26.496.743.724,11
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	174.719.977,43	2.850.470.137,51	1.526.796.654,49	4.551.986.769,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	60.748.741,90	1.419.903.526,79	18.397.096.559,63	19.877.748.828,32
Outras Inversões Financeiras ⁵	191.153.960,41	247.572.216,42	1.628.281.949,53	2.067.008.126,36
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	2.179.358.969,01	8.394.702.424,63	436.020.320.345,85	446.594.381.739,49
Aplicações Diretas	2.179.358.969,01	8.394.702.424,63	436.020.320.345,85	446.594.381.739,49
Amortização	1.970.836.776,27	6.681.577.316,92	71.602.314.395,42	80.254.728.488,61
Refinanciamento	208.522.192,74	1.713.125.107,71	364.418.005.950,43	366.339.653.250,88
TOTAL	116.915.763.839,26	239.836.314.271,95	908.177.768.890,21	1.264.929.847.001,42
SUPERÁVIT/DÉFICIT	1.773.421.980,11	(365.504.323,82)	23.347.928.458,55	24.755.846.114,84

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC e COREM

¹ Compõem "Outras Despesas de Pessoal": Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência, Outros Benefícios Assistenciais, Salário-Família, Depósitos Compulsórios, Indenizações Trabalhistas, e Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.² Compõem "Benefícios Previdenciários": Outros Benefícios Previdenciários, Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso, Outros Benefícios Assistenciais, Salário-Família, e Outros Benefícios de Natureza Social.

(2/2)



³ Compõem "Demais Despesas": Contratação por Tempo Determinado, Diárias-Civil, Diárias-Militar, Auxílio Financeiro a Estudantes, Auxílio-Fardamento, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Honra de Avais, Material de Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Consultoria, Locação de Mão-de-Obra, Arrendamento Mercantil, Equalização de Preços e Taxas, Auxílio-Alimentação, Obrigações Tributárias e Contributivas, Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física, Auxílio-Transporte, Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, e Indenização pela Execução Trabalhos de Campo.

⁴ Compõem "Outros Investimentos": Contratação por Tempo Determinado, Diárias-Civil, Diárias-Militar, Outras Despesas Variáveis-Militar, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Consultoria, Outros Serviços de Terceiros-P. Física, Locação de Mão-de-Obra, Aquisição de Imóveis, Despesas de Exercícios Anteriores, Indenizações e Restituições.

⁵ Compõem "Outras Inversões Financeiras": Aquisição de Imóveis, Aquisição de Bens para Revenda, Sentenças Judiciais, e Despesas de Exercícios Anteriores.

Notas:

a) O título deste demonstrativo foi alterado por não se adequar rigorosamente ao conceito de Balanço Orçamentário.

b) Este demonstrativo equivale ao Balanço Orçamentário das Consolidações das Contas Públicas de exercícios anteriores.



GOVERNO FEDERAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

R\$				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	MUNICÍPIOS	ESTADOS	UNIÃO	CONSOLIDADO
LEGISLATIVA	3.667.780.931,30	5.628.710.182,44	3.535.512.778,26	12.832.003.892,00
Ação Legislativa	3.324.627.731,87	1.873.817.415,53	2.833.118.850,42	8.031.563.997,82
Controle Externo	198.990.638,73	933.704.113,48	368.343.452,80	1.501.038.205,01
Demais Subfunções	144.162.560,70	2.821.188.653,43	334.050.475,04	3.299.401.689,17
JUDICIÁRIA	325.567.303,59	12.909.309.600,49	10.530.935.648,47	23.765.812.552,55
Ação Judiciária	135.134.935,35	7.326.076.737,17	8.069.828.615,19	15.531.040.287,71
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	99.234.182,65	473.545.242,15	-	572.779.424,80
Demais Subfunções	91.198.185,59	5.109.687.621,17	2.461.107.033,28	7.661.992.840,04
ESSENCIAL À JUSTIÇA	71.645.595,09	3.591.479.017,07	2.126.077.659,47	5.789.202.271,63
Defesa da Ordem Jurídica	25.143.287,36	1.239.028.817,99	445.851,53	1.264.617.956,88
Representação Judicial e Extrajudicial	23.257.131,83	149.787.078,05	10.893.962,96	183.938.172,84
Demais Subfunções	23.245.175,90	2.202.663.121,03	2.114.737.844,98	4.340.646.141,91
ADMINISTRAÇÃO	15.895.287.188,89	15.425.242.651,04	8.936.536.574,93	40.257.066.414,86
Planejamento e Orçamento	437.624.923,26	91.020.231,90	39.276.506,41	567.921.661,57
Administração Geral	12.335.486.915,89	8.648.547.084,90	3.490.473.566,14	24.474.507.566,93
Administração Financeira	1.425.612.998,48	949.836.615,43	18.642.451,04	2.394.092.064,95
Controle Interno	159.594.578,13	28.070.219,14	6.003.115,72	193.667.912,99
Normatização e Fiscalização	72.056.440,28	49.475.357,77	110.603.283,69	232.135.081,74
Tecnologia da Informação	273.354.828,36	770.498.803,00	848.918.997,25	1.892.772.628,61
Ordenamento Territorial	19.426.244,18	157.913.449,20	6.418.670,01	183.758.363,39
Formação de Recursos Humanos	156.905.530,30	89.204.398,51	48.342.271,13	294.452.199,94
Administração de Receitas	390.253.131,79	1.343.513.975,02	2.100.257.466,00	3.834.024.572,81
Administração de Concessões	12.641.853,11	12.135.519,55	-	24.777.372,66
Comunicação Social	269.363.639,27	400.553.189,61	166.424.228,84	836.341.057,72
Demais Subfunções	342.966.105,84	2.884.473.807,01	2.101.176.018,70	5.328.615.931,55
DEFESA NACIONAL	10.420.150,72	-	13.573.310.106,31	13.583.730.257,03
Defesa Aérea	34.481,52	-	1.708.249.929,62	1.708.284.411,14
Defesa Naval	34.107,47	-	445.516.073,09	445.550.180,56
Defesa Terrestre	6.073.538,26	-	463.159.521,12	469.233.059,38
Demais Subfunções	4.278.023,47	-	10.956.384.582,48	10.960.662.605,95
SEGURANÇA PÚBLICA	867.366.042,48	19.987.374.181,84	2.767.855.745,95	23.622.595.970,27
Policiamento	533.030.065,39	6.003.090.406,34	421.440.924,76	6.957.561.396,49
Defesa Civil	190.627.308,21	395.553.021,88	91.640.034,82	677.820.364,91
Informação e Inteligência	10.034.949,05	44.791.285,54	42.370.849,82	97.197.084,41
Demais Subfunções	133.673.719,83	13.543.939.468,08	2.212.403.936,55	15.890.017.124,46
RELAÇÕES EXTERIORES	50.059.196,40	2.196.777,49	1.311.767.179,07	1.364.023.152,96
Relações Diplomáticas	109.895,16	105.374,09	458.476.110,38	458.691.379,63
Cooperação Internacional	27.259.473,95	3.137,08	14.323.947,75	41.586.558,78
Demais Subfunções	22.689.827,29	2.088.266,32	838.967.120,94	863.745.214,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.321.947.126,24	1.771.010.148,16	13.863.295.001,74	18.956.252.276,14
Assistência ao Idoso	101.463.728,23	7.568.562,68	51.209.746,24	160.242.037,15
Assistência ao Portador de Deficiência	75.399.763,66	7.300.027,52	101.404.105,01	184.103.896,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	828.409.991,16	402.974.281,50	570.782.585,47	1.802.166.858,13
Assistência Comunitária	1.834.190.716,21	477.889.058,10	438.614.154,96	2.750.693.929,27
Demais Subfunções	482.482.926,98	875.278.218,36	12.701.284.410,06	14.059.045.555,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.677.231.533,52	23.432.318.823,34	165.509.439.469,51	195.618.989.826,37
Previdência Básica	882.139.884,01	647.951.353,53	110.170.605.982,37	111.700.697.219,91
Previdência do Regime Estatutário	5.316.020.357,71	20.995.610.877,10	38.527.984.588,35	64.839.615.823,16
Previdência Complementar	66.865.799,66	589.715.295,80	496.894,54	657.077.990,00
Previdência Especial	17.460.011,83	678.171.296,19	887.623.393,29	1.583.254.701,31
Demais Subfunções	394.745.480,31	520.870.000,72	15.922.728.610,96	16.838.344.091,99
SAÚDE	25.168.451.693,04	26.082.258.044,44	32.972.885.890,47	84.223.595.627,95
Atenção Básica	10.177.334.806,98	2.048.989.844,76	496.372.467,91	12.722.697.119,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.465.416.731,67	14.590.609.935,92	1.372.175.438,76	27.428.202.106,35
Suporte Profilático e Terapêutico	256.278.899,95	1.172.567.022,51	2.396.021.641,74	3.824.867.564,20
Vigilância Sanitária	223.748.004,92	144.728.041,64	107.356.098,31	475.832.144,87
Vigilância Epidemiológica	334.243.566,58	226.087.944,49	987.748.020,97	1.548.079.532,04
Alimentação e Nutrição	236.478.068,11	470.473.148,50	139.589.045,17	846.540.261,78
Demais Subfunções	2.474.951.614,83	7.428.802.106,62	27.473.623.177,61	37.377.376.899,06
TRABALHO	400.688.405,78	521.430.969,53	10.706.740.025,36	11.628.859.400,67
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	187.948.089,99	29.200.877,41	29.000.384,55	246.149.351,95
Relações de Trabalho	50.134.213,39	15.629.245,67	5.421.052,52	71.184.511,58
Empregabilidade	19.267.869,65	193.392.539,02	216.464.880,21	429.125.288,88
Fomento ao Trabalho	71.437.050,95	83.603.060,82	14.422.588,15	169.462.699,92
Demais Subfunções	71.901.181,80	199.605.246,61	10.441.431.119,93	10.712.937.548,34
EDUCAÇÃO	27.204.953.929,69	38.956.461.277,09	14.532.927.062,91	80.694.342.269,69
Ensino Fundamental	19.798.389.480,54	15.375.022.862,30	670.267.439,26	35.843.679.782,10
Ensino Médio	407.265.380,72	4.825.688.545,33	193.630.635,89	5.426.584.561,94
Ensino Profissional	301.877.502,77	323.571.648,67	823.296.765,09	1.448.745.916,53
Ensino Superior	321.844.630,79	2.655.631.173,06	7.178.444.463,37	10.155.920.267,22
Educação Infantil	3.932.013.810,74	56.129.991,53	26.424.810,02	4.014.568.612,29
Educação de Jovens e Adultos	276.686.830,26	493.836.511,97	7.464.649,59	777.987.991,82
Educação Especial	239.540.212,84	215.472.005,18	41.139.019,60	496.151.237,62
Demais Subfunções	1.927.336.081,03	15.011.108.539,05	5.592.259.280,09	22.530.703.900,17
CULTURA	1.083.563.619,31	836.261.040,86	323.920.554,10	2.243.745.214,27
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	114.793.158,31	82.464.443,66	66.613.197,77	263.870.799,74
Difusão Cultural	813.258.533,80	447.449.886,39	100.424.801,09	1.361.133.221,28
Demais Subfunções	155.511.927,20	306.346.710,81	156.882.555,24	618.741.193,25
DIREITOS DA CIDADANIA	45.879.657,70	2.162.323.669,44	550.343.506,22	2.758.546.833,36
Custódia e Reintegração Social	1.852.566,58	473.543.836,63	143.849.800,14	619.246.203,35
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	28.320.952,77	162.563.909,63	8.152.851,40	199.037.713,80
Assistência aos Povos Indígenas	2.309.543,34	4.356.841,80	60.526.735,74	67.193.120,88
Demais Subfunções	13.396.595,01	1.521.859.081,38	337.814.118,94	1.873.069.795,33
URBANISMO	14.223.813.066,30	1.650.120.084,17	1.192.707.919,38	17.066.641.069,85



Infra-Estrutura Urbana	5.349.223.323,18	917.878.724,26	16.401.647,00	6.283.503.694,44
Serviços Urbanos	6.776.715.365,79	288.769.112,26	3.518.139,69	7.069.002.617,74
Transportes Coletivos Urbanos	731.878.796,96	55.655.826,34	481.778.671,80	1.269.313.295,10
Demais Subfunções	1.365.995.580,37	387.816.421,31	691.009.460,89	2.444.821.462,57
HABITAÇÃO	972.517.644,53	882.060.808,20	489.399.561,94	2.343.978.014,67
Habitação Rural	25.850.758,95	16.401.656,25	-	42.252.415,20
Habitação Urbana	684.058.654,44	723.076.527,75	-	1.407.135.182,19
Demais Subfunções	262.608.231,14	142.582.624,20	489.399.561,94	894.590.417,28
SANEAMENTO	2.960.289.728,05	2.416.961.385,49	76.549.868,53	5.453.800.982,07
Saneamento Básico Rural	94.779.308,60	166.116.767,27	4.116.639,62	265.012.715,49
Saneamento Básico Urbano	2.552.137.216,53	874.906.026,00	11.417.041,75	3.438.460.284,28
Demais Subfunções	313.373.202,92	1.375.938.592,22	61.016.187,16	1.750.327.982,30
GESTÃO AMBIENTAL	975.773.828,94	1.658.062.458,22	1.193.443.083,05	3.827.279.370,21
Preservação e Conservação Ambiental	598.502.684,32	372.661.086,43	86.567.279,92	1.057.731.050,67
Controle Ambiental	170.698.883,18	251.724.555,90	35.482.092,12	457.905.531,20
Recuperação de Áreas Degradadas	40.944.466,03	11.796.383,89	13.197.949,53	65.938.799,45
Recursos Hídricos	26.320.970,68	684.566.780,89	307.566.618,50	1.018.454.370,07
Meteorologia	303.629,56	144.172,51	-	447.802,07
Demais Subfunções	139.003.195,17	337.169.478,60	750.629.142,98	1.226.801.816,75
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	42.124.729,82	1.173.192.392,80	2.607.080.738,18	3.822.397.860,80
Desenvolvimento Científico	742.333,87	647.294.846,41	167.838.335,69	815.875.515,97
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.439.503,49	214.635.784,09	760.132.987,19	986.208.274,77
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.670.069,47	112.622.980,35	12.236.575,87	137.529.625,69
Demais Subfunções	17.272.822,99	198.638.781,95	1.666.872.839,43	1.882.784.444,37
AGRICULTURA	835.766.045,28	2.471.815.137,38	7.635.751.821,98	10.943.333.004,64
Promoção da Produção Vegetal	156.746.012,65	166.815.921,55	5.376.753,68	328.938.687,88
Promoção da Produção Animal	45.215.028,07	48.826.738,95	16.586.124,31	110.627.891,33
Defesa Sanitária Vegetal	7.008.934,12	24.860.558,71	14.549.227,95	46.418.720,78
Defesa Sanitária Animal	7.079.112,99	95.726.300,00	58.918.110,74	161.723.523,73
Abastecimento	187.787.689,62	149.380.722,93	531.400.537,13	868.568.949,68
Extensão Rural	305.943.354,35	661.508.436,42	84.326.412,29	1.051.778.203,06
Irrigação	16.834.893,99	89.786.368,15	230.974.103,25	337.595.365,39
Demais Subfunções	109.151.019,49	1.234.910.090,67	6.693.620.552,63	8.037.681.662,79
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.643.916,10	131.821.904,63	2.617.626.860,73	2.751.092.681,46
Reforma Agrária	646.473,70	69.105.857,41	1.242.537.918,74	1.312.290.249,85
Colonização	831.312,63	4.725.917,60	-	5.557.230,23
Demais Subfunções	166.129,77	57.990.129,62	1.375.088.941,99	1.433.245.201,38
INDÚSTRIA	173.236.629,38	733.858.078,00	1.548.519.107,43	2.455.613.814,81
Promoção Industrial	110.044.250,99	510.213.194,02	15.951.369,89	636.208.814,90
Produção Industrial	33.640.352,04	73.518.711,75	135.214,87	107.294.278,66
Mineração	2.259.741,45	21.993.234,67	14.572.336,49	38.825.312,61
Propriedade Industrial	6.502.066,15	-	3.242.816,05	9.744.882,20
Normalização e Qualidade	2.146.401,32	1.697.632,00	193.919.030,04	197.763.063,36
Demais Subfunções	18.643.817,43	126.435.305,56	1.320.698.340,09	1.465.777.463,08
COMÉRCIO E SERVIÇOS	498.770.390,43	829.940.744,18	2.084.429.012,28	3.413.140.146,89
Promoção Comercial	47.337.997,19	17.512.426,76	5.256.499,34	70.106.923,29
Comercialização	35.531.069,75	34.636.040,06	-	70.167.109,81
Comércio Exterior	352.793,26	11.096.250,95	-	11.449.044,21
Serviços Financeiros	7.115.895,48	144.615.425,46	-	151.731.320,94
Turismo	342.550.471,86	237.455.747,87	125.973.060,55	705.979.280,28
Demais Subfunções	65.882.162,89	384.624.853,08	1.953.199.452,39	2.403.706.468,36
COMUNICAÇÕES	148.136.244,42	329.151.062,97	496.444.548,32	973.731.855,71
Comunicações Postais	14.741.925,17	4.333.630,90	-	19.075.556,07
Telecomunicações	35.205.498,06	104.454.019,83	120.677.972,13	260.337.490,02
Demais Subfunções	98.188.821,19	220.363.412,24	375.766.576,19	694.318.809,62
ENERGIA	488.652.927,67	448.506.071,13	396.051.932,90	1.333.210.931,70
Conservação de Energia	45.995.634,40	-	-	45.995.634,40
Energia Elétrica	433.082.154,67	90.554.661,47	41.062.829,47	564.699.645,61
Petróleo	4.153.181,86	30.452,98	30.185.908,48	34.369.543,32
Alcool	1.788.243,62	-	-	1.788.243,62
Demais Subfunções	3.633.713,12	357.920.956,68	324.803.194,95	686.357.864,75
TRANSPORTE	3.968.788.939,27	10.072.179.678,36	3.651.548.218,10	17.692.516.835,73
Transporte Aéreo	12.526.886,08	162.907.716,77	-	175.434.602,85
Transporte Rodoviário	2.334.363.520,49	4.955.984.689,80	1.954.651.945,59	9.245.000.155,88
Transporte Ferroviário	16.227.567,60	896.084.862,35	75.791.190,50	988.103.620,45
Transporte Hidroviário	58.534.615,70	176.794.352,54	207.001.792,78	442.330.761,02
Transportes Especiais	72.479.841,90	8.354,37	-	72.488.196,27
Demais Subfunções	1.474.656.507,50	3.880.399.702,53	1.414.103.289,23	6.769.159.499,26
DESPORTO E LAZER	1.102.120.163,10	265.533.388,93	271.419.136,42	1.639.072.688,45
Desporto de Rendimento	149.191.604,31	111.777.874,74	52.272.315,29	313.241.794,34
Desporto Comunitário	692.688.018,64	86.503.849,86	192.308.693,93	971.500.562,43
Lazer	168.315.011,21	4.463.429,57	-	172.778.440,78
Demais Subfunções	91.925.528,94	62.788.234,76	26.838.127,20	181.551.890,90
ENCARGOS ESPECIAIS	5.733.287.212,21	65.466.734.694,26	602.675.249.878,20	673.875.271.784,67
Refinanciamento da Dívida Interna	1.389.239.748,92	2.099.917.286,54	347.568.024.959,90	351.057.181.995,36
Refinanciamento da Dívida Externa	77.162.681,10	100.111.171,26	9.283.115.017,09	9.460.388.869,45
Serviço da Dívida Interna	2.338.390.461,04	14.498.008.062,94	109.679.702.851,58	126.516.101.375,56
Serviço da Dívida Externa	265.301.305,41	2.106.233.300,90	36.485.954.478,72	38.857.489.085,03
Transferências	72.100.193,76	35.366.104.188,62	72.071.111.377,89	107.509.315.760,27
Outros Encargos Especiais	1.270.234.692,92	9.569.462.750,45	27.587.341.193,02	38.427.038.636,39
Demais Subfunções	320.858.129,06	1.726.897.933,55	-	2.047.756.062,61
TOTAL	116.915.763.839,26	239.836.314.271,95	908.177.768.890,21	1.264.929.847.001,42

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC e COREM

Nota: As Funções estão detalhadas por suas Subfunções típicas e Demais Subfunções, que correspondem às Subfunções atípicas.